

# B O L E T I M

# MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1193

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

##### Deliberações

129.ª Reunião - 84.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2016/12/20:

- **Deliberação n.º 445/AML/2016 - Proposta n.º 537/CM/2016** - Alteração dos Estatutos da GEBALIS - Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Paulo Saraiva  
pág. 2676 (679)

- **Deliberação n.º 446/AML/2016 - Proposta n.º 751/CM/2016** - Retificação das Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016, relativas a Contratos de delegação de competências entre o Município de Lisboa e as freguesias de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (695)

- **Deliberação n.º 447/AML/2016 - Proposta n.º 653/CM/2016 (Retificada pela Proposta n.º 751/CM/2016)** - Delegação de Competências na freguesia de Alcântara - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (697)

- **Deliberação n.º 448/AML/2016 - Proposta n.º 654/CM/2016 (Retificada pela Proposta n.º 751/CM/2016)** - Delegação de competências na freguesia de Santa Clara - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (716)

- **Deliberação n.º 449/AML/2016 - Proposta n.º 655/CM/2016 (Retificada pela Proposta n.º 751/CM/2016)** - Delegação de competências na freguesia de Arroios - Subscrita pelos Vereadores Duarte Cordeiro e Manuel Salgado  
pág. 2676 (729)

- **Deliberação n.º 450/AML/2016 - Proposta n.º 704/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de Arroios - Subscrita pelo Vereador José Sá Fernandes  
pág. 2676 (742)

- **Deliberação n.º 451/AML/2016 - Proposta n.º 705/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de Carnide - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (756)

- **Deliberação n.º 452/AML/2016 - Proposta n.º 706/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de S. Domingos de Benfica - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (768)

- **Deliberação n.º 453/AML/2016 - Proposta n.º 707/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de Alcântara - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (781)

- **Deliberação n.º 454/AML/2016 - Proposta n.º 708/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de S. Vicente - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (793)

- **Deliberação n.º 455/AML/2016 - Proposta n.º 709/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de Campo de Ourique - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (805)

- **Deliberação n.º 456/AML/2016 - Proposta n.º 710/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia de Benfica - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (817)

- **Deliberação n.º 457/AML/2016 - Proposta n.º 711/CM/2016 - Retificada** - Delegação de competências na freguesia da Estrela - Subscrita pelos Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado  
pág. 2676 (829)

- **Deliberação n.º 458/AML/2016 - Proposta n.º 743/CM/2016** - Delegação de competências na freguesia de Campolide - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (841)

- **Deliberação n.º 459/AML/2016 - Proposta n.º 744/CM/2016** - Delegação de competências na freguesia de Benfica - Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo  
pág. 2676 (855)

- **Deliberação n.º 460/AML/2016 - Proposta n.º 656/CM/2016 - Retifica a Proposta n.º 544/CM/2016** - Transferência de verba e Protocolo de Parceria com a freguesia de São Domingos de Benfica - Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo  
pág. 2676 (866)

- **Deliberação n.º 461/AML/2016 - Proposta n.º 544/CM/2016 - Retificada** - Aprovar a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a freguesia de São de Domingos de Benfica, para instalação do Centro de Cidadania Digital, e respetiva transferência de verba - Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo  
pág. 2676 (871)

- **Deliberação n.º 462/AML/2016 - Proposta n.º 657CM/2016 - Retificada** - Transferência de verba e Protocolo com o Exército e a Junta de Freguesia de Arroios - Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo  
pág. 2676 (881)

- **Deliberação n.º 463/AML/2016 - Proposta n.º 658/CM/2016** - Atribuição de apoio financeiro à freguesia de Arroios e Protocolo de colaboração - Mercado Social das Culturas - Subscrita pelo Vereador João Afonso  
pág. 2676 (893)

- **Deliberação n.º 464/AML/2016 - Proposta n.º 659/CM/2016** - Atribuição de apoio financeiro à freguesia de Arroios e Protocolo de colaboração - Arroios Film Festival 2017 - Subscrita pelo Vereador João Afonso  
pág. 2676 (897)

- **Deliberação n.º 465/AML/2016 - Recomendação n.º 6/129 - Sobre a Proposta n.º 659/CM/2016** - Sobre atribuição de apoio financeiro à freguesia de Arroios e Protocolo de colaboração - Arroios Film Festival 2017 - Subscrita pela Presidente da Assembleia Municipal  
pág. 2676 (901)

- **Deliberação n.º 466/AML/2016 - Proposta n.º 660/CM/2016 - Retificada** - Atribuição de apoio financeiro à freguesia de São Vicente e Protocolo de colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo - Subscrita pelo Vereador João Afonso  
pág. 2676 (901)

- **Deliberação n.º 467/AML/2016 - Recomendação n.º 7/129 - Sobre a Proposta n.º 660/CM/2016** - «Sobre atribuição de apoio financeiro à freguesia de São Vicente e Protocolo de colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo» - Subscrita pela Presidente da Assembleia Municipal  
pág. 2676 (908)

- **Deliberação n.º 468/AML/2016 - Proposta n.º 712/CM/2016** - Atribuição de apoio financeiro à freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo para o projeto vencedor «Melhorar o Espaço Fazeres do Beato» - Subscrita pelo Vereador João Afonso  
pág. 2676 (908)

- **Deliberação n.º 469/AML/2016 - Recomendação n.º 2/129** - Resultante do Parecer Conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre as Propostas n.ºs 653/CM/2016 a 657/CM/2016, 705/CM/2016 a 712/CM/2016, 743/CM/2016 e 744/CM/2015 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes  
pág. 2676 (928)

- **Deliberação n.º 470/AML/2016 - Recomendação n.º 3/129** - Resultante do Parecer das 1.ª, 5.ª e 7.ª Comissões Permanentes sobre as Propostas n.ºs 658 e 659/2016 - Subscrita pelas 1.ª, 5.ª e 7.ª Comissões Permanentes  
pág. 2676 (928)

- **Deliberação n.º 471/AML/2016 - Recomendação n.º 4/129** - Resultante do Parecer das 1.ª, 5.ª e 6.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 660/CM/2016 - Subscrita pelas 1.ª, 5.ª e 6.ª Comissões Permanentes  
pág. 2676 (929)

- **Deliberação n.º 472/AML/2016 - Recomendação n.º 5/129** - Resultante do Parecer das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 704/CM/2016 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes  
pág. 2676 (929)

- **Deliberação n.º 473/AML/2016 - Proposta n.º 690/CM/2016 - Ponto 2 da parte deliberativa** - Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas na remoção de *graffiti* e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (930)

- **Deliberação n.º 474/AML/2016 - Proposta n.º 691/CM/2016 - Ponto 2 da parte deliberativa** - Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de remoção de *graffiti* e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro  
pág. 2676 (934)

- **Deliberação n.º 475/AML/2016 - Proposta n.º 733/CM/2016 - Ponto 6** - Repartição de encargos e compromissos plurianuais para a aquisição de Serviços Postais para o Município de Lisboa aos CTT - Subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva  
pág. 2676 (938)

- **Deliberação n.º 476/AML/2016 - Proposta n.º 735/CM/2016 - Alínea e)** - Compromissos plurianuais para aquisição de combustíveis rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro - Subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva  
pág. 2676 (943)

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### Deliberações

129.ª Reunião - 84.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2016/12/20

- **Deliberação n.º 445/AML/2016:**

- **Proposta n.º 537/CM/2016 - Alteração dos Estatutos da GEBALIS.**

Subscrita pelos Vereadores Paula Marques e João Paulo Saraiva.

**Votação CML:** Aprovada por maioria, com 12 votos a favor (8 PS, 2 Independentes e 2 PCP), 1 voto contra (CDS/PP) e 2 abstenções (PPD/PSD).

**Votação na AML:** Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, PEV, PAN, PNPN e 6 Independentes; e Contra - PSD, BE, CDS-PP e MPT.

PROPOSTA N.º 537/CM/2016

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M., nos termos da proposta

*Pelouros:* Habitação, Património e Finanças.

*Serviços e Empresa Municipal:* DMHDL, DMF, DMGP e GEBALIS.

Enquadramento:

Considerando:

- A) Que o objeto social da GEBALIS incide, atualmente, apenas na gestão do arrendamento social em bairros municipais;
- B) Que se pretende transferir para a GEBALIS a gestão dos Contratos celebrados no âmbito do Programa da Renda convencionada;
- C) Que as habitações incluídas neste Programa localizam-se predominantemente no património disperso localizado em várias freguesias do concelho de Lisboa;
- D) Que os contratos deste Programa são celebrados ao abrigo do Regime do Arrendamento Urbano, previsto no Código Civil e na Lei n.º 12/2012, de 14 de agosto (que procedeu à revisão do novo arrendamento urbano), e que a sua gestão é manifestamente diversa daquela que é aplicada nas habitações atribuídas no âmbito do arrendamento apoiado, regime que vigora na totalidade dos Bairros geridos pela GEBALIS;
- E) Que é necessário proceder à alteração dos Estatutos da GEBALIS, conformando-os com as novas necessidades e realidades em matéria de arrendamento municipal na cidade de Lisboa e com a legislação em vigor;
- F) Que a referida alteração incide no seu objeto social, alargando-o a toda a habitação municipal e não apenas à habitação social;
- G) Que a atual GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M., passará a denominar-se GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa.

Assim, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e, de acordo com as disposições conjugadas da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da GEBALIS, designadamente a sua denominação e objeto social, nos termos do Anexo I (proposta final), com a sistemática constante do Anexo II.

## Anexo I

# ESTATUTOS DA GEBALIS – GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M.

## CAPÍTULO I Disposições Gerais

### Secção I Denominação, natureza e sede

#### Artigo 1º Denominação, natureza e regime

1. A GEBALIS – Gestão do arrendamento da habitação municipal de Lisboa, E.M., designada abreviadamente por GEBALIS, é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, de promoção do desenvolvimento local e regional, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
2. A capacidade jurídica da GEBALIS abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objeto social.
3. A GEBALIS rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela lei comercial, pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas.

#### Artigo 2º Sede e delegações

1. A GEBALIS tem a sua sede na Rua Costa Malheiro, Lote B12, Bairro Alfredo Bensaúde, Lisboa.
2. O Conselho de Administração pode deliberar, sem necessidade de consentimento da Câmara Municipal de Lisboa, deslocar a sede para outro local dentro do Concelho de Lisboa.
3. Por deliberação do Conselho de Administração, a GEBALIS pode proceder à abertura de delegações, agências, gabinetes ou qualquer outra forma de representação que entenda conveniente.

## SECÇÃO II Objeto social e atribuições

### Artigo 3º Objeto Social

1. A GEBALIS é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local que tem como objeto a promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado **habitacional que o Município decida afectar ao arrendamento** nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.

2. Complementarmente, a GEBALIS representará o Município de Lisboa nos condomínios resultantes da alienação parcial de imóveis habitacionais municipais, nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.
3. A GEBALIS procederá à execução de obras que a gestão da habitação e dos condomínios exija, através de administração direta ou de empreitada, de acordo com o Código da Contratação Pública, não carecendo as mesmas de licenciamento se os respetivos projetos tiverem sido aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa.
4. Acessoriamente, a GEBALIS poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei.

#### **Artigo 4º** **Atribuições**

Constituem atribuições da GEBALIS, com vista à prossecução do seu objeto social e no quadro legal e regulamentar em vigor:

- a) Promover a gestão de proximidade do arrendamento da habitação municipal sob sua responsabilidade;
- b) Assegurar a conservação e manutenção do parque municipal sob sua responsabilidade, bem como dos espaços ajardinados que vierem a ser definidos pela Câmara Municipal de Lisboa;
- c) Promover uma adequada administração patrimonial e social, integrada nos sistemas de informação da Câmara Municipal de Lisboa, mantendo atualizada toda a informação relativa aos bens imóveis sob sua responsabilidade e aos agregados familiares neles residentes e desenvolvendo periodicamente processos de verificação sistemática da ocupação dos fogos sob sua responsabilidade e da condição de recursos dos agregados familiares neles residentes, em articulação com os serviços municipais;
- d) Promover as ações de cobrança das rendas das frações municipais sob sua responsabilidade e proceder às respetivas atualizações, nos termos e condições fixadas pelos regulamentos municipais ou pela Câmara Municipal de Lisboa;
- e) Desenvolver medidas tendentes à recuperação de débitos de renda, incluindo a celebração de acordos de liquidação de dívida e zelar pelo respetivo cumprimento;
- f) Promover a instrução de pedidos de redução de rendas, mudanças de titularidade e atualização dos agregados familiares residentes nas frações municipais sob sua responsabilidade;
- g) Monitorizar com regularidade a ocupação de frações habitacionais sob sua responsabilidade, alertando a Câmara Municipal de Lisboa para todos os casos de vacatura, cessação de ocupação ou ocupação indevida, tomando as medidas necessárias para recuperar as chaves das frações municipais em causa;
- h) Praticar os atos necessários à decisão dos pedidos de cancelamento de conta nas frações municipais sob sua responsabilidade bem como a instrução de processos de cessação da utilização do fogo atribuído e de desocupação, nos termos das normas legais e regulamentares em vigor;
- i) Promover a desocupação expedita de frações municipais sob sua responsabilidade que sejam alvo de ocupações não autorizadas, em articulação com a Polícia Municipal;
- j) Promover a execução de obras de requalificação ou reabilitação de edifícios habitacionais municipais, nos termos a definir pela CML no âmbito da programação plurianual de intervenções nos bairros municipais;



- k) Promover, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, ações de formação, informação e esclarecimento junto dos residentes nas habitações sociais em bairros municipais sob sua responsabilidade;
- l) Prestar informação e cooperar com as associações de moradores com intervenção nos bairros municipais sob sua responsabilidade, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa;
- m) Participar ativamente nos programas, projetos e atividades levados a cabo pela Rede Social de Lisboa ou pelos serviços municipais no Património sob sua responsabilidade;
- n) Garantir a execução periódica de obras de conservação, beneficiação e melhoria da eficiência energética e do desempenho ambiental dos edifícios municipais ou espaços ajardinados sob sua responsabilidade;
- o) Promover a constituição de condomínios e assegurar o seu funcionamento nos edifícios parcialmente municipais sob sua responsabilidade;
- p) Promover a constituição, pelos agregados residentes em edifícios municipais, de comissões de lote, assegurando a sua participação nas ações de conservação dos edifícios habitacionais integralmente municipais;
- q) Incentivar a utilização sustentável de recursos, nomeadamente da água e da eletricidade consumidas pelas habitações e imóveis municipais;
- r) Elaborar estudos e projetos relacionados com o objeto da empresa;
- s) Assegurar a correta gestão financeira dos recursos da empresa;
- t) Exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com as anteriores ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Lisboa dentro das atribuições da empresa;
- u) Praticar os demais atos necessários à correta prossecução das suas atribuições.

#### **Artigo 5º**

#### **Delegação de poderes**

1. A Câmara Municipal de Lisboa pode delegar poderes na GEBALIS, nos termos do artigo 27.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.
2. A delegação de poderes referida no presente artigo, efetua-se mediante deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, a qual fixa o âmbito das competências delegadas, as áreas em que as mesmas são exercidas ou os bens a que se referem, se for caso disso, bem como as prerrogativas do pessoal que exerça funções de autoridade, designadamente no âmbito dos poderes de fiscalização.

### **CAPÍTULO II**

### **ÓRGÃOS DA EMPRESA**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições gerais**

#### **Artigo 6º**

#### **Órgãos da empresa**

1. São órgãos da GEBALIS:
  - a) A Assembleia Geral;
  - b) O Conselho de Administração;
  - c) O Fiscal Único.

2. O mandato dos titulares dos órgãos da GEBALIS é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo da cessação antecipada por dissolução, demissão ou renúncia e da continuação de funções até à efetiva substituição.
3. Sem prejuízo do disposto no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a natureza, as competências e o funcionamento dos órgãos sociais estruturam-se e definem-se de acordo com os presentes Estatutos, o Código das Sociedades Comerciais, em particular, e, subsidiariamente, pelo Estatuto do Gestor Público.

#### **Artigo 7.º** **Substituição**

1. Os membros dos órgãos da GEBALIS, cujo mandato terminar antes de decorrido o período para o qual foram designados, por morte, impossibilidade, renúncia, destituição ou perda de direitos ou de funções indispensáveis à representação que exercem, serão substituídos.
2. Em caso de impossibilidade temporária, física ou legal, para o exercício das respetivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos enquanto durar o impedimento.
3. Tanto nos casos de substituição definitiva como nos de substituição temporária, o substituto é designado pela mesma forma que tiver sido designado o substituído, sem prejuízo do disposto no número seguinte, e cessa funções no termo do período para que este tiver sido nomeado, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituído regressar antes daquele termo ao exercício de funções.
4. Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente será substituído pelo membro do Conselho de Administração por si designado ou, na falta de designação, pelo membro do Conselho de Administração mais velho.

### **SECÇÃO II** **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Artigo 8.º** **Composição**

1. O representante do Município na Assembleia Geral é eleito pelo órgão Câmara Municipal e exerce, em cada reunião da Assembleia Geral, cuja ordem de trabalhos é previamente fixada pela mesa, o mandato expresso definido pelo executivo municipal, ouvida a Comissão Permanente para a área da habitação e bairros municipais do órgão deliberativo municipal.
2. A mesa da Assembleia Geral é formada por dois elementos, designados pelo órgão executivo municipal que indica o respetivo Presidente.
3. Os membros da mesa da Assembleia Geral não têm direito de voto.
4. Os membros da Assembleia Geral não são remunerados.

#### **Artigo 9.º** **Reuniões**

1. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. Em sessão ordinária a Assembleia Geral reúne:
  - a) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciar e aprovar os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte;
  - b) Até 31 de março de cada ano, para apreciar e aprovar o relatório do Conselho de Administração, as contas de exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como o parecer do Fiscal Único, referentes ao ano anterior.



3. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que for convocada nos termos legais ou mediante requerimento do Conselho de Administração, do Fiscal Único ou de um dos representantes do Município.
4. As convocatórias da Assembleia Geral devem ser feitas com a antecedência de 10 dias seguidos e devem conter a respetiva ordem de trabalhos, o local, a data e a hora do seu início.
5. As assembleias gerais extraordinárias devem ser convocadas no prazo máximo de 10 dias seguidos, a contar da receção do requerimento mencionado no n.º 3.
6. Das reuniões da Assembleia Geral são lavradas atas.

### **Artigo 10º**

#### **Competências**

Compete à Assembleia Geral:

- a) Definir as orientações anuais para a empresa, tendo em conta as orientações estratégicas relativas ao exercício dos direitos societários aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa;
- b) Apreciar e aprovar até 30 de novembro de cada ano, os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os planos de actividade anuais e plurianuais e o orçamento anual, a submeter à Câmara Municipal;
- c) Apreciar e aprovar até 31 de março de cada ano, o relatório de gestão do Conselho de Administração, as contas de exercício e a aplicação de resultados, a proposta de aplicação de resultados, o parecer do Fiscal Único e os demais instrumentos de prestação de contas, referentes ao ano anterior;
- d) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa;
- e) Pronunciar-se e deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a empresa.

### **SECÇÃO III**

#### **Conselho de Administração**

### **Artigo 11º**

#### **Composição e estatuto**

1. O Conselho de Administração é o órgão de gestão da GEBALIS e é composto por três membros nomeados pela Assembleia Geral, previamente habilitada para o efeito através de mandato expresso do órgão executivo municipal que designa o respetivo Presidente.
2. Os membros do Conselho de Administração podem ter funções executivas ou não executivas, nos termos da deliberação que os eleger.
3. É aplicável aos membros do Conselho de Administração o disposto no artigo 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e, subsidiariamente, o disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, na redação em vigor.
4. Os membros do Conselho de Administração estão dispensados da prestação de caução.

### **Artigo 12º**

#### **Contratos de gestão**

São celebrados com os membros do conselho de administração contratos de gestão, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, onde deverão estar refletidas as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal de Lisboa.

**Artigo 13º**  
**Competências**

1. Compete ao Conselho de Administração praticar todos os atos necessários à gestão da empresa e ao bom desempenho das suas atribuições, nomeadamente:
  - a) Gerir a empresa, praticando todos os atos e operações relativos ao objeto da empresa;
  - b) Administrar o seu património;
  - c) Adquirir, alienar e onerar direitos ou bens móveis e imóveis;
  - d) Estabelecer a organização técnica – administrativa dos serviços, bem como os regulamentos internos;
  - e) Estabelecer as categorias do pessoal, as respetivas remunerações, incluindo eventuais prémios aos trabalhadores, em conformidade com as orientações e diretivas da Câmara Municipal de Lisboa;
  - f) Constituir mandatários com o poder que julgue convenientes, incluindo os de subestabelecer;
  - g) A administração e conservação dos edifícios e dos espaços ajardinados dos bairros municipais que forem atribuídos à gestão da empresa;
  - h) Estudar e emitir parecer sobre as matérias que a Câmara Municipal de Lisboa entenda dever submeter-lhe, no âmbito das suas competências e atribuições;
  - i) Elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Geral os instrumentos previsionais de gestão;
  - j) Elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Geral os documentos de prestação anual de contas, incluindo os relatórios trimestrais de execução orçamental;
  - k) Promover a contratação do pessoal;
  - l) Contrair empréstimos, angariar financiamentos e realizar outro tipo de operações, tendo por escopo a realização do objeto da empresa, sem prejuízo do disposto no artigo 18.º dos presentes estatutos e mediante autorização da Assembleia Geral;
  - m) Organizar e manter atualizado o cadastro de bens da empresa;
  - n) Promover as ações necessárias à confiança e guarda de processos de agregado;
  - o) Apresentar queixa, assegurar a nomeação de um legal representante e mandar um advogado em cada um dos processos instaurados por queixas-crime apresentadas, devendo neste caso ser elaborado pela empresa um relatório periódico, com o respetivo conhecimento à tutela;
  - p) Praticar os demais atos que lhe sejam cometidos pelos presentes estatutos, pela lei, pelos regulamentos municipais e pela Câmara Municipal de Lisboa.
2. O Conselho de Administração poderá delegar em qualquer dos seus membros alguma das suas competências, definindo em ata os limites e condições do seu exercício.

**Artigo 14º**  
**Competências do Presidente**

1. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:
  - a) Coordenar a atividade do Conselho de Administração e superintender nos serviços e na orientação geral das atividades da empresa;
  - b) Convocar e presidir às reuniões;
  - c) Representar a empresa em juízo ou fora dele;
  - d) Providenciar a correta execução das deliberações;
  - e) Autorizar a execução de trabalhos e de obras, fixando os seus termos e condições.



2. O Presidente do Conselho de Administração poderá subdelegar as competências que lhe tenham sido delegadas, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior.

### **Artigo 15º**

#### **Estatuto Remuneratório**

1. O Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração, bem como os critérios para determinação do vencimento mensal dos gestores das empresas locais do Município de Lisboa e as remunerações a praticar em cada categoria de empresas serão aprovados pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em conta o Estatuto do gestor das empresas locais e, subsidiariamente, o Estatuto do Gestor Público.
2. O valor das remunerações dos Membros do Conselho de Administração é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Lisboa.
3. Só um dos membros do Conselho de Administração pode assumir funções remuneradas, salvo quando se apure uma média anual de proveitos igual ou superior a cinco milhões de euros nos últimos três anos, caso em que, nos termos da lei, podem ser remunerados dois membros do Conselho de Administração.

### **Artigo 16º**

#### **Reuniões, deliberações e atas**

1. O Conselho de Administração fixará as datas ou periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou por requerimento da maioria dos seus membros.
2. As reuniões terão lugar na sede social ou noutro local.
3. O Conselho de Administração não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros.
4. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples de votos dos seus membros.
5. O Presidente, ou quem o substituir, tem em caso de empate, voto de qualidade.
6. As atas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros do Conselho de Administração presentes na reunião.

### **Artigo 17º**

#### **Vinculação da empresa**

1. A GEBALIS obriga-se pela intervenção conjunta, designadamente, através da assinatura de dois membros do Conselho de Administração, devendo um deles ser o Presidente ou quem o substituir.
2. A GEBALIS obriga-se ainda pela intervenção, designadamente, através da assinatura de um dos membros do Conselho de Administração, de mandatário ou procurador, nos atos e contratos para os quais o Conselho ou o Presidente tenham delegado poderes, dentro dos limites da delegação, do mandato ou da procuração outorgada para o efeito.
3. Nos atos de mero expediente é suficiente a intervenção, designadamente, através da assinatura de qualquer dos membros do Conselho de Administração.

**SECÇÃO IV**  
**FISCAL ÚNICO**  
**Artigo 18º**

**Designação e Competências**

1. O Fiscal Único é obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.
2. O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal de Lisboa, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa.
3. Sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial, compete, em especial, ao Fiscal Único:
  - a) Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
  - b) Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa local e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional previsto no n.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
  - c) Emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa previstos no artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
  - d) Fiscalizar a ação do Conselho de Administração;
  - e) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - f) Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da GEBALIS;
  - g) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da GEBALIS ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - h) Remeter semestralmente à Câmara Municipal de Lisboa informação sobre a situação económico-financeira da GEBALIS;
  - i) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a GEBALIS, a solicitação do Conselho de Administração;
  - j) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício;
  - k) Emitir a certificação legal das contas da GEBALIS.
4. Os pareceres previstos nas alíneas a) a c) do número anterior são comunicados à Inspeção-Geral de Finanças no prazo de 15 dias.

**Artigo 19º**  
**Remuneração**

Ao Fiscal Único será atribuída uma remuneração a fixar pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos das normas legais aplicáveis em matéria de honorários dos Revisores Oficiais de Contas.

**CAPÍTULO III**  
**Tutela e poder de superintendência**

**Artigo 20º**  
**Poderes da Câmara Municipal de Lisboa**

1. A Câmara Municipal de Lisboa exerce em relação à GEBALIS, designadamente, os seguintes poderes:
  - a) Aprovar orientações estratégicas e emitir diretivas e instruções genéricas à Assembleia Geral, no âmbito dos objetivos a prosseguir;
  - b) Aprovar submeter alterações estatutárias à Assembleia Municipal de Lisboa, à luz da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



- c) Aprovar os planos estratégico e de atividade, os orçamentos, assim como as propostas de dotações para capital, os subsídios à exploração e os correspondentes contratos-programa, as indemnizações compensatórias e os restantes instrumentos de gestão previsional, assegurando a consolidação dos mesmos com os respetivos instrumentos de gestão municipal;
- d) Deliberar sobre a apreciação da Assembleia Geral relativamente ao relatório do Conselho de Administração, às contas do exercício e à proposta de aplicação de resultados, bem como ao parecer do Fiscal Único, assegurando a consolidação das contas com as contas do Município;
- e) Autorizar a celebração de empréstimos de médio e longo prazo;
- f) Determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento da empresa;
- g) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a empresa, podendo emitir as recomendações que considerar convenientes;
- h) Supervisionar os atos dos membros dos órgãos sociais da empresa, o acompanhamento da sua atividade e o controlo da respetiva gestão;
- i) Exigir qualquer informação, relatório ou documentos relacionados com a atividade da empresa e, bem assim, determinar a abertura de inquéritos, a promoção de inspeções ou a realização de qualquer diligência que repute necessária, independentemente das circunstâncias que lhes possam ter dado origem;
- j) Autorizar a aquisição, transmissão e constituição de direitos relativos a imóveis;
- k) Autorizar a reavaliação do ativo imobilizado;
- l) Autorizar a aquisição e venda de bens de valor superior ao anualmente fixado pela Câmara Municipal de Lisboa;
- m) Propor os contratos-programa a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa;
- n) Aprovar os contratos de gestão a celebrar com o Conselho de Administração;
- o) Exercer outros poderes que lhe sejam conferidos pela lei ou pelos presentes estatutos.

#### **CAPÍTULO IV** **Capital Social e Património**

##### **Artigo 21º** **Capital Social**

1. O capital social da GEBALIS integralmente realizado é de 1.300.000 euros (um milhão e trezentos mil euros), detido na sua totalidade pelo Município de Lisboa e encontra-se representado por 1.300.000 ações, com o valor nominal unitário de 1 euro.
2. As alterações ao capital social dependem de autorização prévia do Município.

##### **Artigo 22º** **Património**

1. O património da GEBALIS é constituído pelos bens e direitos recebidos ou adquiridos no exercício da sua atividade.
2. A Câmara Municipal de Lisboa transferirá para a empresa os bens e valores que considere necessários para o regular desenvolvimento das suas competências e atribuições, tendo em vista a prossecução do objeto social da empresa.

**CAPÍTULO V**  
**Gestão económica, financeira e patrimonial**

**Artigo 23º**  
**Princípios de gestão**

A gestão da GEBALIS deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, visando a promoção do desenvolvimento local e regional e a coesão social, nomeadamente através da gestão de proximidade do arrendamento municipal sob sua responsabilidade e assegurando a viabilidade económica da empresa e o seu equilíbrio financeiro.

**Artigo 24º**  
**Deveres especiais de informação**

Sem prejuízo do disposto na lei comercial quanto à prestação de informações aos sócios, deve a GEBALIS facultar, atempadamente e de forma completa, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, os seguintes elementos à Câmara Municipal de Lisboa:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da GEBALIS e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira.

**Artigo 25º**  
**Transparência**

1. A GEBALIS tem obrigatoriamente um sítio na Internet, onde mantém permanentemente atualizada a seguinte informação:

- a) Estatutos;
- b) Estrutura do capital social;
- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- f) Planos de atividade anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do Fiscal Único;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão;
- k) Pareceres do Fiscal Único previstos nas alíneas a) a c), do n.º 1, do artigo 13.º dos presentes estatutos e nas alíneas a) a c), do n.º 6, do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

**Artigo 26º**  
**Contratos-programa**

1. O Município de Lisboa celebrará com a GEBALIS contratos-programa onde se definirá a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas.

2. Os contratos-programa referidos no número anterior devem especificar o montante dos subsídios à exploração que a GEBALIS tem o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aplicando-se as normas ali previstas.

### **Artigo 27º**

#### **Instrumentos de gestão previsional**

1. A gestão económica e financeira da GEBALIS é disciplinada pelos seguintes Instrumentos de Gestão Previsional:

- a) Planos plurianuais e anuais de atividades, de investimento e financeiros;
- b) Orçamento anual de investimento;
- c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;
- d) Orçamento anual de tesouraria;
- e) Balanço previsional.

2. Os Instrumentos de Gestão Previsional devem ser remetidos à Assembleia Geral, para aprovação, até 31 de outubro do ano anterior daquele a que respeitem, sem prejuízo do disposto no artigo 24.º dos presentes estatutos.

### **Artigo 28º**

#### **Planos de Atividade, Financeiro e Orçamento**

1. Os Planos de Atividade Plurianuais devem estabelecer a estratégia a seguir pela empresa, no quadro das orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal, sendo reformulados sempre que as circunstâncias o justificarem.

2. Os Planos Financeiros Plurianuais incluirão o Programa de investimentos e respetivas fontes de financiamento.

3. A GEBALIS preparará para cada ano económico o plano de atividades e orçamentos anuais de exploração e investimentos, os quais deverão ser completados com os desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.

4. Estes Instrumentos Previsionais deverão explicitar a forma como procuram concretizar os Planos Plurianuais, referindo nomeadamente os investimentos projetados e as respetivas fontes de financiamento, os resultados e o balanço previsional.

### **Artigo 29º**

#### **Receitas**

Constituem receitas da GEBALIS:

- a) As provenientes da sua atividade de gestão do arrendamento municipal;
- b) O rendimento de bens próprios;
- c) As participações, dotações e subsídios que lhes sejam destinados;
- d) O produto da alienação de bens próprios ou da sua oneração;
- e) As doações, heranças e legados;
- f) O produto da contração de empréstimos a curto, médio e longo prazos, bem como da emissão de obrigações;
- g) Quaisquer outros que, por lei ou contrato, venha a perceber.

### **Artigo 30º**

#### **Provisões e Reservas**

1. A GEBALIS deve constituir as provisões e reservas julgadas necessárias, sendo obrigatória a constituição da reserva legal.

2. A dotação anual para reforço da reserva legal não poderá ser inferior a 10% do resultado líquido do exercício deduzido da quantia necessária à cobertura de prejuízos transitados.

3. A reserva legal só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos transitados.

### **Artigo 31º** **Transferências**

1 - A GEBALIS fica obrigada a entregar à Câmara Municipal de Lisboa uma percentagem das receitas provenientes da cobrança de rendas, em valor a fixar anualmente pela Câmara Municipal de Lisboa.

2 - Quando a conta de ganhos e perdas de um exercício encerre com lucros, a GEBALIS entregará à Câmara Municipal de Lisboa, a título de participação nos lucros da empresa, o valor que a Câmara Municipal de Lisboa fixar, até 50% do respetivo montante.

### **Artigo 32º** **Amortizações, reintegrações e avaliações**

1-A amortização, a reintegração e a reavaliação do ativo imobilizado, bem como a constituição de provisões, serão efetuadas pelo Conselho de Administração conforme os critérios aprovados pela Assembleia Geral e sem prejuízo do disposto na lei fiscal.

2 - A empresa deve proceder periodicamente à reavaliação do ativo imobilizado, em ordem a obter uma mais exata correspondência entre os valores patrimoniais e os contabilísticos.

### **Artigo 33º** **Contabilidade**

A contabilidade da GEBALIS respeita o Sistema de Normalização Contabilístico e deve corresponder às necessidades de gestão empresarial e permitir um controlo orçamental permanente.

### **Artigo 34º** **Prestação e aprovação de contas**

1. A GEBALIS deve elaborar, com referência a 31 de dezembro de cada ano, os seguintes instrumentos de prestação de contas:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados;
- c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo;
- f) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- g) Relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados;
- h) Parecer do Fiscal Único.

2. O Relatório do Conselho de Administração deve permitir uma compreensão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, analisar a evolução da gestão nos setores de atividade da empresa, designadamente no que respeita a cobrança de rendas, investimentos, custos e condições de mercado, e apreciar o seu desenvolvimento.

3. O Parecer do Fiscal Único deve conter a apreciação da gestão, bem como do Relatório do Conselho de Administração e a apreciação da exatidão das contas e da observância da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e dos Estatutos.

4. Os documentos referidos no número anterior serão enviados à Assembleia Geral, para aprovação e apreciação, até 31 de março do ano seguinte.



5. O relatório anual do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do Fiscal Único serão publicados no Boletim Municipal e num dos jornais mais lidos no Concelho de Lisboa.

**Artigo 35º**  
**Equilíbrio de contas**

A GEBALIS deve apresentar resultados anuais equilibrados, sem prejuízo do disposto no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

**Artigo 36º**  
**Controlo financeiro**

1. A GEBALIS está sujeita ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças, tendo em vista averiguar da legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão.
2. A GEBALIS adota procedimentos de controlo interno adequados a garantir a fiabilidade das contas e demais informação financeira, bem como a articulação com as entidades referidas no número anterior.

**Artigo 37º**  
**Regime Fiscal**

A GEBALIS está sujeita a tributação direta e indireta nos termos legais.

**CAPÍTULO VI**  
**Regime do pessoal**

**Artigo 38º**  
**Regime do pessoal**

1. O estatuto do pessoal das empresas locais é o do regime do contrato de trabalho.
2. O regime jurídico do pessoal é definido:
  - a) Pelas leis gerais que regem o contrato individual de trabalho;
  - b) Pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho a que a empresa estiver obrigada;
  - c) Pelas demais normas aplicáveis ao pessoal da empresa nos termos dos presentes estatutos.
3. O pessoal com relação jurídica de emprego público pode exercer funções na GEBALIS por acordo de cedência de interesse público, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, com a retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro e 84/2015, de 7 de agosto e pela Lei n.º 18/2016, de 20 de junho.
4. O exercício de funções, por trabalhadores da GEBALIS, em entidade a que seja diretamente aplicável a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, rege-se pelo estatuído nos artigos 241.º e seguintes dessa mesma lei.

**Artigo 39º**  
**Regime da segurança social**

1. O pessoal da empresa está sujeito ao Regime Geral da Segurança Social, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O pessoal que exerça funções na GEBALIS em regime de mobilidade, nos termos do artigo 29.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, pode optar pelo Regime de Proteção Social inerente ao lugar de origem, nos termos da legislação em vigor.

## CAPÍTULO VII Disposições Finais

### Artigo 40º

#### **Alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização**

A alienação, dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização da GEBALIS é da competência da Assembleia Municipal de Lisboa, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, aplicando-se o disposto no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

## **DELIBERAÇÃO N.º 446/AML/2016**

**Proposta 751/CM/2016 - Retificação das Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016, relativas a Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesia de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

**Votação CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

**Votação na AML:**

**Aprovada por unanimidade**

### **PROPOSTA N.º 751/2016**

**Assunto:** Aprovar retificar as Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016 e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração dos Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesia de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios

**Pelouros:** Estruturas de Proximidade

**Serviços:** UCT e DMPO

Considerando que:

- A. A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em reunião de 24 de novembro de 2016, as Propostas n.º 653/2016, 654/2016 e 655/2016, com vista à celebração dos Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios;
- B. Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

- C. Por manifesto lapso, nas propostas e nas minutas de contrato, verificaram-se incorreções pontuais;
- D. Nos termos do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, os atos administrativos podem ser retificados, a todo o tempo, por iniciativa dos órgãos competentes;

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere**, ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor, e na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

**1. Aprovar:**

**a. No que concerne à Proposta n.º 653/2016:**

- i. **A retificação na minuta do contrato de delegação de competências, do montante constante na página 11, alínea b) letra i):** onde se lê: “...€ 50.697,24 (cinquenta mil, seiscientos e noventa e sete euros e vinte e quatro centimos)”, deve ler-se: “...€53.739,07 (cinquenta e três mil, setecientos e trinta e nove euros e sete centimos).”

**b. Quanto à Proposta n.º 654/2016:**

- i. **A retificação na página 5, ponto 1.2.1.1.2, alínea b) da proposta, bem como na cláusula 9.ª, alínea a), ponto ii., letra b. do contrato de delegação de competências:** onde consta: “...e com a conclusão de todas as intervenções previstas realizar no ano de 2016....”, deve ler-se: “e com a conclusão da obra.”

**c. Quanto à Proposta n.º 655/2016:**

- i. **A retificação na página 3, alínea e) da Proposta n.º 655/2016, bem como na página 2 da minuta de contrato,** onde consta: “...Freguesia de Campolide....”, deve ler-se: “Freguesia de Arroios.”;
- ii. **A retificação da aplicação da regra da redução de casas decimais na proposta e na respetiva minuta de contrato,** pelo que onde se lê: “€ 121.415,35 (Cento e vinte e um mil quatrocentos e quinze euros e trinta e cinco centimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;”, deve ler-se: “€ 121.415,36 (Cento e vinte e um mil quatrocentos e quinze euros e trinta e seis centimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;”;
- Mais, onde se lê: “€ 80.943,58 (Oitenta mil novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e oito centimos) equivalente a 40% do total, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.”, deve ler-se: “€ 80.943,57 (Oitenta mil novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete centimos) equivalente a 40% do total, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.”.



2. Aprovar as Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016 retificadas, constantes em anexo e que fazem parte integrante da presente proposta, bem como a respetiva documentação;
3. Deliberar submeter as Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016 retificadas, nos termos dos números anteriores, a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa.

**Nota relativa aos anexos: Os anexos relativos às Propostas referidas nos pontos 2 e 3 da arte deliberativa transcrevem-se em baixo de forma sequencial com a respetiva votação em sede da AML.**

### **DELIBERAÇÃO N.º 447/AML/2016**

#### **Proposta n.º 653/CM/2016 (Retificada pela Proposta n.º 751/CM/2016) - Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

#### **Votação CML:**

**Aprovada por maioria com 10 votos a favor (5PS, 3Ind., 1PPD/PSD e 1PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

#### **Proposta 653/CM/2016**

( Retificada pela Proposta 751/CM/2016 )

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Estruturas de Proximidade

**SERVIÇOS:** UCT

CONSIDERANDO QUE:

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município.

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território.

- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

- a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.
- b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;
- c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
- d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
- e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;
- f. Requalificação de Logradouros;
- g. Recuperação de Escadarias;
- h. Requalificação de Jardins;
- i. Recuperação de Lagos;
- j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
- k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
- l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
- m. Parques Caninos;
- n. Execução do Orçamento Participativo.

- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de ação pública de proximidade entretanto abertas”.

- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação nº 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”.

- Este é, porventura, o momento, para introduzir um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução.

#### **I - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

## **II - Fundamentação de facto**

### **II.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE**

#### **II.1.A- Intervenção 1:**

Proceder à reformulação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira, melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constantes do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta;**

#### **II.1.B- Intervenção 2:**

Proceder à reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul), melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constantes do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo á presente proposta;**

#### **II.1.C- Intervenção 3:**

Proceder à substituição do pavimento e reabilitação de mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha, melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constantes do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta;**

### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da delegação de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:



**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, respetivamente, para:**

**1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

**1.1.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE**

**1.1.1.1. Intervenção 1:**

Reformulação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira, conforme cláusula 7ª do contrato em anexo.

**1.1.1.2. Intervenção 2:**

Reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul), conforme cláusula 7ª do contrato em anexo.

**1.1.1.3 Intervenção 3:**

Substituição do pavimento e reabilitação de mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha, conforme cláusula 7ª do contrato em anexo.

**1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**Valor total:** 197.992,32 €

**Ano de 2016:** 118.795,39 €

**Ano de 2017:** 79.197,06 €

**1.2.1. Para efeito do disposto no ponto 1.1.1. da parte deliberativa, a seguinte afectação:**

**1.2.1.1. Intervenção 1:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 90.535,69 (noventa mil quinhentos e trinta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Alcântara seja realizada em duas prestações:

- **1.ª Prestação:** no montante de € 54.321,41 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
- **2.ª Prestação:** no montante de € 36.214,28 (trinta e seis mil, duzentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.

**1.2.1.1.3.** A repartição de encargos para os anos de 2016 e 2017, com os seguintes montantes:

**2016** - € 54.321,41 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos);

**2017** - € 36.214,28 (trinta e seis mil, duzentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos).

Sendo que, a despesa a efetivar em 2017 (€36.214,28) encontra-se abrangida pela autorização genérica favorável da Assembleia Municipal de Lisboa à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, concedida através da Deliberação nº 315/AML/2015, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, desde que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, do previsto nas Grandes Opções do Plano ou quando os seus encargos não excedam o limite de € 100.000,00 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L02.00, Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.11, ficando o mesmo condicionado à respetiva alteração orçamental.

#### **1.2.1.2. Intervenção 2:**

**1.2.1.2.1. Afetação**, para a mesma Freguesia, da quantia de € 53.739,07 (cinquenta e três mil, setecentos e trinta e nove euros e sete cêntimos).

**1.2.1.2.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Alcântara seja realizada em duas prestações:

- **1.ª Prestação:** no montante de € 32.243,44 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato.
- **2.ª Prestação:** no montante de € 21.495,63 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e três cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.

**1.2.1.2.3.** A repartição de encargos para os anos de 2016 e 2017 com os seguintes montantes:

**2016** - € 32.243,44 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos);

**2017** - € 21.495,63 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e três cêntimos).

Sendo que, a despesa a efetivar em 2017 (€ 21.495,63) encontra-se abrangida pela autorização genérica favorável da Assembleia Municipal de Lisboa à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, concedida através da Deliberação nº 315/AML/2015, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, desde que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, do previsto nas Grandes Opções do Plano ou quando os seus encargos não excedam o limite de € 100.000,00 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L02.00, Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.11, ficando o mesmo condicionado à respetiva alteração orçamental.

#### **1.2.1.3. Intervenção 3:**

**1.2.1.3.1. Afetação**, para a mesma Freguesia, da quantia de € 53.717,56 (cinquenta e três mil, setecentos e dezassete euros e cinquenta e seis cêntimos).

**1.2.1.3.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Alcântara seja realizada em duas prestações:

- **1.ª Prestação:** no montante de € 32.230,54 (trinta e dois mil, duzentos e trinta euros e cinquenta e quatro cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato.
- **2.ª Prestação:** no montante de € 21.487,02 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e dois cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.

**1.2.1.3.3.** A repartição de encargos para os anos de 2016 e 2017 com os seguintes montantes:

**2016** - € 32.230,54 (trinta e dois mil, duzentos e trinta euros e cinquenta e quatro cêntimos);

**2017** - € 21.487,02 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e dois cêntimos).

Sendo que, a despesa a efetivar em 2017 (€21.487,02) encontra-se abrangida pela autorização genérica favorável da Assembleia Municipal de Lisboa à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, concedida através da Deliberação nº 315/AML/2015, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, desde que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, do previsto nas Grandes Opções do Plano ou quando os seus encargos não excedam o limite de € 100.000,00 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L02.00, Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.11, ficando o mesmo condicionado à respetiva alteração orçamental.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE ALCÂNTARA**, pessoa colectiva n.º 501 132 554, com sede na Rua dos Lusíadas, n.º 13, 1300-366 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Dr. Davide Miguel Santos Amado, na qualidade de Exmo. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos.
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.

- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alcântara, por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia nomeadamente na manutenção do espaço público.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alcântara, consideram de interesse mútuo e prioritário a requalificação dos espaços públicos, nomeadamente melhoria das condições pedonais, criando condições de segurança e salubridade, instalação de algum mobiliário urbano e melhoria de equipamentos.
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características, não assume a dimensão de conservação e manutenção mas de beneficiação, atenta a finalidade de recuperação profunda de pavimentos pedonais e gestão de equipamentos.
- o) A intervenção em causa, integra as competências materiais da Câmara Municipal, designadamente, recuperação profunda de pavimentos pedonais, a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não estando pois



prevista no disposto no artigo 12º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com a redação dada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto – Reorganização Administrativa de Lisboa.

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos,
  - i. requalificação de pavimentos pedonais,
  - i.i. criação de condições de segurança e salubridade em percurso pedonal,
  - i.i.i. reabilitação e ampliação de parque infantil,
  - i.v. Com a materialização das ações anteriormente referidas promove-se na área da Freguesia de Alcântara uma melhor mobilidade e qualidade de vida da população, garantindo melhores condições de segurança e salubridade, bem como a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervir.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objecto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE

##### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

Reformulação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira criando condições de segurança e salubridade.

- i. Proceder à requalificação do pavimento pedonal melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constante do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Com base nas peças escritas e desenhadas, fornecidos pela Segunda Contratante e validados pela Primeira Contratante, proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objecto do presente Contrato, bem como às respectivas adjudicações e celebração de contractos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.
- iv. No âmbito da competência prevista na alínea a) serão executados, nomeadamente, os seguintes trabalhos:
  - Substituição da calçada de vidro;
  - Alteração do tipo de calçada da rua para calçada mista (antiderrapante);
  - Substituição dos lancis calcários;
  - Colocação de calhas metálicas 0,05X0,10m abaixo da calçada com saída no lancil;
  - Adaptação dos sistemas saneamento (sarjetas) quando necessários;
  - Execução de pavimentos tácteis em passeadeiras;



Para a realização desta obra deverá ter-se em consideração, algumas condicionantes existentes no terreno, nomeadamente, o acesso às habitações deverá ser salvaguardado; mais o Adjudicatário incluirá em todos os trabalhos os meios necessários à sua execução, incluindo toda a sinalização, marcação do local dos trabalhos e, para assegurar a segurança de pessoas e bens. Os custos dos trabalhos incluirão ainda a obtenção de licenças e autorizações que sejam exigidas pelas autoridades, seja pela natureza dos trabalhos, seja por ocupação temporária da via pública e eventuais interferências com o trânsito e zonas de estacionamento.

Nessa medida, o espaço público em causa está devidamente identificado no Anexo I, constante no dossier, incluindo as peças escritas e desenhadas.

b) No âmbito da **intervenção 2**:

Reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul).

i. Proceder à Reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul), melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constante do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;

ii. Com base nas peças escritas e desenhadas, fornecidos pela Segunda Contratante e validados pela Primeira Contratante proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objecto do presente Contrato, bem como às respectivas adjudicações e celebração de contractos;

iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

iv. No âmbito da competência prevista na alínea b) serão executados, nomeadamente, os seguintes trabalhos:

- Reabilitação da calçada de vidro;
- Substituição de lancis calcários;
- Colocação de calhas metálicas 5x10cm abaixo da calçada com saída no lancil;
- Adaptação dos sistemas saneamento (sarjetas) quando necessário;
- Execução de pavimentos tácteis em passadeiras.

Para a realização desta obra deverá ter-se em consideração, algumas condicionantes existentes no terreno, nomeadamente, o acesso às habitações deverá ser salvaguardado; mais o

Adjudicatário incluirá em todos os trabalhos os meios necessários à sua execução, incluindo toda a sinalização, marcação do local dos trabalhos e, para assegurar a segurança de pessoas e bens. Os custos dos trabalhos incluirão ainda a obtenção de licenças e autorizações que sejam exigidas pelas autoridades, seja pela natureza dos trabalhos, seja por ocupação temporária da via pública e eventuais interferências com o trânsito e zonas de estacionamento.

Nessa medida, o equipamento em causa está devidamente identificado no Anexo I, constante no dossier, incluindo as peças escritas e desenhadas.

c) No âmbito da intervenção 3:

Substituição do pavimento e reabilitação do mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha.

i. Proceder à substituição do pavimento e reabilitação do mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha, melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constante do anexo I, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;

ii. Com base nas peças escritas e desenhadas, fornecidos pela Segunda Contratante e validados pela Primeira Contratante proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objecto do presente Contrato, bem como às respectivas adjudicações e celebração de contractos;

iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

iv. No âmbito da competência prevista na alínea c) serão executados, nomeadamente, os seguintes trabalhos:

- Remoção do pavimento de amortecimento existente (areão);
- Execução de base e sub-base de assentamento, para pavimento do tipo borrachoso;
- Execução de pavimento de amortecimento do tipo borrachoso in-situ;
- Limpeza e reparação dos equipamentos infantis, muro, vedação e mobiliário urbano adstrito.

Para a realização desta obra deverá ter-se em consideração, algumas condicionantes existentes no terreno, nomeadamente, o acesso às habitações deverá ser salvaguardado; mais o Adjudicatário incluirá em todos os trabalhos os meios necessários à sua execução, incluindo toda a sinalização, marcação do local dos trabalhos e, para assegurar a segurança de pessoas e bens. Os custos dos trabalhos incluirão ainda a obtenção de licenças e autorizações que sejam exigidas

pelas autoridades, seja pela natureza dos trabalhos, seja por ocupação temporária da via pública e eventuais interferências com o trânsito e zonas de estacionamento.

Nessa medida, o espaço público em causa está devidamente identificado no Anexo I, constante no dossier, incluindo as peças escritas e desenhadas.

## Cláusula 8.ª

### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

Reformulação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira criando condições de segurança e salubridade.

- i. Proceder à apreciação e validação, das peças escritas e desenhadas, fornecidas pela **Segunda Contratante**, necessárias à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos;
- ii. Prestar o apoio técnico, no âmbito da execução das obras, sempre que a **Segunda Contratante** necessite ou solicite.

2. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

b) No âmbito da **intervenção 2**:

Reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul).

- i. Proceder à apreciação e validação, das peças escritas e desenhadas, fornecidas pela **Segunda Contratante**, necessárias à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos;
- ii. Prestar o apoio técnico, no âmbito da execução das obras, sempre que a **Segunda Contratante** necessite ou solicite.

2. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

c) No âmbito da **intervenção 3**:

Substituição do pavimento e reabilitação do mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha.

- i. Proceder à apreciação e validação, das peças escritas e desenhadas, fornecidas pela **Segunda Contratante**, necessárias à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos;
- ii. Prestar o apoio técnico, no âmbito da execução das obras, sempre que a **Segunda Contratante** necessite ou solicite.

2. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

**Cláusula 9.ª**

**Imputação dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

Reformulação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira criando condições de segurança e salubridade.

- i. O montante é de € 90.535,69 (noventa mil quinhentos e trinta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** em duas prestações:
  - a. **1.ª prestação**: no montante de € 54.321,41 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
  - b. **2.ª prestação**: no montante de € 36.214,28 (trinta e seis mil, duzentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra de Reformulação do pavimento pedonal e

drenagem superficial da Rua Leão de Oliveira criando condições de segurança e salubridade.

b) No âmbito da **intervenção 2:**

Reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul).

- i. O montante é de € 53.739,07 (cinquenta e três mil, setecentos e trinta e nove euros e sete cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** em duas prestações:
  - a. **1.ª prestação:** no montante de € 32.243,44 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
  - b. **2.ª prestação:** no montante de € 21.495,63 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e três cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra de reabilitação do pavimento pedonal e drenagem superficial da Rua Pedro Calmon (troço sul).

c) No âmbito da **intervenção 3:**

Substituição do pavimento e reabilitação do mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha.

- i. O montante é de € 53.717,56 (cinquenta e três mil, setecentos e dezassete euros e cinquenta e seis cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** em duas prestações:
  - a. **1.ª prestação:** no montante de € 32.230,54 (trinta e dois mil, duzentos e trinta euros e cinquenta e quatro cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
  - b. **2.ª prestação:** no montante de € 21.487,02 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e dois cêntimos) equivalente a 40% do total, no segundo trimestre de 2017 e com a conclusão da obra de Substituição do pavimento e reabilitação do mobiliário urbano do Parque Infantil da Quinta do Cabrinha.



**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 10.ª**

**Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

**Cláusula 11.ª**

**Entrada em vigor e Período de vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**A Primeira Contratante,**

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

Davide Amado

## **DELIBERAÇÃO Nº 448/AML/2016**

### **Proposta n.º 654/CM/2016 (Retificada pela Proposta nº 751/CM/2016) - Delegação de Competências na Freguesia de Santa Clara**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

#### **Votação CML:**

**Aprovada por maioria com 10 votos a favor (5PS, 3Ind., 1PPD/PSD e 1PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **Proposta 654/CM/2016**

( Retificada pela Proposta 751/CM/2016 )

**Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.**

**PELOURO:** Estrutura de Proximidade

**SERVIÇOS:** UCT

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município.

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território.

- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

- a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.
  - b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;
  - c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
  - d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
  - e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;
  - f. Requalificação de Logradouros;
  - g. Recuperação de Escadarias;
  - h. Requalificação de Jardins;
  - i. Recuperação de Lagos;
  - j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
  - k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
  - l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
  - m. Parques Caninos;
  - n. Execução do Orçamento Participativo.
- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de acção pública de proximidade entretanto abertas”.
- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação nº 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”.

- Este é, porventura, o momento, para introduzir um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução.

#### **I - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

## **II - Fundamentação de facto**

### **II.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE**

#### **II.1.A- Intervenção 1:**

Proceder ao prolongamento da área intervenção de requalificação do Campo Polidesportivo das Galinheiras, melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constantes do Programa Preliminar - anexo, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta.**

#### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da delegação de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DA ESTRUTURA DE PROXIMIDADE**

**1.1.1.1. Intervenção 1:** Proceder ao prolongamento da área intervenção da requalificação do espaço exterior envolvente ao Campo Polidesportivo das Galinheiras, em termos de melhorias de acessibilidade pedonal, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;



## **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

### **1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de **€ 50.000,00** (cinquenta mil euros).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Santa Clara seja realizada da seguinte forma:

- a. **1.ª prestação:** no montante de € 30.000,00 (trinta mil euros), equivalente a 60% do total da intervenção, dez dias após a celebração do contrato;
- b. **2.ª prestação:** no montante de € 20.000,00 (vinte mil euros), equivalente a 40% do total da intervenção, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.

**1.2.1.2.3.** Aprovar a repartição de encargos para os anos de 2016 e 2017 com os seguintes montantes:

**2016** - € 30.000,00 (trinta mil euros)

**2017** - € 20.000,00 (vinte mil euros)

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Rúbrica Económica L02.00, económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.11.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE SANTA CLARA**, pessoa coletiva n.º 510 856 977, com sede no Largo do Ministro, n.º 1, Lisboa, aqui representada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Maria da Graça Pinto Ferreira, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objectivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.
- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.

- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente delegação de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da actividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santa Clara por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei nº 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa e atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente na manutenção do espaço público.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Clara consideram de interesse mútuo e prioritário o prolongamento da intervenção de requalificação do espaço público envolvente ao Campo Polidesportivo das Galinheiras.
- n) Nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro, são competências próprias das Juntas de Freguesia, manter e conservar pavimentos pedonais e manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público, com excepção do que seja objecto de concessão, assegurando a uniformidade estética e funcional dos mesmos.
- o) No entanto, a requalificação do local supra referido, compreende intervenções mais abrangentes que, pela sua natureza e características não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se pois nas competências da Câmara Municipal;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SECÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos, melhorar as condições de acessibilidade, segurança e de utilização dos espaços públicos municipais objeto do presente contrato, promovendo a melhoria dos espaços disponibilizados e dos serviços prestados na área da Freguesia de Santa Clara, bem como a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e área a intervencionar.

##### **Cláusula 3.ª**

##### **Competências da Segunda Contratante**

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;

- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.



## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:
  - a) No âmbito da **intervenção - Prolongamento da área de intervenção da requalificação do espaço exterior envolvente ao Campo Polidesportivo das Galinheiras:**

- i. Proceder à intervenção de requalificação, melhor identificada nas peças escritas e desenhadas, constantes do Programa Preliminar - anexo 1, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração do projeto de execução e, após validação do mesmo pela Primeira Contratante, proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.
- iv. No âmbito da competência prevista alínea a) serão executados, nomeadamente, os seguintes trabalhos:
  - Recorte de área específica para estacionamento automóvel;
  - Substituição do pavimento pedonal betuminoso por lajetas de betão;
  - Alteração da localização do ecoponto para novo local, enterrado;
  - Instalação de mobiliário urbano, papeleiras, pilaretes, guarda-metálica;
  - Execução de caleira para drenagem das águas pluviais;
  - Adaptação de passadeiras pedonais, de acordo com a legislação em vigor.

#### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do Estudo base necessário à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos.
2. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Imputação dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

a) No âmbito da **intervenção 1:**

- i. O montante global é de **€ 50.000,00** (cinquenta mil euros).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** da seguinte forma:
  - a. **1.ª prestação:** no montante de € 30.000,00 (trinta mil euros), equivalente a 60% do total da intervenção, dez dias após a celebração do contrato;
  - b. **2.ª prestação:** no montante de € 20.000,00 (vinte mil euros), equivalente a 40% do total da intervenção, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.”

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 10.ª**

#### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexo.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Entrada em vigor e Período de vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**Pela Primeira Contratante,**

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

**Pela Segunda Contratante,**

A Presidente da Junta de Freguesia

Maria da Graça Pinto Ferreira

## **DELIBERAÇÃO N.º 449/AML/2016**

### **Proposta n.º 655/CM/2016 (Retificada pela Proposta nº 751/CM/2016) Delegação de Competências na Freguesia de Arroios**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Duarte Cordeiro e Manuel Salgado

#### **Votação CML:**

**Aprovada por maioria com 10 votos a favor (5PS, 3Ind., 1PPD/PSD e 1PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **Proposta 655/CM/2016**

( Retificada pela Proposta 751/CM/2016 )

Assunto: Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município.

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território.

- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.

b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;

- c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
- d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
- e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;
- f. Requalificação de Logradouros;
- g. Recuperação de Escadarias;
- h. Requalificação de Jardins;
- i. Recuperação de Lagos;
- j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
- k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
- l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
- m. Parques Caninos;
- n. Execução do Orçamento Participativo.

- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de ação pública de proximidade entretanto abertas”.

- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação nº 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”.

- Este é, porventura, o momento, para introduzir um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução.

#### **I - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, se



determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- h) Nessa medida, foi elaborado pelos serviços municipais o estudo necessário, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

## II - Fundamentação de facto

### II.1.A. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE

#### II.1.A- Intervenção única:

Proceder à Intervenção de Requalificação de Acessibilidades no Mercado do Forno do Tijolo, melhor identificadas nas peças escritas e desenhadas e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta.**

### TEMOS A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23.º, na alínea k) do n.º1 artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da delegação de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios respetivamente, para:**

#### 1.1. EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO

##### 1.1.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE

###### 1.1.1.1. Intervenção única: Requalificação de acessibilidades no Mercado do Forno do Tijolo:

Proceder à execução da Passagem Pedonal e do Elevador do Mercado do Forno do Tijolo, melhor identificada nas peças escritas e orçamentos de referência, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante.**

#### 1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

###### 1.2.1.1. Intervenção única: Requalificação de Acessibilidades no Mercado do Forno do Tijolo:

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de **€ 202.358,93** (Duzentos e dois mil trezentos e cinquenta e oito euros e noventa e três cêntimos), imputados à execução da obra da Passagem Pedonal e do Elevador do Mercado do Forno do Tijolo a desenvolver no ano de 2017.

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Arroios seja realizada da seguinte forma:

- a. **1ª prestação:** no montante de € 121.415,36 (Cento e vinte e um mil quatrocentos e quinze euros e trinta e seis cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
- b. **2ª prestação:** no montante de € 80.943,57 (Oitenta mil novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos) equivalente a 40% do total, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra,

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Rúbrica Económica L02.00, económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.15.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Duarte Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE ARROIOS**, pessoa coletiva n.º 510 832 890, com sede no Largo do Intendente Pina Manique, n.º 27, 1100-285 Lisboa, aqui representada pela Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, Senhora Margarida Carmen Nazaré Martins, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de

Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;

- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- h) Neste contexto, foi elaborado pelos serviços municipais o estudo necessário, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo;

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Arroios por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia nomeadamente na manutenção do espaço público.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Arroios consideram de interesse mútuo e prioritário a requalificação de espaços públicos e equipamentos, nomeadamente:
  - a. Intervenção de requalificação de acessibilidades no Mercado do Forno do Tijolo.

- n) Nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro, são competências próprias das Juntas de Freguesia, manter e conservar pavimentos pedonais e manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público, com exceção do que seja objeto de concessão, assegurando a uniformidade estética e funcional dos mesmos;
- o) No entanto, a requalificação do local suprarreferido, compreende intervenções mais abrangentes que, pela sua natureza e características não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se pois nas competências da Câmara Municipal;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos:
  - i. Melhoria das condições de acessibilidade, segurança e de utilização dos espaços públicos municipais objeto do presente contrato;
  - ii. Melhoria dos espaços disponibilizados e dos serviços prestados na área da Freguesia de Arroios, bem como
  - iii. Racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.



## Cláusula 2.ª

### Objeto contratual

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

## Cláusula 3.ª

### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;

- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.

3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito da presente **Intervenção - Requalificação de Acessibilidades no Mercado do Forno do Tijolo**.

- i. Proceder à execução da Passagem Pedonal e do Elevador do Mercado do Forno do Tijolo, melhor identificada nas peças escritas e orçamentos de referência - anexo I, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Após validação dos trabalhos referidos no ponto anterior pela **Primeira Contratante**, proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respectivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no âmbito do presente contrato, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

#### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito da presente **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do Estudo base necessário à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### Cláusula 9.ª

##### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

a) No âmbito da presente **intervenção**:

- i. O montante global é de **€ 202.358,93** (Duzentos e dois mil trezentos e cinquenta e oito euros e noventa e três cêntimos) imputados à **execução** da Passagem Pedonal e do Elevador.
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** da seguinte forma:
  - **1ª prestação:** no montante de € 121.415,36 (Cento e vinte e um mil quatrocentos e quinze euros e trinta e seis cêntimos) equivalente a 60% do total, dez dias após a celebração do presente contrato;
  - **2ª prestação:** no montante de € 80.943,57 (Oitenta mil novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos) equivalente a 40% do total, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão obra.

### **CAPÍTULO III**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Entrada em vigor e Período de vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, \_\_\_\_ de Novembro de 2016.

**Pela Primeira Contratante,**

O Vereador

Duarte Cordeiro

**Pela Segunda Contratante,**

O Presidente da Junta de Freguesia

Margarida Martins

## **DELIBERAÇÃO Nº 450/AML/2016**

### **Proposta n.º 704/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de Arroios**

Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **P R O P O S T A N.º 704/2016**

(Retificada)

**Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato**

**Pelouros:** Estrutura Verde

**Serviços:** CML-DMEVAE

Considerando que:

- A) A Junta de Freguesia de Arroios serve cerca de 31.634 fregueses, numa área de 2,13 km<sup>2</sup>, e a Reorganização Administrativa de Lisboa veio passar competências para as juntas de freguesia, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei nº 85/2015, de 7 de agosto;
- B) Um dos espaços objeto da referida transferência de competências para a Junta de Freguesia de Arroios, foi o Jardim Constantino, onde está instalado o quiosque municipal;



C) A Câmara Municipal de Lisboa é proprietária do referido quiosque municipal, sito no Jardim Constantino em Lisboa;

D) Através do contrato n.º 09.01-03/2010, a exploração do quiosque foi concessionada a empresa Félix & Celso, Lda., a 16 de março de 2010;

E) A 6 de março de 2013, foi autorizada a cessão da posição contratual para o senhor João António Fernandes Domingues;

F) A 8 de janeiro de 2016 foi autorizada a cessão da posição contratual para o senhor Pedro Miguel Figueiredo Ferreira Lourenço;

G) Na sequência da Proposta n.º 773/2014, aprovada na Reunião de Câmara n.º 51 de 17 de dezembro de 2014, foi deliberado submeter à consideração dos concessionários dos contratos de concessão de exploração dos quiosques, a alteração do prazo de vigência contratual até ao máximo de 12 anos de vigência contratual, sem prejuízo dos direitos adquiridos, tendo a presente concessão um alargamento de prazo por mais 7 anos, conforme a Adenda ao contrato de “concessão de exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas com área de explanada, sito no Jardim Constantino”, celebrada a 9 de dezembro de 2015.

H) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que o referido quiosque se mantenha em atividade, por forma a garantir a segurança e a animação da zona respetiva e ainda a preservação do equipamento;

I) A Junta de Freguesia de Arroios pretende que o referido quiosque fique sob sua gestão uma vez que já detém a gestão do Jardim Constantino e considera que, face às especificidades daquele Jardim a gestão integrada de ambos afigura-se inevitável, tanto mais que a referida Junta tem programado para o espaço inúmeras atividades, sendo o quiosque municipal instalado no Jardim Constantino, um equipamento essencial e vital como polo dinamizador de apoio às mesmas, uma vez que, a sua atividade irá ter um carácter diferenciador face aos restantes equipamentos instalados neste local.

J) Findo o decurso do prazo da presente concessão, é propósito da Junta de Freguesia de Arroios proceder à exploração do mesmo, em utilização direta ou em regime de concessão;

K) A Câmara Municipal de Lisboa, reconhece os argumentos explanados pela Junta de Freguesia de Arroios;

L) A Proposta n.º 4/2014 (Deliberação n.º 6/AML/2014) que estabelece, entre outras, o elenco da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, na letra E. Disposições Finais, da referida Proposta, é dito que: “os equipamentos que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do município, independentemente da respetiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade”;

M) A Câmara Municipal de Lisboa tem competência para a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N) A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, enquanto órgão do município e da freguesia podem contratualizar delegação de competências, em todos os domínios, cuja negociação e concretização é livre, podendo fundamentadamente variar em função da especificidade de cada caso concreto, por força do disposto nos artigos 120.º a 123.º, 135.º e 136.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O) Uma articulação entre a Câmara de Lisboa de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios enquanto órgãos das respetivas autarquias locais, assumindo-se como um garante indissociável da prossecução do interesse público e da melhoria da qualidade de vida das populações locais, tem enquadramento legal nos termos do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

P) No atual quadro jurídico a delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deve ser contratualizada através de contratos interadministrativos, ao abrigo do disposto artigo 120.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Q) Nesta medida a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa pretendem contratualizar uma delegação de competências para efetivar a cedência do referido quiosque municipal que se encontra instalado no Jardim Constantino;

R) A proposta de contratualização vertente respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público;

S) A Câmara Municipal pode submeter a autorização da Assembleia Municipal propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

T) A delegação de competências nos termos do artigo 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concretiza-se através de celebração de um contrato tipificado no artigo 120.º do mesmo diploma legal;

U) A concretização da delegação de competências tem como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

V) Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia nos termos da alínea k) do 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

W) A fim da Junta de Freguesia poder concessionar a exploração do quiosque após o término da concessão, torna-se forçoso que o prazo de vigência do presente contrato seja superior ao da duração do mandato deliberativo do Município;

X) O prazo que tem sido considerado adequado para este tipo de concessões é de 12 (doze) anos.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere** submeter à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas na alínea k), do artigo 25.º e na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º e no artigo 116.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

- 1) Autorizar a celebração do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios, para a gestão do quiosque municipal do ramo alimentar com área de esplanada;
- 2) Aprovar a respetiva minuta do contrato, ora anexa, que faz parte integrante da presente proposta, nos termos e condições consignadas na mesma minuta.

## CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E JUNTA DE FREGUESIA DE ARROIOS

### Entre:

**MUNICIPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500051070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador José Paixão Moreira Sá Fernandes, que outorga no uso da competência para celebrar protocolos na área de gestão dos pelouros que lhe foi subdelegada pelo Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, alterado pelo Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, adiante designado por **CML ou Primeiro Outorgante**,

**FREGUESIA DE ARROIOS**, pessoa coletiva com o n.º 510832890, com sede no Largo do Intendente Pina Manique, 27 em Lisboa, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhora Margarida Martins, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

### Considerando que:

A) A Freguesia de Arroios serve cerca de 31634 fregueses, numa área de 2,13 km quadrados, e a Reorganização Administrativa de Lisboa veio passar competências para as juntas de freguesias, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto;

B) Um dos espaços objeto da referida transferência de competências para a Junta de Arroios, foi o Jardim Constantino, onde está instalado o quiosque municipal;

C) A Câmara Municipal de Lisboa é proprietária do referido quiosque municipal, sito Jardim Constantino em Lisboa;

D) Através do contrato n.º 09.01-03/2010, a exploração do quiosque foi concessionada a empresa Félix & Celso, Lda., a 16 de Março de 2010;

E) A 06 de Março de 2013, foi autorizada a cessão da posição contratual para o senhor João António Fernandes Domingues;

F) A 08 de Janeiro de 2016 foi autorizada a cessão da posição contratual para o senhor Pedro Miguel Figueiredo Ferreira Lourenço;

G) Na sequência da Proposta n.º 773/2014, aprovada na Reunião de Câmara n.º 51 de 17 de Dezembro de 2014, foi deliberado submeter à consideração dos concessionários dos contratos de concessão de exploração dos quiosques, a alteração do prazo de vigência contratual até ao máximo de 12 anos de vigência contratual, sem prejuízo dos direitos adquiridos, tendo a presente concessão um alargamento de prazo por mais 7 anos, conforme a Adenda ao contrato de “concessão de exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas com área de explanada, sito no Jardim Constantino”, celebrada a 9 de Dezembro de 2015.

H) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que o referido quiosque se mantenha em atividade, por forma a garantir a segurança e a animação da zona respetiva e ainda a preservação do equipamento;

I) A Junta de Freguesia de Arroios pretende que o referido quiosque fique sob sua gestão uma vez que já detém a gestão do Jardim Constantino e considera que, face às especificidades daquele Jardim a gestão integrada de ambos afigura-se inevitável, tanto mais que a referida Junta tem programado para o espaço inúmeras atividades, sendo o quiosque municipal instalado no Jardim Constantino, um equipamento essencial e vital como polo dinamizador



de apoio às mesmas, uma vez que, a sua atividade irá ter um carácter diferenciador face aos restantes equipamentos instalados neste local.

J) Findo o decurso do prazo da presente concessão, é propósito da Junta de Freguesia de Arroios proceder à exploração do mesmo, em utilização direta ou em regime de concessão;

K) A Câmara Municipal de Lisboa, reconhece os argumentos explanados pela Junta de Arroios;

L) A Proposta n.º 4/2014 (Deliberação n.º 6/AML/2014) que estabelece, entre outras, o elenco da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, na letra E. Disposições Finais, da referida Proposta, é dito que: “os equipamentos que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do município, independentemente da respetiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade”;

M) A Câmara Municipal de Lisboa tem competência para a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

N) A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, enquanto órgão do município e da freguesia podem contratualizar delegação de competências, em todos os domínios, cuja negociação e concretização é livre, podendo fundamentadamente variar em função da especificidade de cada caso concreto, por força do disposto nos artigos 120º a 123º, 135º e 136º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

O) Uma articulação entre a Câmara de Lisboa de Lisboa e a Junta de Arroios enquanto órgãos das respetivas autarquias locais, assumindo-se como um garante indissociável da prossecução do interesse público e da melhoria da qualidade de vida das populações locais,

tem enquadramento legal nos termos do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

P) No atual quadro jurídico a delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deve ser contratualizada através de contratos interadministrativos, ao abrigo do disposto artigo 120.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Q) Nesta medida a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa pretendem contratualizar uma delegação de competências para a gestão do referido quiosque municipal que se encontra instalado no Jardim Constantino;

R) A proposta de contratualização vertente respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público;

S) A Câmara Municipal pode submeter a autorização da Assembleia Municipal propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

T) A delegação de competências nos termos do artigo 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, concretiza-se através de celebração de um contrato tipificado no artigo 120.º do mesmo diploma legal;

U) A concretização da delegação de competências tem como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

V) Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia nos termos da alínea k) do 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

W) A fim da Junta de Freguesia poder concessionar a exploração do quiosque após o término da concessão, torna-se forçoso que o prazo de vigência do presente contrato seja superior ao da duração do mandato deliberativo do Município;

X) O prazo que tem sido considerado adequado para este tipo de concessões é de 12 (doze) anos;

Y) A celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Arroios foi autorizada pela Deliberação da Assembleia Municipal de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objeto do contrato)**

O presente contrato tem como objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Arroios e a definição dos termos e condições da gestão com utilização a título precário do quiosque municipal, cedida pela primeira outorgante à segunda outorgante, que está instalado no Jardim Constantino.

**Cláusula 2.ª**  
**(Competências delegadas na Segunda Outorgante)**

1. São delegadas competências pela Primeira Outorgante na Segunda Outorgante, para que, no âmbito da gestão do quiosque, promova a exploração do mesmo tendo como propósito a prossecução do interesse público.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Condições de cedência)**

1. O quiosque é cedido para utilização exatamente no estado em que se encontra.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Gratuidade da cedência)**

A presente cedência não importa o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras pela segunda outorgante.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Duração)**

1. O período de vigência do contrato de delegação de competências para a gestão do quiosque municipal é de 12 (doze) anos.
2. O prazo referido no número anterior, contar-se-á a partir da data de celebração do presente contrato.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações da Segunda Outorgante)**

1. A segunda outorgante obriga-se a acompanhar a execução do contrato em vigor para o quiosque do Jardim Constantino.
2. A segunda outorgante finda a execução do contrato de concessão em vigor para o quiosque do Jardim constantino obriga-se a:
  1. Explorar ou ceder a terceiros o quiosque para o exercício de atividades do ramo alimentar.
  2. Manter em bom estado de conservação o quiosque cuja utilização é cedida, bem como a respetiva área envolvente.

3. Executar todos os trabalhos necessários à recuperação e/ou adaptação do quiosque à sua funcionalidade.
4. A segunda outorgante deve garantir e assegurar a limpeza, conservação e segurança do quiosque e respetivos equipamentos existentes no seu interior, incluindo o fornecimento de todos os consumíveis necessários ao seu bom funcionamento.
5. Dotar o estabelecimento de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente a recolha seletiva de embalagens e papel.
6. Avisar de imediato a Câmara Municipal de Lisboa sempre que algum perigo ameace os equipamentos objeto da presente cedência, ou que terceiros se arroguem direitos sobre os mesmos.
7. A segunda outorgante obriga-se a suportar o pagamento de todos os consumos efetuados no período de cedência, nomeadamente energia elétrica, água, entre outros.
8. Celebrar os seguros indispensáveis para cobertura dos riscos de incêndio, e de destruição do equipamento por causas naturais ou ação humana, que possam afetar o objeto da presente delegação de competências.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **(Obras)**

Quaisquer obras de conservação e manutenção do equipamento serão executadas por conta da segunda outorgante, e ficarão, desde logo, propriedade do Município de Lisboa, sem que assista à segunda outorgante qualquer direito de retenção, compensação ou qualquer outro tipo de indemnização, seja a que título for.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **(Cedência posição contratual)**

É da responsabilidade da segunda outorgante a cedência a terceiros da exploração do quiosque, nos termos da legislação em vigor.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Responsabilidade)**

A segunda outorgante será responsável pela reparação de quaisquer danos decorrentes de acidentes, roubos ou situações similares, no quiosque e respetiva área envolvente cuja utilização é cedida.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Regime legal da atividade)**

A segunda outorgante fica sujeita, para todos os efeitos, às disposições legais aplicáveis às atividades exercidas no local.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Modificação, revogação e resolução)**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
3. O presente contrato pode ser resolvido pelo Primeiro Outorgante nos termos previstos no n.º 1.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

O presente contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes

Paços do Concelho de Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

O Primeiro Outorgante,  
Vereador

---

José Sá Fernandes

O Segundo Outorgante,  
Presidente da Junta de Freguesia de Arroios

---

Margarida Martins



## **DELIBERAÇÃO Nº 451/AML/2016**

### **Proposta n.º 705/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de Carnide**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 705/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

##### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de reparação e pinturas de interiores e exteriores incluindo revisão da cobertura do JI do Bairro Padre Cruz, sito na Junta de Freguesia de Carnide, constantes do

anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta**;

## **II - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.

- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de reparação e pinturas de interiores e exteriores incluindo revisão da cobertura do JI do Bairro Padre Cruz, sito na Junta de Freguesia de Carnide, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

##### **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto no ponto 1.1.1. da parte deliberativa, a seguinte afetação:

###### **1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 32.796,40 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Carnide seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 32.796,40 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE CARNIDE**, pessoa coletiva n.º 505207117, com sede no Largo das Pimenteiras n.º 6, 1600-576 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Martins de Sousa, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.

- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Carnide por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide consideram de interesse mútuo e prioritário a intervenção neste equipamento com a obra de reparação e pinturas de interiores e exteriores incluindo revisão da cobertura do JI do Bairro Padre Cruz, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características assume a dimensão de conservação e manutenção;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de reparação e pinturas de interiores e exteriores incluindo revisão da cobertura do JI do Bairro Padre Cruz, sito na Rua Rio Tejo, Freguesia de Carnide, tendo em vista melhorar as condições de acesso não só das crianças entre a Escola e o Pavilhão Desportivo, bem como o fornecimento de alimentos à cozinha da escola.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de Carnide, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras acções.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.



### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à obra de reparação e pinturas de interiores e exteriores incluindo revisão da cobertura do JI do Bairro Padre Cruz, sito na Rua Rio Tejo, Freguesia de Carnide, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### Cláusula 9.ª

#### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 32.796,40 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € 32.796,40 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

### Cláusula 10.ª

#### Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

### Cláusula 11.ª

#### Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

## **DELIBERAÇÃO Nº 452/AML/2016**

### **Proposta n.º 706/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de S. Domingos de Benfica**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 706/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

###### **I.1.A- Intervenção 1:**

Proceder à obra de beneficiação de cozinha da EB das Laranjeiras sita na Rua Virgílio Correia, melhor identificada nas peças escritas, constantes do Anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**

### **I.1.B - Intervenção 2:**

Proceder à obra de beneficiação de cozinha da EB António Nobre sita na Rua António Nobre, melhor identificada nas peças escritas, constantes do Anexo 2 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta**;

### **II - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

#### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção 1:** Proceder à obra de beneficiação de cozinha da EB das Laranjeiras sita na Rua Virgílio Correia para confeção de refeições e prestação de serviços de catering de refeições às Escolas Básicas António Nobre e Frei Luís de Sousa, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

**1.1.1.2. Intervenção 2:** Proceder obra de beneficiação de cozinha da EB António Nobre sita na Rua António Nobre, tendo em vista colmatar as deficiências detetadas nas instalações que comprometem o normal funcionamento deste espaço, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

## **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

### **1.2.1.1. Intervenção 1:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 22.812,85 (vinte e dois mil, oitocentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de São Domingos de Benfica seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 22.812,85 (vinte e dois mil, oitocentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos) equivalente a 100% do total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

### **1.2.1.2. Intervenção2:**

**1.2.1.2.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 4.740,32 (quatro mil, setecentos e quarenta euros e trinta e dois cêntimos).

**1.2.1.2.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de São Domingos de Benfica seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 4.740,32 (quatro mil, setecentos e quarenta euros e trinta e dois cêntimos) equivalente a 100% do total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA**, pessoa coletiva n.º 505 203 731, com sede na Rua António Saúde, 11 a 13, 1500-048 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, José António Cardoso Alves, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.

- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei nº 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica consideram de interesse mútuo e prioritário a obra de beneficiação da cozinha da EB das Laranjeiras e da EB António Nobre, sitas na Rua Virgílio Correia e Rua António Nobre, respetivamente, dessa freguesia;
- n) As referidas intervenções pela sua natureza e características não assumem a dimensão de conservação e manutenção, antes sim de beneficiação destes equipamentos atenta à sua nova funcionalidade e uso;
- o) As intervenções em causa integram as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SECÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de beneficiação de cozinha da EB das Laranjeiras sita na Rua Virgílio Correia para confecção de refeições e prestação de serviços de catering de refeições às Escolas Básicas António Nobre e Frei Luís de Sousa;
- b) A obra de beneficiação de cozinha da EB António Nobre sita na Rua António Nobre, tendo em vista colmatar as deficiências detectadas nas instalações que comprometem o normal funcionamento deste espaço.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras acções.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervir.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;

- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

#### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

- i. Proceder à obra de beneficiação de cozinha da EB das Laranjeiras sita na Rua Virgílio Correia para confecção de refeições e prestação de serviços de catering de refeições às Escolas Básicas António Nobre e Frei Luís de Sousa, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

a) No âmbito da **intervenção 2**:

- i. Proceder à obra de beneficiação de cozinha da EB António Nobre sita na Rua António Nobre, tendo em vista colmatar as deficiências detectadas nas instalações que comprometem o normal funcionamento deste espaço, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;



- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

#### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito da **intervenção 1**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

b) No âmbito da **intervenção 2**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### Cláusula 9.ª

##### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 22.812,85 (vinte e dois mil, oitocentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:

- a. **1ª e única prestação:** no montante de € 22.812,85 (vinte e dois mil, oitocentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos) equivalente a 100% do total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

2. No âmbito da **intervenção 2:**

- i. O montante é de € € 4.740,32 (quatro mil, setecentos e quarenta euros e trinta e dois cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
- a. **1ª e única prestação:** no montante de € 4.740,32 (quatro mil, setecentos e quarenta euros e trinta e dois cêntimos) equivalente a 100% do total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Cláusula 10.ª

##### Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

#### Cláusula 11.ª

##### Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

António Cardoso

## **DELIBERAÇÃO Nº 453/AML/2016**

### **Proposta n.º 707/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 707/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOUROS:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

###### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de reabilitação do equipamento infantil e construção de uma unidade de recreio multifuncional no espaço contíguo ao recreio existente na EB Raul Lino, sita na Junta de Freguesia de Alcântara, constantes do anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**

## II - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

#### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de reabilitação do equipamento infantil e construção de uma unidade de recreio multifuncional no espaço contíguo ao recreio existente na EB Raul Lino, sita na Junta de Freguesia de Alcântara, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

#### **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

##### **1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de e € 40.252,39 (quarenta mil, duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Alcântara seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 40.252,39 (quarenta mil, duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE ALCÂNTARA**, pessoa coletiva n.º 501 132 554, com sede na Rua dos Lusíadas n.º 13, 1300-366 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Davide Miguel Santos Amado, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara pretendem contratuar a delegação de competências subjacente.



- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente delegação de competências, foi instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alcântara por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alcântara consideram de interesse mútuo e prioritário a beneficiação destes equipamentos com a obra de reabilitação do equipamento infantil e construção de uma unidade de recreio multifuncional no espaço contíguo ao recreio existente na EB Raul Lino, sita na Calçada da Tapada, respetivamente, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características não assumem a dimensão de conservação e manutenção, antes sim de reabilitação e construção de uma unidade de recreio multifuncional neste equipamento escolar;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de de reabilitação do equipamento infantil e construção de uma unidade de recreio multifuncional no espaço contíguo ao recreio existente na EB Raul Lino, sita na Junta de Freguesia de Alcântara, tendo em vista colmatar as atuais condições de insegurança do equipamento infantil e do pavimento, bem como criar e instalar uma unidade de recreio multifuncional no um recinto contiguo ao existente, incluindo a execução de pavimento de segurança, sobre o pavimento rígido existente, numa área de 35,00 m<sup>2</sup>.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de Alcântara, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras acções.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à obra de reabilitação do equipamento infantil e construção de uma unidade de recreio multifuncional no espaço contíguo ao recreio existente na EB Raul Lino, sita na Junta de Freguesia de Alcântara, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.

- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Imputação dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 40.252,39 (quarenta mil, duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € € 40.252,39 (quarenta mil, duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Entrada em vigor e Período de vigência**

- 1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
- 2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

## **DELIBERAÇÃO Nº 454/AML/2016**

### **Proposta n.º 708/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de S. Vicente**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 708/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

##### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de construção de uma escada de ligação entre a Escola Básica Natália Correia e o Pavilhão Desportivo da Graça, sitos na Junta de Freguesia de São Vicente, constantes do anexo 1 DMPO e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**



## II - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente respetivamente, para:**

**1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

**1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de construção de uma escada de ligação entre a Escola Básica Natália Correia e o Pavilhão Desportivo da Graça, sitos na Junta de Freguesia de São Vicente, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

**1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

**1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 30.335,43 (trinta mil, trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de São Vicente seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 30.335,43 (trinta mil, trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE SÃO VICENTE**, pessoa coletiva n.º 510 833 632, com sede na Rua Josefa de Óbidos n.º 5, 1170-196 Lisboa, aqui representada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, Dra. Natalina Tavares de Moura, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.

- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Vicente por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente consideram de interesse mútuo e prioritário a beneficiação destes equipamentos com a obra de construção de uma escada de ligação entre a Escola Básica Natália Correia e o Pavilhão Desportivo da Graça, sítos na Rua dos Sapadores n.º 151 e Rua Natália Correia, n.º 10, respetivamente, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características não assumem a dimensão de conservação e manutenção, antes sim de beneficiação destes equipamentos atenta à sua nova funcionalidade e uso;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de construção de uma escada de ligação entre a Escola Básica Natália Correia e o Pavilhão Desportivo da Graça, sitos na Junta de Freguesia de São Vicente, tendo em vista melhorar as condições de acesso não só das crianças entre a Escola e o Pavilhão Desportivo, bem como o fornecimento de alimentos à cozinha da escola.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de São Vicente, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras acções e assegurar todas as condições de acessibilidade, previstas no Dec.-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Competências da Primeira Contratante**

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## **SEÇÃO 2**

### **CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Auditoria**

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação, Revogação e Resolução**

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.



## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à obra de construção de uma escada de ligação entre a Escola Básica Natália Correia e o Pavilhão Desportivo da Graça, sitos na Junta de Freguesia de São Vicente, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.

- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Imputação dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 30.335,43 (trinta mil, trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € 30.335,43 (trinta mil, trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Entrada em vigor e Período de vigência**

- 1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
- 2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

## **DELIBERAÇÃO Nº 455/AML/2016**

### **Proposta n.º 709/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de Campo de Ourique**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 709/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

##### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de recuperação da Escola Básica Eng. Ressano Garcia, sita na Freguesia de Campo de Ourique, constantes do anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**

## II - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique respetivamente, para:**

**1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

**1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de recuperação da Escola Básica Eng. Ressano Garcia, sita na Junta de Freguesia de Campo de Ourique, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

**1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

**1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 196.022,62 (cento e noventa e seis mil e vinte e dois euros e sessenta e dois cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Campo de Ourique seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 196.022,62 (cento e noventa e seis mil e vinte e dois euros e sessenta e dois cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE**, pessoa coletiva n.º 510 856 888, com sede na Rua Azedo Gneco n.º 84, 2º andar, 1250-039 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.



- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente delegação de competências, foi instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique consideram de interesse mútuo e prioritário a execução da obra de recuperação da Escola Básica Eng. Ressano Garcia, sita na Rua Professor Gomes Teixeira, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características não assume a dimensão de conservação ou manutenção, antes sim de recuperação deste equipamento escolar;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013;

É celebrado o presente contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de recuperação da Escola Básica Eng. Ressano Garcia, sita na Junta de Freguesia de Campo de Ourique, tendo em vista colmatar o mau estado da cobertura e órgãos de drenagem a fim de melhorar as condições de segurança e salubridade.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras ações.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Competências da Primeira Contratante**

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### **SEÇÃO 2**

##### **CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Auditoria**

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação, Revogação e Resolução**

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à da obra de recuperação da Escola Básica Eng. Ressano Garcia, sita na Junta de Freguesia de Campo de Ourique, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do projeto necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### Cláusula 9.ª

#### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 196.022,62 (cento e noventa e seis mil e vinte e dois euros e sessenta e dois cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € 196.022,62 (cento e noventa e seis mil e vinte e dois euros e sessenta e dois cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

### Cláusula 10.ª

#### Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

### Cláusula 11.ª

#### Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

## **DELIBERAÇÃO Nº 456/AML/2016**

### **Proposta n.º 710/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP))**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 710/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

##### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de beneficiação do logradouro da EB Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, sita na Rua 4, Bairro da Boavista, Freguesia de Benfica, constantes do anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**



## II - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica respetivamente, para:**

**1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

**1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de beneficiação do logradouro da EB Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, sita na Freguesia de Benfica, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

**1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto no ponto 1.1.1. da parte deliberativa, a seguinte afetação:

**1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 60.682,67 (sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Benfica seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 60.682,67 (sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE BENFICA**, pessoa coletiva n.º 506 602 222, com sede na Avenida Gomes Pereira n.º 17, 1549-019 Lisboa, aqui representada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.

- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Benfica por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica consideram de interesse mútuo e prioritário a beneficiação destes equipamentos com a obra de beneficiação do logradouro da EB Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, sita na Rua 4, Bairro da Boavista, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características não assumem a dimensão de conservação e manutenção, antes sim de beneficiação deste equipamentos escolar;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013;

É celebrado o presente contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de beneficiação do logradouro da EB Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, sit na Freguesia de Benfica, tendo em vista melhorar as condições de segurança e salubridade, na zona de recreio da escola, bem como instalar novos equipamentos infantis.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia de Benfica, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras acções.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

##### **Cláusula 3.ª**

##### **Competências da Segunda Contratante**

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;

- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.



## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à execução da obra de beneficiação do logradouro da EB Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, sita na Rua 4, Bairro da Boavista, Freguesia de Benfica, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do mapa de trabalhos necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### Cláusula 9.ª

#### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 60.682,67 (sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € 60.682,67 (sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

### Cláusula 10.ª

#### Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

### Cláusula 11.ª

#### Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

Inês Drummond

## **DELIBERAÇÃO Nº 457/AML/2016**

### **Proposta n.º 711/CM/2016 – Retificada - Delegação de Competências na Freguesia da Estrela**

Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

#### **Votação na CML:**

**(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (8PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP))**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 711/2016**

(Retificada)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOUROS:** Obras Municipais e Educação

**SERVIÇOS:** DMPO

CONSIDERANDO QUE:

#### **I - Fundamentação de facto**

##### **I.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

##### **I.1.A- Intervenção:**

Proceder à obra de requalificação das salas na Escola n.º 72, sita na Freguesia da Estrela, constantes do anexo 1 DE e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento do **contrato anexo à presente proposta;**

## II - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss. -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder:
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DAS OBRAS MUNICIPAIS**

**1.1.1.1. Intervenção:** A obra de requalificação das salas na Escola n.º 72, sita na Rua da Bela Vista à Lapa n.º 43, Freguesia da Estrela, conforme cláusula 7ª do contrato anexo;

#### **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

##### **1.2.1.1. Intervenção:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 47.170,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta euros).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia da Estrela seja realizada numa única prestação:

- **1ª e única prestação:** no montante de € 47.170,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta euros) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Orgânica L09.03 Rúbrica Económica 04.05.01.01.02, Ação do Plano A4.P010.05, ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental, caso seja necessário.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Catarina Albergaria e Manuel Salgado e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DA ESTRELA**, pessoa coletiva n.º 510 856 918, com sede na Rua Almeida Brandão n.º 39, 1200-857 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Estrela pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.



- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Estrela por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Estrela consideram de interesse mútuo e prioritário a execução da obra de requalificação das salas na Escola n.º 72, sita na Rua da Bela Vista à Lapa n.º 43, dessa freguesia;
- n) A referida intervenção pela sua natureza e características não assume a dimensão de conservação ou manutenção, antes sim de recuperação deste equipamento escolar;
- o) A intervenção em causa integra as competências materiais da Câmara Municipal designadamente a consubstanciada na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) A obra de requalificação das salas na Escola n.º 72, sita na Rua da Bela Vista à Lapa n.º 43, sita na Junta de Freguesia da Estrela, tendo em vista colmatar o mau estado do pavimento e reparação do teto da sala de computadores, a fim de melhorar as condições de segurança e salubridade.

2. A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia da Estrela, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas, garantindo uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis através da diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras ações.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Objeto contratual**

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

### Cláusula 3.ª

#### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

#### SEÇÃO 2

##### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### SEÇÃO 1

#### COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA MISSÃO DMPO

##### Cláusula 7.ª

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à obra de requalificação das salas na Escola n.º 72, sita na Rua da Bela Vista à Lapa n.º 43, sita na Freguesia da Estrela, nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.

##### Cláusula 8.ª

##### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito desta **intervenção**:

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do mapa de trabalhos necessário à execução do objeto do presente Contrato.
- ii. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### Cláusula 9.ª

#### Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

1. No âmbito da **intervenção 1**:

- i. O montante é de € 47.170,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta euros).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** numa única prestação:
  - a. **1ª e única prestação**: no montante de € 47.170,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta euros) equivalente a 100% do valor total, cinco dias após a celebração do presente contrato;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

### Cláusula 10.ª

#### Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.

### Cláusula 11.ª

#### Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**A Primeira Contratante,**

A Vereadora

O Vereador

Catarina Albergaria

Manuel Salgado

**A Segunda Contratante,**

Presidente da Junta de Freguesia

Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira

## **DELIBERAÇÃO Nº 458/AML/2016**

### **Proposta n.º 743/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Campolide**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 16 votos a favor (8PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (1CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

### **PROPOSTA Nº 743/2016**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**PELOURO:** Estrutura de Proximidade

**SERVIÇOS:** UCT

CONSIDERANDO QUE:

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município.

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território.



- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

- a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.
- b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;
- c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
- d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
- e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;
- f. Requalificação de Logradouros;
- g. Recuperação de Escadarias;
- h. Requalificação de Jardins;
- i. Recuperação de Lagos;
- j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
- k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
- l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
- m. Parques Caninos;
- n. Execução do Orçamento Participativo.

- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de ação pública de proximidade entretanto abertas”.

- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação nº 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”.

- Este é, porventura, o momento, para introduzir um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução.

#### **I - Fundamentação de direito:**

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis,
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- j) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

## **II - Fundamentação de facto**

### **II.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE**

#### **II.1.A- Intervenção única:**

Proceder às intervenções de requalificação nas zonas 2 a 5 do Bairro da Liberdade e do Bairro da Serafina, melhor identificadas nas peças escritas e desenhadas, constantes do Programa Preliminar - anexo UCT- 1, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta.**

### **TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da transferência de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

**1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, dos Contratos de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide respetivamente, para:**

#### **1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

##### **1.1.1. NO ÂMBITO DAS ESTRUTURA DE PROXIMIDADE**

**1.1.1.1. Intervenção única:** Proceder às intervenções de requalificação nas zonas 2 a 5 do Bairro da Liberdade e do Bairro da Serafina, conforme cláusula 7ª do contrato anexo.

## **1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:**

**1.2.1.** Para efeito do disposto **no ponto 1.1.1. da parte deliberativa**, a seguinte afetação:

### **1.2.1.1. Intervenção única:**

**1.2.1.1.1** Afetação, para a mesma Freguesia, da quantia de **€ 958.240,00** (novecentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta euros).

**1.2.1.1.2.** Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Campolide seja realizada da seguinte forma:

- a. **1ª Prestação:** no montante de € 574.944,00 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e quatro euros) equivalente a 60% do total das intervenções, dez dias após a celebração do contrato;
- b. **2ª Prestação:** no montante de € 383.296,00 (trezentos e oitenta e três mil duzentos e noventa e seis euros), equivalente a 40% do total das intervenções, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão da obra.

**1.2.1.2.3.** Aprovar a repartição de encargos para os anos de 2016 e 2017 com os seguintes montantes:

**2016** - € 574.944,00 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e quatro euros);  
**2017** - € 383.296,00 (trezentos e oitenta e três mil duzentos e noventa e seis euros).

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Rúbrica Económica L02.00, económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.11.

**2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.**

## MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

**FREGUESIA DE CAMPOLIDE**, pessoa coletiva n.º 506 810 496, com sede na Rua de Campolide, n.º 24-B, Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Dr. André Nunes de Almeida Couto, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

### CONSIDERANDO QUE:

#### I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.
- f) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos.

- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente delegação de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- h) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.
- i) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

## II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- j) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Campolide por deliberação da Assembleia Municipal, de \_\_\_\_\_, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- k) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.
- l) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei nº 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia nomeadamente na manutenção do espaço público.
- m) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide consideram de interesse mútuo e prioritário a requalificação de espaços públicos e equipamentos, nomeadamente:
  - a. Intervenções de requalificação das seguintes zonas dos Bairros da Serafina e Liberdade:
    - São Vicente de Paulo
    - Serafina Norte
    - Serafina Sul
    - Rua Inácio Pardelhas Sanches
- n) Nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro, são competências próprias das Juntas de Freguesia, manter e conservar pavimentos pedonais e manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público,

com exceção do que seja objeto de concessão, assegurando a uniformidade estética e funcional dos mesmos;

- o) No entanto, a requalificação dos locais suprarreferidos, compreende intervenções mais abrangentes que, pela sua natureza e características não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se pois nas competências da Câmara Municipal;

**É celebrado o presente contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **SEÇÃO 1**

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objetivo da delegação de competências**

O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

- a) No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos:
  - i. Melhorar as condições de acessibilidade, segurança e de utilização dos espaços públicos municipais objeto do presente contrato;
  - ii. Promover a melhoria dos espaços disponibilizados e dos serviços prestados na área da Freguesia de Campolide, bem como;
  - iii. Racionalizar os recursos disponíveis para o efeito.

## Cláusula 2.ª

### Objeto contratual

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato, incluindo peças escritas e desenhadas anexas ao mesmo, que contêm a localização e áreas a intervencionar.

## Cláusula 3.ª

### Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;



- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

#### Cláusula 4.ª

##### Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

## SEÇÃO 2

### CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### Cláusula 5.ª

##### Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

#### Cláusula 6.ª

##### Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.

3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito da **intervenção única - Intervenções de requalificação no Bairro da Liberdade e no Bairro da Serafina:**

- i. Proceder às intervenções de requalificação nas zonas 2 a 5 do Bairro da Liberdade e no Bairro da Serafina, melhor identificado nas peças escritas e desenhadas, constantes do Programa Preliminar - anexo UCT- 1, e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante**, em desenvolvimento do presente contrato;
- ii. Proceder à elaboração do projeto de execução e após validação do mesmo pela Primeira Contratante, proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato, bem como às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- iii. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e à execução dos trabalhos definidos no número seguinte, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados.
- iv. No âmbito da competência prevista alínea a) serão executados, nomeadamente, os seguintes trabalhos:

##### 1) SÃO VICENTE DE PAULO

- Repavimentação da Rua da Igreja;
- Aplicação de calçada mista de vidro e granito nos passeios com maior declive;
- Construção de um novo canteiro;
- Introdução de iluminação pública na R. Padre José Gallea;

- Reabilitação de elementos degradados e da zona de convívio no logradouro dos edifícios da R. Padre José Gallea;
- Requalificação paisagística dos jardins dos edifícios da cooperativa.

## 2) SERAFINA NORTE

- Reperfilamento da Rua José Anastácio da Cunha;
- Reperfilamento da Rua Reinaldo Manuel dos Santos;
- Requalificação paisagística das zonas verdes na Rua Reinaldo Manuel dos Santos.

## 3) SERAFINA SUL

- Reperfilamento da Rua José da Silva Pais;
- Reperfilamento da Rua de São Jacob.

## 4) RUA INÁCIO PARDELHAS SANCHES

- Requalificação do parque de estacionamento do LAC e passeio;
- Requalificação urbanística da encosta da Rua Inácio Pardelhas Sanches;
- Instalação de novas Hortas Comunitárias encosta da Rua Inácio Pardelhas Sanches;
- Construção de um caminho na encosta da Rua Inácio Pardelhas Sanches;
- Instalação de uma barreira de proteção/segurança na Rua Inácio Pardelhas Sanches na queda do passeio para encosta;
- Aplicação de calçada mista de vidro e granito, em passeios de declive acentuado (Rua Inácio Pardelhas Sanches).

### Cláusula 8.ª

#### Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante:

a) No âmbito da **intervenção única- Intervenções de requalificação no Bairro da Liberdade e no Bairro da Serafina:**

- i. Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contratante** do Estudo base necessário à execução do objeto do presente Contrato e respetivos procedimentos administrativos.

2. Acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Imputação dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

a) No âmbito da intervenção única - Intervenções de requalificação no Bairro da Liberdade e no Bairro da Serafina:

- i. O montante global é de € 958.240,00 (nove centos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta euros).
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a Segunda Contratante da seguinte forma:
  - a. **1ª Prestação:** no montante de € 574.944,00 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e quatro euros) equivalente a 60% do total das intervenções, dez dias após a celebração do contrato;
  - b. **2ª Prestação:** no montante de € 383.296,00 (trezentos e oitenta e três mil duzentos e noventa e seis euros), equivalente a 40% do total das intervenções, no 2º trimestre de 2017 e com a conclusão de todas as intervenções previstas realizar no ano de 2016.

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 10.ª**

#### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

**Cláusula 11.ª**

**Entrada em vigor e Período de vigência**

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**Pela Primeira Contratante,**

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

**Pela Segunda Contratante,**

O Presidente da Junta de Freguesia

André Nunes de Almeida Couto

## **DELIBERAÇÃO N.º 459/AML/2016**

### **Proposta n.º 744/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica**

Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo

#### **Votação na CML**

**Aprovada por maioria com 16 votos a favor (8PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (1CDS/PP)**

#### **Votação na AML**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP

### **PROPOSTA N.º 744/2016**

**Assunto:** Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

**Pelouros:** Desporto (Vereador Jorge Máximo)

**Serviços:** Departamento Atividade Física e de Desporto (DAFD)

Considerando que:

A) O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

B) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

C) O Pequeno Campo de Jogos Municipal da Boavista é uma instalação desportiva municipal localizada junto da Piscina Municipal e Pavilhão Municipal da Boavista. É um espaço polidesportivo adequado para a prática de diversas modalidades desportivas, com uma área aproximada de 1270m<sup>2</sup>, dos quais 800m<sup>2</sup> dizem respeito ao espaço de jogo;

D) Na decorrência da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, a gestão do Pequeno Campo de Jogos Municipal da Boavista passou a ser competência da Junta de Freguesia de Benfica, de acordo com o estipulado na alínea j) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;

E) A Junta de Freguesia de Benfica e a Câmara Municipal de Lisboa entenderam ser de proceder à colocação de um relvado sintético sobre o atual pavimento, uma vez que esta alteração permitirá a prática de um maior número de modalidades desportivas, nomeadamente basquetebol e andebol, rentabilizando assim a atividade desportiva regular nesse equipamento pelos clubes da freguesia;

F) Esta intervenção é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, por se tratar de uma obra de beneficiação, que extravasa as meras ações de gestão ou de manutenção da competência legal das respetivas Juntas de Freguesia;

G) A Junta de Freguesia de Benfica mostrou disponibilidade para proceder à realização das intervenções acima identificadas, por entender existir interesse, relevância e prioridade na requalificação do equipamento desportivo em apreço, colocando-o ao serviço da população local;

H) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que se desenvolva uma gestão dinâmica deste equipamento e que seja garantida a qualidade da prestação de serviços aos seus utentes e munícipes;

I) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

J) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

K) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

L) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

M) Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

N) Em desenvolvimento de tal desiderato, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

O) No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, a Freguesia de Benfica e o Município de Lisboa contratuar a delegação de competências para proceder à realização de obra que consiste na colocação de um relvado sintético;

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere submeter à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do 25.º e na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e no artigo 116.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:**

- 1) Autorizar a celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica para promover os procedimentos competentes com vista à realização de empreitada de obra pública de beneficiação do Pequeno Campo de Jogos integrado no Complexo Desportivo Municipal da Boavista, através da colocação de um relvado sintético sobre o atual pavimento do Campo;
- 2) Autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito, mediante a transferência de € 30.280,00 (trinta mil, duzentos e oitenta euros) para a Freguesia de Benfica, 20 dias após outorga do Contrato de Delegação de Competências. A verba com enquadramento orçamental na rubrica económica 08.05.01.01.01, com o descritivo protocolo de transferência de competências, Código do Plano C4.P010.13, da Orgânica L21.02, doc. de cabimento n.º 5316009574/001 e NUP 616006737 (em anexo);
- 3) Aprovar a respetiva minuta do Contrato de Delegação de Competência a celebrar entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.



## CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelo senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Jorge Máximo, com competência delegada e subdelegada através do despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 110, de 28 de maio de 2015, na redação do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

**FREGUESIA DE BENFICA**, pessoa coletiva n.º 506 602 222, com sede na Rua Gomes Pereira, 17, em Lisboa, neste ato representado pela sua Presidente da Junta de Freguesia, Inês Drumond, com poderes para intervir no ato e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

1. O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. O Pequeno Campo de Jogos Municipal da Boavista é uma instalação desportiva municipal localizada junto da Piscina Municipal e Pavilhão Municipal da Boavista. É um espaço polidesportivo adequado para a prática de diversas modalidades desportivas, com uma área aproximada de 1270m<sup>2</sup>, dos quais 800m<sup>2</sup> dizem respeito ao espaço de jogo;
4. Na decorrência da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, a gestão do Pequeno Campo de Jogos integrado no Complexo Desportivo Municipal da Boavista passou a ser da competência da Junta de Freguesia de Benfica, de acordo com o estipulado na alínea j), do artigo 12.º da Lei n.º 52/2012, de 8 de novembro;
5. A Junta de Freguesia de Benfica entende que se trata de um equipamento desportivo municipal de proximidade que beneficia a população local e cuja beneficiação, manutenção e segurança se revela da maior importância;
6. E, nesse sentido, entende a Junta que a intervenção no Campo com vista à colocação de um relvado sintético a instalar sobre o atual pavimento permitirá a prática de outras modalidades, nomeadamente basquetebol e andebol, rentabilizando assim a atividade desportiva regular pelo Clube Social e Desportivo do Bairro da Boavista;
7. Tratando-se de uma obra qualificada claramente como de beneficiação, visto que abrange mais do que a mera conservação e manutenção, a colocação de um relvado sintético, em face das suas características, é da competência da Câmara Municipal de Lisboa;
8. É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que se desenvolva uma gestão dinâmica deste equipamento e que seja garantida a qualidade da prestação de serviços aos seus utentes e munícipes e em particular ao Clube que mais o utiliza: o Clube Social e Desportivo do Bairro da Boavista;
9. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às

populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

10. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Benfica e o Município de Lisboa contraturalizar a delegação de competências para proceder à realização de obra que consiste na colocação de um relvado sintético no Pequeno Campo de Jogos integrado no Complexo Desportivo Municipal da Boavista;

11. Por deliberação da Assembleia Municipal de \_\_\_\_\_ foi aprovada a Proposta n.º \_\_\_\_\_, bem como a celebração do presente Protocolo e a transferência de verba prevista no mesmo.

É celebrado o presente Contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º e seguintes do Regime da Delegação de Competências, consubstanciado na alínea c), do n.º 1 da Lei n.º 75.º, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

### Cláusula Primeira

#### Objeto

Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover a empreitada de obra pública: instalação de relvado sintético no Pequeno Campo de Jogos integrado no Complexo Desportivo Municipal da Boavista sito no Bairro da Boavista, freguesia de Benfica.

## Cláusula Segunda

### Objetivo da delegação de competências

A delegação de competência prevista na cláusula anterior tem como objetivo a melhoria das condições para a prática física e desportiva na cidade e consequentemente, dos serviços prestados na área da Freguesia de Benfica e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito;

## Cláusula Terceira

### Competências da Primeira Outorgante

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Aprovar as peças desenhadas que lhe sejam apresentadas pela **Segunda Outorgante** nos termos do disposto na Cláusula Quarta;
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças de concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização de empreitada de obra pública referida na cláusula Primeira do presente Contrato;
- c) Acompanhar a execução da Obra mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- d) Cumprir a afetação dos recursos financeiros;
- e) No caso de ser aplicável ao caso em apreço e cumprindo os formalismos necessários para o efeito, diligenciar pela isenção da **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à realização da Obra, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações conexas ou, em qualquer outro diploma Municipal que venha a regulamentar a presente matéria;
- f) Instruir os procedimentos, após requerimento próprio entregue pela **Segunda Outorgante**, tendentes à isenção das taxas no que respeita à obra em causa, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria.

## Cláusula Quarta

### Competências Delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização da obra mencionada na Cláusula Primeira do presente Contrato;
- b) Submeter a aprovação prévia da **Primeira Outorgante** todos os projetos e peças desenhadas necessárias à realização da empreitada em causa;
- c) Proceder à adjudicação da empreitada e celebração do contrato eventualmente necessário e relativo à realização da obra em apreço;
- d) Comunicar à **Primeira Outorgante** a data de início dos trabalhos de construção objeto do presente contrato;
- e) Proceder, na qualidade de dono de obra, à fiscalização da empreitada relativa à Intervenção;
- f) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual da obra;
- g) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- h) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- i) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- j) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;

- k) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- l) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- m) Apresentar relatório final de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- n) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- o) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

### Cláusula Quinta

#### Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com o presente contrato são fixados no montante global de € 30.280,00 (trinta mil, duzentos e oitenta euros), os quais deverão ser transferidos pela **Primeira Outorgante** para a **Segunda** 20 dias após a respetiva outorga, no seguimento da aprovação da minuta do presente contrato de delegação de competência pelos órgãos competentes.
2. As verbas a transferir no âmbito do número anterior da presente cláusula serão objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados, não podendo as mesmas exceder, em caso algum, o limite fixado.

### Cláusula Sexta

#### Auditoria e Fiscalização da Execução do Contrato

1. A execução do objeto do presente Contrato fica sujeita a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão, caso necessário, reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas ao local a que se refere o Contrato.

### **Cláusula Sétima**

#### **Modificação, Revogação e Resolução**

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado, unilateralmente, por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
  - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos **Outorgantes**;
  - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

### **Cláusula Oitava**

#### **Entrada em Vigor e Período de Vigência**

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pela Partes e vigorará pelo período coincidente com a duração do presente mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

### **Cláusula Nona**

#### **Disposições Finais**

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído compromisso número ..... e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número ...../2016.

Depois de lido em voz alta, as Partes Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em ..... de ..... de ....., ficando cada uma das partes outorgantes na posse de um exemplar.

**A Primeira Outorgante**

O Vereador do Pelouro do Desporto

-----  
(Jorge Máximo)

**A Segunda Outorgante**

A Presidente da Junta de Freguesia de Benfica

-----  
(Inês Drummond)



## **DELIBERAÇÃO N.º 460/AML/2016**

### **Proposta n.º 656/CM/2016 - Retifica a Proposta n.º 544/CM/2016 - Transferência de verba e Protocolo de Parceria com a Freguesia de São Domingos de Benfica**

Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo

#### **Votação na CML:**

**(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (5PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 1PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP

### **PROPOSTA N.º 656/2016**

**Assunto: Aprovar retificar a Proposta n.º 544/2016 e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica e respetiva transferência de verba.**

**Pelouros:** Desporto (Vereador Jorge Máximo)

**Serviços:** DSI e DIOP/DMC (Secretaria-Geral)

Considerando que:

- A. A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em reunião de 13 de outubro de 2016, a Proposta n.º 544/2016, com vista à celebração de um Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica para a implementação do Centro de Cidadania Digital na dita freguesia e respetiva transferência de verba para o efeito;
- B. Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- C. Por manifesto lapso, na proposta e sua parte deliberativa, não se fez referência à competência da Assembleia Municipal, nem se propôs submeter a mesma a apreciação

deste órgão deliberativo, conforme o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- D. Nos termos do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, os atos administrativos podem ser retificados, a todo o tempo, por iniciativa dos órgãos competentes;

**Nessa medida, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere**, ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor, e na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

**1. Aprovar:**

- a) **A retificação da alínea j) dos considerandos da Proposta n.º 544/2016**, que passará a ter a seguinte redação: *“O Município de Lisboa pretende proceder à transferência de uma verba no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para a Freguesia de São Domingos de Benfica para apoio ao desenvolvimento do projeto de criação do Centro de Cidadania Digital. Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 04.05.01.01.03 no Plano de Atividades A1.P006.12 da orgânica L07.00, conforme documento de cabimento em anexo”*
- b) **A retificação da alínea k) dos considerandos da Proposta n.º 544/2016**, que passará a ter a seguinte redação: *“Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.”;*
- c) **A retificação da parte deliberativa da Proposta n.º 544/2016**, que passará a ter a seguinte redação: *“Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica e respetiva transferência de verba, no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros).”*

**2. Aprovar a Proposta n.º 544/2016 retificada, em anexo e que faz parte integrante da presente proposta;**

**3. Determinar submeter a Proposta n.º 544/2016 retificada, nos termos dos números anteriores, a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa.**

**Nota relativa ao anexo:** A Proposta 544/2016 retificada transcreve-se em baixo com a votação em sede da AML.

**PROPOSTA N.º 544/2016**

**Assunto:** Aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica para instalação do Centro de Cidadania Digital, e respetiva transferência de verba.

**Pelouros:** Desporto (Vereador Jorge Máximo)

**Serviços:** DSI e DIOP/DMC (Secretaria-Geral)

Considerando que:

- A) A Câmara Municipal de Lisboa tem como pilar de orientação política uma governação aberta que promove a participação informada dos cidadãos e estimula a respetiva colaboração e envolvimento na definição das melhores soluções para o desenvolvimento de Lisboa como cidade humana e inteligente (Human Smart City);
- B) As Tecnologias de Informação e Comunicação são ferramentas privilegiadas para a promoção de uma governação mais participada e aberta;
- C) O Programa de Governo da Cidade de Lisboa para o quadriénio 2013-2017 pretende adequar e desenvolver soluções colaborativas, “mobile” e nas redes sociais, que permitam aos cidadãos, de forma mais simples e autonomizada, conhecer a sua cidade e identificar áreas de intervenção;
- D) É cada vez mais necessário que as aplicações informáticas do Município de Lisboa, que visam a interação e participação direta pelos cidadãos, sejam desenvolvidas e testadas num quadro de codesenvolvimento e cocriação, que promova a literacia e inclusão digital, adequando-as às necessidades específicas dos seus públicos-alvo;
- E) No decurso do projeto de financiamento comunitário “O Meu Bairro” ficou demonstrado que o êxito dos projetos de inclusão, capacitação e inovação digital de base local depende da existência de pólos de base territorial que promovam a utilização das ferramentas digitais

através de contactos de proximidade, de acordo com as características das diferentes populações alvo presentes no território;

- F) O Município de Lisboa lançou, em 2015, o projeto de criação de um primeiro Centro de Cidadania Digital Municipal na Freguesia de Marvila, experiência que já permitiu testar localmente e com vários extratos da população do referido território, diferentes abordagens e metodologias de interação que estimulem a participação cívica, através da inclusão e da inovação digital;
- G) O Centro de Cidadania Digital de Marvila (CCDM) é um espaço para a inovação social com acesso às novas tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de fortalecer o exercício de cidadania e a participação ativa dos cidadãos em prol da comunidade. Uma das principais missões do CCDM é a de potenciar a inclusão digital, através da formação e utilização assistida de ferramentas digitais que visam promover a cidadania e participação na comunidade;
- H) Importa, assim, estender o projeto de implementação de centros de cidadania digital a outras Freguesias, de modo a que os mesmos funcionem como laboratórios vivos e verdadeiros fóruns promotores da participação, cidadania e inclusão digitais, nos quais se capacita os utilizadores e se dá a conhecer:
- i) as aplicações informáticas, disponibilizadas pelo Município, Juntas de Freguesia, e outros organismos públicos, enquanto ferramentas de interação com o Município e estímulo à participação na vida da cidade (de que são exemplos: a aplicação de reporte de ocorrências “Na Minha Rua”, o *site* da CML, “A Loja Lisboa Online”, o Portal “Lisboa Participa”, entre outros que existem ou venham a ser desenvolvidos);
  - ii) outras ferramentas e plataformas digitais que possam estimular e servir a comunidade no desenvolvimento de respostas locais de base colaborativa e cocriativa.

- I) A Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica demonstrou disponibilidade e interesse em estabelecer com o Município de Lisboa uma parceria, com vista à implementação do projeto de criação de um centro de cidadania digital na referida freguesia;
- J) O Município de Lisboa pretende proceder à transferência de verba no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para a Freguesia de São Domingos de Benfica para apoio ao desenvolvimento do projeto de criação do Centro de Cidadania Digital. Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 04.05.01.01.03 no plano de atividades A1.P006.12 da orgânica L07.00, conforme documento de cabimento em anexo;
- K) Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica e respetiva transferência de verba, no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros).**

Lisboa, \_\_\_\_\_ de novembro de 2016

O Vereador

Jorge Máximo

**DELIBERAÇÃO N.º 461/AML/2016**

**Proposta n.º 544/CM/2016 – Retificada - Aprovar a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica para Instalação do Centro de Cidadania Digital, e respetiva transferência de verba.**

Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP

**PROPOSTA N.º 544/2016**

(Retificada)

**Assunto:** Aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica para instalação do Centro de Cidadania Digital, e respetiva transferência de verba.

**Pelouros:** Desporto (Vereador Jorge Máximo)

**Serviços:** DSI e DIOP/DMC (Secretaria-Geral)

Considerando que:

- A) A Câmara Municipal de Lisboa tem como pilar de orientação política uma governação aberta que promove a participação informada dos cidadãos e estimula a respetiva colaboração e envolvimento na definição das melhores soluções para o desenvolvimento de Lisboa como cidade humana e inteligente (Human Smart City);
- B) As Tecnologias de Informação e Comunicação são ferramentas privilegiadas para a promoção de uma governação mais participada e aberta;

- C) O Programa de Governo da Cidade de Lisboa para o quadriénio 2013-2017 pretende adequar e desenvolver soluções colaborativas, “mobile” e nas redes sociais, que permitam aos cidadãos, de forma mais simples e autonomizada, conhecer a sua cidade e identificar áreas de intervenção;
- D) É cada vez mais necessário que as aplicações informáticas do Município de Lisboa, que visam a interação e participação direta pelos cidadãos, sejam desenvolvidas e testadas num quadro de codesenvolvimento e cocriação, que promova a literacia e inclusão digital, adequando-as às necessidades específicas dos seus públicos-alvo;
- E) No decurso do projeto de financiamento comunitário “O Meu Bairro” ficou demonstrado que o êxito dos projetos de inclusão, capacitação e inovação digital de base local depende da existência de polos de base territorial que promovam a utilização das ferramentas digitais através de contactos de proximidade, de acordo com as características das diferentes populações alvo presentes no território;
- F) O Município de Lisboa lançou, em 2015, o projeto de criação de um primeiro Centro de Cidadania Digital Municipal na Freguesia de Marvila, experiência que já permitiu testar localmente e com vários extratos da população do referido território, diferentes abordagens e metodologias de interação que estimulem a participação cívica, através da inclusão e da inovação digital;
- G) O Centro de Cidadania Digital de Marvila (CCDM) é um espaço para a inovação social com acesso às novas tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de fortalecer o exercício de cidadania e a participação ativa dos cidadãos em prol da comunidade. Uma das principais missões do CCDM é a de potenciar a inclusão digital, através da formação e utilização assistida de ferramentas digitais que visam promover a cidadania e participação na comunidade;
- H) Importa, assim, estender o projeto de implementação de centros de cidadania digital a outras Freguesias, de modo a que os mesmos funcionem como laboratórios vivos e verdadeiros fóruns promotores da participação, cidadania e inclusão digitais, nos quais se capacita os utilizadores e se dá a conhecer:
- a. as aplicações informáticas, disponibilizadas pelo Município, Juntas de Freguesia, e outros organismos públicos, enquanto ferramentas de interação com o Município e estímulo à participação na vida da cidade (de que são exemplos: a aplicação de reporte de ocorrências “Na Minha Rua”, o *site* da

CML, "A Loja Lisboa Online", o Portal "Lisboa Participa", entre outros que existem ou venham a ser desenvolvidos);

b. outras ferramentas e plataformas digitais que possam estimular e servir a comunidade no desenvolvimento de respostas locais de base colaborativa e co criativa.

- I) A Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica demonstrou disponibilidade e interesse em estabelecer com o Município de Lisboa uma parceria, com vista à implementação do projeto de criação de um centro de cidadania digital na referida freguesia;
- J) O Município de Lisboa pretende proceder à transferência de verba no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para a Freguesia de São Domingos de Benfica para apoio ao desenvolvimento do projeto de criação do Centro de Cidadania Digital. Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 04.05.01.01.03 no plano de atividades A1.P006.12 da orgânica L07.00, conforme documento de cabimento em anexo;
- K) Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração de protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica e respetiva transferência de verba, no montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros).**



## PROTOCOLO DE PARCERIA

**Entre,**

O **MUNICÍPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva de direito de público n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Vereador Jorge Máximo, no uso das competências que lhes foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2013, de 21 de maio de 2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação dada pelo Despacho n.º 142/P/2015, 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, doravante designado por **C.M.L.**,

**e,**

**A FREGUESIA DE \_\_\_\_\_**, pessoa coletiva de direito público n.º \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ Lisboa, neste ato representada por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, com poderes para o ato, adiante designada por **J.F.**,

Considerando que:

- A. A Câmara Municipal de Lisboa tem como pilar de orientação política uma governação aberta que promove a participação informada dos cidadãos e estimula a respetiva colaboração e envolvimento na definição das melhores soluções para o desenvolvimento de Lisboa como cidade humana e inteligente (Human Smart City);
- B. As Tecnologias de Informação e Comunicação são ferramentas privilegiadas para a promoção de uma governação mais participada e aberta;
- C. O Programa de Governo da Cidade de Lisboa para o quadriénio 2013-2017 pretende adequar e desenvolver soluções colaborativas, “mobile” e nas redes sociais, que permitam aos cidadãos, de forma mais simples e autonomizada, conhecer a sua cidade e identificar áreas de intervenção;

- D. É cada vez mais necessário que as aplicações informáticas do Município de Lisboa, que visam a interação e participação direta pelos cidadãos, sejam desenvolvidas e testadas num quadro de co-desenvolvimento e co-criação, que promova a literacia e inclusão digital, adequando-as às necessidades específicas dos seus públicos-alvo;
- E. No decurso do projeto de financiamento comunitário “O Meu Bairro” ficou demonstrado que o êxito dos projectos de inclusão, capacitação e inovação digital de base local depende da existência de pólos de base territorial que promovam a utilização das ferramentas digitais através de contactos de proximidade de acordo com as características das diferentes populações alvo presentes no território;
- F. O Município de Lisboa lançou, em 2015, o projeto de criação de um primeiro Centro de Cidadania Digital Municipal na Freguesia de Marvila, experiência que já permitiu testar localmente e com vários extratos da população do referido território, diferentes abordagens e metodologias de interação que estimulem a participação cívica através da inclusão e da inovação digital;
- G. O Centro de Cidadania Digital de Marvila (CCDM) é um espaço para a inovação social com acesso às novas tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de fortalecer o exercício de cidadania e a participação ativa dos cidadãos em prol da comunidade. Uma das principais missões do CCDM é a de potenciar a inclusão digital, através da formação e utilização assistida das ferramentas digitais que visam promover a cidadania e participação na comunidade;
- H. Importa, assim, estender o projeto de implementação de centros de cidadania digital a outras Freguesias, de modo a que os mesmos funcionem como laboratórios vivos e verdadeiros fóruns promotores da participação, cidadania e inclusão digitais, nos quais se capacita os utilizadores e se dá a conhecer:
- a. as aplicações informáticas, disponibilizadas pelo Município, Juntas de Freguesia, e outros organismos públicos enquanto ferramentas de interação com o Município e estímulo à participação na vida da cidade (como são exemplos: a aplicação de reporte de ocorrências “Na Minha Rua”, o *site* da CML, “A Loja Lisboa Online”, o Portal “Lisboa Participa”, entre outros que existem ou venham a ser desenvolvidos);

- b. Outras ferramentas e plataformas digitais que possam estimular e servir a comunidade no desenvolvimento de respostas locais de base colaborativa e co-criativa;
- I. A C.M.L., a J.F., no âmbito de cooperação entre parceiros com objetivos comuns, acordam promover a seguinte ação: “**Projeto de criação de centro de cidadania digital**”.

É, livremente e de boa-fé, celebrado o presente **Protocolo**, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula Primeira**

#### **(Objeto)**

O presente Protocolo tem por objeto a definição dos termos e condições de colaboração entre as partes na implementação do “**Projeto de criação de centro de cidadania digital**”, adiante designado abreviadamente por projeto.

### **Cláusula Segunda**

#### **(Obrigações da C.M.L.)**

1. No âmbito do presente Protocolo, a C.M.L., relativamente à realização do projeto referido na cláusula primeira, obriga-se a:

- a) apoiar o desenvolvimento do projeto mediante a transferência para a J.F de uma verba no montante de € 25.000,00 (vinte cinco mil euros);
- b) desenvolver e coordenar a programação do Centro de Cidadania Digital em articulação com a J.F, auscultando as dinâmicas locais, bem como assegurar a respetiva execução;
- c) assegurar a nomeação de um Gestor de Projeto do Centro de Cidadania Digital;
- d) promover e divulgar o projeto ao nível da cidade;
- e) Cooperar, de um modo geral, para a prossecução do objeto do presente Protocolo.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Obrigações da J.F.)**

**1.** No âmbito do presente Protocolo, a J.F. obriga-se a:

- a)** assegurar o desenvolvimento do projeto nos termos definidos no presente Protocolo;
- b)** Assegurar a contratação e/ou constituição de uma equipa técnica local que irá assegurar a execução quotidiana do programa e da atividade regular do centro de cidadania digital;
- c)** facultar o espaço físico, mobiliário e equipamentos informáticos para a instalação do Centro de Cidadania Digital;
- d)** facultar o acesso à internet e assegurar o seu funcionamento regular, responsabilizando-se, nomeadamente, pelos consumos elétricos, limpeza, climatização, pela segurança, boa utilização, manutenção e conservação da sala e equipamentos;
- e)** facultar todos os consumíveis de economato necessários ao bom funcionamento do centro;
- f)** gerir o controlo de acessos e calendário de utilização da sala;
- g)** assegurar a nomeação de um interlocutor junto da C.M.L. que acompanhe o Gestor de Projeto nas ações a desenvolver para a promoção e dinamização do Centro de Cidadania Digital;
- h)** promover e divulgar ativamente as atividades do Centro de Cidadania Digital ao nível da freguesia coresponsabilizando-se pela respetiva dinâmica e crescimento;
- i)** possibilitar a utilização do Centro de Cidadania Digital para ações de formação dirigida e/ou promovida por instituições locais quando tal for identificado como relevante pelo gestor de projeto do centro;
- j)** apresentar à C.M.L o relatório detalhado da execução do projeto, o qual deverá incluir cópia dos documentos justificativos das despesas incorridas com a sua implementação e desenvolvimento;
- k)** facultar à C.M.L todos os documentos e/ou informações que venham a ser solicitados, no âmbito do objeto do presente Protocolo;

- l) aplicar e administrar corretamente a verba transferida, tendo em conta o objeto do Protocolo;
- m) atender na sua atuação aos critérios de economia, eficiência e eficácia na gestão da verba transferida;
- f) Cooperar, de um modo geral, para a prossecução do objeto do presente Protocolo.

### **Cláusula Quinta**

#### **(Gestor de Projeto do Centro de Cidadania Digital)**

1. O Gestor de Projeto é nomeado pela C.M.L e tem como principal função assegurar o acompanhamento global da atividade do centro de cidadania digital e respetivo enquadramento de acordo com os objetivos previstos no presente protocolo.
2. Compete ainda ao gestor do projeto:
  - a. Facilitar e coordenar toda a relação entre os serviços municipais e a equipa técnica local que assegurará a execução do Centro de Cidadania Digital;
  - b. Planear e definir, em articulação com a equipa técnica local, as iniciativas de promoção externa do Centro de Cidadania Digital.

### **Cláusula Sexta**

#### **(cessão da posição contratual)**

A C.M.L e a J.F. não podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, a sua posição contratual ou quaisquer direitos, interesses, deveres ou obrigações decorrentes do presente Protocolo.

### **Cláusula Sétima**

#### **(Vigência)**

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e cessa automaticamente com o termo do presente mandato autárquico, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além do seu termo.

## **Cláusula Oitava**

### **(Revisão do Protocolo)**

O presente protocolo pode ser modificado por acordo, reduzido a escrito, e outorgado entre as partes.

## **Cláusula Nona**

### **(Cessação do Protocolo)**

1. Constituem causas de extinção do presente protocolo, as seguintes:
  - a) Caducidade, pelo decurso do prazo de vigência do protocolo;
  - b) Revogação;
  - c) Denúncia;
  - d) Resolução.
2. Os outorgantes podem, por acordo, revogar o protocolo em qualquer momento.
3. Os outorgantes podem proceder à denúncia do presente protocolo, por escrito, com antecedência não inferior a 60 dias, por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
4. A resolução do presente Protocolo pode ter lugar sempre que se verifique o incumprimento das obrigações estabelecidas por qualquer uma das partes.
5. Para efeito do previsto no número anterior, a resolução deverá ser notificada por carta registada com aviso de receção, onde constem os factos e fundamentos que justificam a sua resolução, concedendo-se à parte faltosa o prazo de cinco dias úteis para fazer cessar o incumprimento, sob pena de se efetivar a resolução.
6. No caso de o incumprimento ser imputável à J.F. e de, em virtude desse incumprimento, não ser possível o desenvolvimento e manutenção do projeto, a mesma ficará obrigada a proceder à devolução à C.M.L do montante mencionado na alínea b) do n.º 1 da Cláusula Segunda, na percentagem da sua não utilização por referência direta ao objeto contratual.

**Cláusula Décima**  
**(Foro Competente)**

Para julgar todas as questões emergentes da interpretação, execução e cumprimento do presente Protocolo fixa-se como competente o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em Lisboa, aos \_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_ de \_\_\_\_, em dois exemplares, devidamente assinados e rubricados, ficando um exemplar em poder de cada Parte.

**O MUNICÍPIO DE LISBOA,**

---

O Vereador  
(Jorge Máximo)

**A FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA,**

---

O Presidente  
(António Cardoso)

**DELIBERAÇÃO Nº 462/AML/2016**

**Proposta n.º 657CM/2016 – Retificada - Transferência de verba e Protocolo com o Exército e a Junta de Freguesia de Arroios**

Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo

**Aprovação em CML:**

**Aprovada por unanimidade**

**Aprovação em AML:**

**Aprovada por unanimidade**

**PROPOSTA N.º 657/2016**

(Retificada)

**Assunto: Aprovar a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa, a Freguesia de Arroios e o Exército Português e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a transferência de verba para a Freguesia de Arroios.**

**Pelouros:** Desporto (Vereador Jorge Máximo)

**Serviços:** DAFD

Considerando que:

- A) Constituem atribuições próprias do Município de Lisboa e das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios dos equipamentos urbanos, dos tempos livres e do desporto, nos termos dos artigos 2.º, 7.º e 23.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- B) Na realidade atual será de privilegiar cada vez mais a cooperação e atuação concertada entre os vários agentes públicos, nomeadamente administração central e autarquias locais, na prossecução do interesse público e melhoria da qualidade de vida da população;



- C) A colaboração entre os diversos órgãos e entidades públicas contribui, de forma determinante, para a consolidação da democracia participada e satisfação das necessidades das populações residentes;
- D) O desporto desempenha hoje um papel fundamental no bem-estar da população, pelo que se torna necessário que as diferentes entidades com capacidade de intervenção nesse domínio, quer ao nível das infraestruturas existentes, quer ao nível da dinamização da prática desportiva, utilizem as suas possibilidades de forma conjugada e articulada, proporcionando melhores condições de acesso ao desporto e atividade física;
- E) A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, cujas instalações estão situadas na Rua Gomes Freire, freguesia de Arroios, e que se encontra sobre a dependência hierárquica do Exército Português;
- F) A Academia Militar dispõe de diversos equipamentos desportivos, nomeadamente, pavilhões gimnodesportivos, ginásio descoberto, picadeiro, campo de futebol de 11, pista de atletismo e piscina, cuja utilização se encontra limitada aos respetivos alunos, professores e militares;
- G) Os balneários de apoio à piscina da Academia Militar encontram-se em mau estado de conservação, sendo necessário a realização de obras de beneficiação dos mesmos;
- H) O Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios entendem que existe uma carência significativa de equipamentos desportivos na cidade e, respetiva, freguesia, para a dinamização dos programas municipais de âmbito desportivo e para colmatar as necessidades sentidas pelos clubes, associações e outras entidades que se dedicam ao desenvolvimento e promoção do desporto junto das populações;
- I) O Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios entendem, ainda, ser do maior interesse para a cidade de Lisboa promover pelas obras de beneficiação da piscina existente na Academia Militar e garantir a utilização da piscina e dos demais equipamentos desportivos da Academia Militar pelos fregueses e munícipes, colocando os mesmos ao serviço da população e da promoção da atividade física e do desporto;
- J) O Município de Lisboa, a Freguesia de Arroios e o Exército Português pretendem vir a celebrar um acordo de cooperação que confira a disponibilização dos equipamentos desportivos existentes na referida Academia aos munícipes e fregueses, contribuindo assim para promover a prática desportiva e para a melhoria das condições e qualidade de vida, saúde e bem-estar da população, bem como que defina os termos e as condições para a colaboração com vista à realização de obras de beneficiação na piscina da Academia Militar;

- K) No âmbito desse acordo, o Município pretende colaborar mediante a transferência de verba no montante de € 100.000,00 (cem mil euros) para a Freguesia de Arroios, para que esta última proceda à realização das obras de beneficiação da piscina da Academia Militar. Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 no plano de atividades C4.P010.09, C4.P010.12 e C4.P010.13 da orgânica L21.02 e cabimento n.º 5316008323;
- L) A alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que a Câmara Municipal delibere sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;
- M) A alínea r), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê como uma das competências materiais da Câmara Municipal a possibilidade de colaboração no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- N) Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das alíneas o), r) e ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar:**

- 1) A celebração do Protocolo entre o Município de Lisboa, a Freguesia de Arroios e o Exército Português com vista à requalificação/beneficiação da piscina sita na Academia Militar e à disponibilização gratuita dos equipamentos desportivos existentes na referida Academia à população de Lisboa, no sentido promover a prática desportiva e contribuir para a melhoria das condições e qualidade de vida, saúde e bem-estar da população;
- 2) A respetiva minuta de Protocolo a celebrar entre o Protocolo entre o Município de Lisboa, a Freguesia de Arroios e o Exército Português que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta;
- 3) Submeter a aprovação da Assembleia Municipal a transferência de uma verba no montante de € 100.000,00 (cem mil euros) para a Freguesia de Arroios, para apoio às obras de beneficiação na piscina da Academia Militar. Despesa com enquadramento orçamental na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 no plano de atividades C4.P010.09, C4.P010.12 e C4.P010.13 da orgânica L21.02 e cabimento n.º 5316008323.

PROTOCOLO ENTRE O  
EXÉRCITO, O MUNICÍPIO DE LISBOA E A  
JUNTA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REFERENTE À UTILIZAÇÃO DAS  
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DA  
ACADEMIA MILITAR PELOS MUNÍCIPES DA  
CIDADE DE LISBOA.

## ***I - Preâmbulo***

*Atendendo a que:*

1. O Exército Português, através da Academia Militar (AM), e a Câmara Municipal de Lisboa (CML), e a Junta de Freguesia de Arroios (JFA), se valorizam, no âmbito das suas responsabilidades sociais, com a beneficiação e utilização alargada das infraestruturas desportivas disponíveis da AM/Sede, ao Paço da Rainha;
2. O interesse dos munícipes de Lisboa em utilizar as infraestruturas desportivas existentes na AM/Sede é proporcional ao interesse da AM em associar a sua imagem às atividades de cariz social, bem como em melhorar as suas instalações;

*E que*

3. O Exército Português, através da AM e a CML e a JFA assumem a necessidade, e as vantagens, de as Instituições se aproximarem de forma a criarem sinergias de âmbito social.

As partes assumem a intenção de realizar este protocolo, cujo objetivo é garantir a beneficiação e disponibilização das infraestruturas desportivas da AM/Sede aos munícipes de Lisboa.

## ***II - Identificação das partes***

*Entre:*

O **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, pessoa coletiva n.º 600 021 610, com sede em Lisboa, na Rua Museu de Artilharia, por meio da **ACADEMIA MILITAR**, adiante designada por **AM**, neste ato representado pelo excelentíssimo Sr. **Major-General João Jorge Botelho Vieira Borges**, Comandante da Academia Militar, cujos poderes de representação foram conferidos por despacho de \_\_\_\_\_, de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior do Exército, **General Frederico José Rovisco Duarte**; adiante designado por primeiro outorgante ou AM;

*e*

O **MUNICÍPIO DE LISBOA**, como segundo outorgante, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede nos Passos do Concelho, Praça do Município, 1149-014 Lisboa, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, adiante designada por segundo outorgante ou CML;

*e*

A **JUNTA DE FREGUESIA DE ARROIOS**, pessoa coletiva n.º 510832890, com sede no Largo do Intendente Pina Manique, 27, 1100-285 Lisboa, neste

ato representada pela Sr.<sup>a</sup> **MARGARIDA MARTINS**, Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, adiante designada por terceiro outorgante ou JFA;

*É celebrado o presente contrato de colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:*

## **II - Dispositivo**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### **Objeto**

O presente protocolo pretende providenciar o acesso às instalações desportivas da AM/Sede, pelos munícipes da cidade de Lisboa nomeadamente à piscina, ginásio, pavilhão gimnodesportivo, picadeiro e campo de futebol 11, como contrapartida pela beneficiação da piscina e colaboração na manutenção e limpeza das referidas instalações, jardins e arruamentos da AM.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações do Primeiro Outorgante**

1. O primeiro outorgante obriga-se a facultar o acesso e o uso das instalações desportivas da AM/Sede aos cidadãos que venham a ser indicados pela Junta de Freguesia de Arroios, com os necessários e adequados constrangimentos de segurança, nos dias e horas a definir por acordo entre as partes, nomeadamente:
  - a. As instalações dos pavilhões gimnodesportivos;
  - b. As instalações do ginásio descoberto;
  - c. As instalações da piscina;
  - d. As instalações do picadeiro;
  - e. As instalações do campo de futebol 11;
  - f. As instalações do polidesportivo ao ar livre;
  - g. A pista de atletismo.
2. O primeiro outorgante procurará disponibilizar lugares suficientes no estacionamento automóvel para os monitores e responsáveis pelas atividades desportivas;
3. Colocar o logótipo da CML, ou da JFA, nos suportes de divulgação das atividades realizadas pela AM, quando coadjuvadas pela autarquia, funcionando numa plataforma de “Marketing cruzado”.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações do Segundo Outorgante**

O segundo outorgante obriga-se a:

1. Garantir a beneficiação das instalações da piscina da AM, designadamente da parte relativa aos balneários, através de obra a executar sob controlo técnico da Direção de Infraestruturas do Exército, incluindo a prévia aprovação do seu projeto de execução, num valor total estimado de € 100.000,00 (cem mil euros);

2. Transferir para a JFA a verba de € 100.000,00 (cem mil euros), destinada à beneficiação das instalações da piscina da AM mencionada no número anterior da presente cláusula, após a celebração do presente protocolo;
3. Estabelecer com a JFA um plano de ocupação referente a cada época desportiva das instalações da AM, tendo em consideração as suas necessidades e os Programas da CML, nomeadamente, Olisipiadas, Desporto Mexe Comigo, Lisboa vai ao Parque, entre outros;
4. Conhecer e dar a conhecer aos munícipes utilizadores das instalações referidas na cláusula 1.<sup>a</sup>, as normas de segurança em vigor na AM e as condições do presente protocolo;
5. Colocar o logótipo da AM nos suportes de divulgação da CML, nas atividades desenvolvidas nas instalações da AM/Sede, funcionando numa plataforma de “*Marketing cruzado*”.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do Terceiro Outorgante**

O terceiro outorgante obriga-se a:

1. Conhecer e dar a conhecer aos munícipes utilizadores das instalações referidas na cláusula 1.<sup>a</sup>, as normas de segurança em vigor na AM e as condições do presente protocolo;
2. Fornecer a lista de todos os participantes das atividades a praticar nas instalações referidas na cláusula 1.<sup>a</sup>, bem como de todos os monitores e responsáveis pelas mesmas, para efeitos de controlo de acesso na AM;
3. Garantir que todos os participantes das atividades referidas estejam cobertos por um contrato de seguro desportivo, que cubra os riscos inerentes às atividades praticadas;
4. Disponibilizar apoio em pessoal e material, quando solicitado pelo primeiro outorgante, para colaborar na limpeza, ornamentação e arranjos nas referidas instalações, arruamento e jardins da AM/Sede, no âmbito de cerimónias e eventos de grande visibilidade;
5. Promover a realização das obras de beneficiação das instalações da piscina da AM, sob controlo técnico da Direção de Infraestruturas do Exército;
6. Proceder à elaboração dos projetos, peças desenhadas, escritas e procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos, bem como à adjudicação das empreitadas e contratos necessários para o efeito, bem como submeter o projeto de execução a prévia aprovação da AM;
7. Entregar à CML, após a receção da obra pela AM, um relatório final de execução física e financeira da mesma;

8. Estabelecer com a CML e a AM um plano de ocupação referente a cada época desportiva para o desenvolvimento de Programas conjuntos ou próprios de cada uma das entidades que visem a promoção da atividade física e do desporto, em especial entre as crianças e jovens com maior risco de inserção social;
9. Colocar o logótipo da AM nos suportes de divulgação, nas atividades desenvolvidas nas instalações da AM/Sede, funcionando numa plataforma de “*Marketing cruzado*”.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações dos utilizadores das instalações desportivas da AM**

Os munícipes da cidade de Lisboa que utilizem instalações desportivas da AM, nos termos do presente protocolo, deverão ser informados das seguintes obrigações:

1. Conhecer e cumprir as normas de segurança em vigor na AM, assim como as instruções que lhe sejam transmitidas pelos militares responsáveis pela segurança das instalações;
2. Respeitar os horários acordados entre as partes e estabelecidos para a utilização das referidas instalações, assim como cumprir com os seus regulamentos de utilização;
3. Ressarcir o primeiro outorgante pelos danos causados, com culpa ou mera culpa, às instalações e equipamentos da AM.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade civil**

1. O primeiro outorgante não pode ser responsabilizado pelos danos, diretos ou indiretos, resultantes da execução do presente protocolo, nomeadamente pelos danos resultantes da utilização das instalações desportivas, do acesso automóvel, ou da eventual suspensão do protocolo a que se refere a cláusula 9.<sup>a</sup>.
2. O terceiro outorgante é solidariamente responsável pelos danos nas instalações e equipamentos da AM, causados pelos cidadãos que venham a utilizar as instalações desportivas.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Encargos Financeiros**

Sem prejuízo dos encargos resultantes da eventual aplicação da cláusula anterior, bem como dos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações previstas na cláusula 3.º, em especial no que respeita ao ponto 1., da execução do presente protocolo não decorrerão quaisquer encargos financeiros ou pagamento de serviços.



**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**Especificidades**

1. Os outorgantes consideram salvaguardadas as características próprias de cada uma das partes signatárias, tais como os seus estatutos e regulamentos internos, organização, períodos de laboração, dotações orçamentais, laços institucionais e respeito pelas leis que as regem.
2. Todas as atividades serão desenvolvidas segundo o calendário e horários acordados entre as partes e sem prejuízo das atividades escolares, das atividades oficiais e outras protocoladas.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**Regulamentação e desenvolvimento**

1. A celebração do presente protocolo poderá implicar a elaboração de acordos específicos para a sua regulamentação e desenvolvimento, que serão posteriormente sujeitos a homologação pelos outorgantes.
2. A inexistência dos regulamentos referidos no número anterior não compromete o cumprimento das obrigações previstas no presente protocolo.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Suspensão do protocolo**

O primeiro outorgante reserva-se o direito de suspender unilateralmente a execução do presente protocolo, mediante simples declaração e com efeitos imediatos, se o interesse público e/ou a defesa nacional assim o exigirem, nomeadamente durante a ocorrência de exercícios, treinos, cerimónias, missões, preparações operacionais, estados de segurança, situações protocolares e outras atividades militares ou de proteção civil.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**Modificação, Revogação e Resolução**

1. O presente Protocolo pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes outorgantes.
2. O presente Protocolo pode ser modificado, unilateralmente, por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.



3. O presente Protocolo pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
  - b) Por razões de manifesto interesse público, devidamente fundamentado, ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Comissão de Acompanhamento**

1. Para a gestão do presente protocolo será constituída uma comissão de acompanhamento, designada «Comissão de Acompanhamento ao Protocolo entre o Exército, a CML e a JFA», integrada por um representante de cada um dos outorgantes, sendo que o representante do primeiro outorgante é nomeado pela AM.
2. Os membros da Comissão devem ser nomeados no prazo de 10 dias após a outorga do presente protocolo.
3. À comissão compete apreciar e apresentar às respetivas direções a situação das ações em desenvolvimento e propor as necessárias alterações ao protocolo e respetiva regulamentação.
4. Compete igualmente à comissão manter um canal de comunicação permanente entre ambos os proponentes.
5. A comissão reúne ordinariamente no prazo de 30 dias antes de cada prorrogação automática a que se refere a cláusula seguinte, e extraordinariamente sempre que um dos seus membros o considere necessário.
6. A comissão deve reunir obrigatoriamente logo após a nomeação dos seus membros, para planificação das ações a desenvolver.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações**

As comunicações entre os outorgantes, necessárias à execução do presente contrato, serão efetuadas por correio eletrónico, sem prejuízo do estatuído na cláusula 11.<sup>a</sup> e na cláusula seguinte.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de vigência**

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes e vigorará pelo período de 5 (cinco) anos, renovável sucessiva e automaticamente por períodos de 1 (um) ano, se não for denunciado por nenhuma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sobre o termo do prazo inicial de vigência ou sua renovação.

O presente protocolo é feito em triplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Lisboa, de de 2016

Pelo primeiro outorgante

---

João Jorge Botelho Vieira Borges  
Major-General  
Comandante da AM

Pelo segundo outorgante

---

.....  
.....

Pelo terceiro outorgante

---

Margarida Martins  
Presidente da JFA

## **DELIBERAÇÃO N.º 463/AML/2016**

### **Proposta n.º 658/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração – Mercado Social das Culturas**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso

#### **Votação na CML:**

**Aprovada por maioria com 11 votos a favor (5PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 1PCP) e 1 abstenção (CDS/PP)**

#### **Votação na AML:**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP

### **PROPOSTA N.º 658/2016**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Arroios, no âmbito do projeto cultural, desportivo e social “Mercado das Culturas”

Pelouro: Direitos Sociais

Serviço: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando que:

A Junta de Freguesia de Arroios encontra-se a ultimar a implementação de um espaço polivalente para atividades de natureza cultural, desportiva e social, designado por “Mercado das Culturas”, na nave central do antigo Mercado do Forno do Tijolo;

Com vista à sua operacionalidade, concretamente para uso como local de exposições, conferências, eventos solidários e espetáculos diversos (cinema, teatro, música, entre outros), torna-se necessário que a Junta de Freguesia proceda à aquisição de diversos equipamentos, designadamente relativos à sonorização, iluminação, projeção, entre outros, num montante total de € 129.328,74;

Sem prejuízo da programação própria prevista para “Mercado das Culturas”, virada para a Freguesia e da responsabilidade plena da respetiva Junta, o espaço em causa pode constituir-se como um recurso importante para a realização pontual de atividades de interesse municipal, designadamente na área da cultura, do desporto, dos direitos sociais, da juventude ou de outras, conseguindo-se assim a sua rentabilização;

A atribuição de um apoio financeiro pelo Município à Freguesia, destinado a compartilhar metade dos encargos decorrentes da aquisição dos equipamentos necessários à conclusão e colocação em funcionamento daquele espaço representa, desta forma, um real investimento, que deve ter como suporte um instrumento jurídico de natureza colaborativa que disponha de forma clara as obrigações das partes, conforme minuta anexa à presente proposta;

Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e para efeitos do previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Arroios, no valor de € 64.664,37 (sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), para fazer face a parte dos encargos decorrentes da aquisição e instalação dos materiais e equipamentos necessários à conclusão e colocação em funcionamento do “Mercado das Culturas”;
- b) Em consequência, a celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município e a Freguesia de Arroios, nos termos da minuta anexa à presente Proposta e da qual faz parte integrante.

A despesa tem cabimento na Ação do Plano E2.P001.03 da Rubrica 04.05.01.01.02 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

## Anexo

### Protocolo de Colaboração (Minuta)

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, em diante designado por Primeiro Outorgante;

E

A **Freguesia de Arroios**, pessoa coletiva n.º 510832890, com sede no Largo do Intendente Pina Manique, n.º 27, em Lisboa, representada pela Sra. Margarida Martins, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, em diante designada por Segundo Outorgante;

é celebrado presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### *Objeto*

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista à conclusão e colocação em funcionamento, pela Junta de Freguesia, do equipamento social, cultural e desportivo “**Mercado das Culturas**”, inserido no antigo Mercado do Forno do Tijolo, em Lisboa.

2. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Freguesia, destinado a compartilhar parte dos encargos previstos para aquisição e instalação dos materiais e equipamentos necessários à conclusão e colocação em funcionamento daquele espaço, designadamente dos concernentes a:

- a) Sonorização geral fixa;
- b) Iluminação de palco e teatro;
- c) Palco e respetivos acessórios;
- d) Projetor e tela fixa; e
- e) Led vídeo wall.

## Cláusula 2ª

### *Obrigações do Primeiro Outorgante*

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Transferir para a Freguesia o montante total de **64.664,37 €** (sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), em 2016 e numa única tranche, para os efeitos referidos no n.º 2 da cláusula anterior;
- b) A acompanhar a execução do previsto no presente Protocolo, mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

## Cláusula 3ª

### *Obrigações do Segundo Outorgante*

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à aquisição e instalação dos materiais e equipamentos necessários à conclusão do “**Mercado das Culturas**” e a garantir o seu funcionamento como equipamento local destinado a atividades de índole cultural, desportiva e social;
- b) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após conclusão da aquisição e instalação referidas no número anterior, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução física e financeira, acompanhado dos documentos justificativos das despesas realizadas;
- c) Devolver ao Município a totalidade do apoio financeiro referido na Cláusula 2ª no caso de não realização das aquisições previstas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Primeiro eventual parte do apoio financeiro que se revele desnecessária ou cuja execução não seja devidamente justificada.

## Cláusula 4ª

### *Uso do espaço para eventos municipais*

Sem prejuízo da programação própria do “**Mercado das Culturas**”, da responsabilidade plena do Segundo Outorgante, este compromete-se a permitir e facilitar gratuitamente o uso daquele espaço, e dos recursos que o integram, para realização de atividades de interesse municipal pelo Primeiro Outorgante, designadamente na área cultural, desportiva, social, recreativa ou outras.

### **Cláusula 5ª**

#### *Revisão ao Protocolo*

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

### **Cláusula 6ª**

#### *Incumprimento, Resolução e Sanções*

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

### **Cláusula 7ª**

#### *Vigência do Protocolo*

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao cumprimento do seu objeto, sem prejuízo das obrigações que devam subsistir após esse momento, designadamente as previstas na cláusula 4ª.

### **Cláusula 8ª**

#### *Disposições Finais*

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ..... de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Freguesia de Arroios

---

---

**DELIBERAÇÃO Nº 464/AML/2016**

**Proposta n.º 659/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração - Arroios Film Festival 2017**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso

**Votação na CML**

**Aprovada por maioria com 11 votos a favor (5PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 1PCP) e 1 voto contra (CDS/PP)**

**Votação na AML**

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP – **Abstenção:** MPT

**PROPOSTA N.º 659/2016**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Arroios, no âmbito da produção do “Arroios Film Festival 2017”

Pelouro: Direitos Sociais

Serviço: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando que:

A freguesia de Arroios encontra-se enriquecida pela sua extensa diversidade cultural, promovendo a respetiva Junta o “Arroios Film Festival”, com o apoio da Arroios TV e outros parceiros públicos e privados, visando o encontro de culturas, de formas de estar e de reflexão sobre as várias vertentes de inclusão;

O “Arroios Film Festival” pretende, através da sétima arte, alertar consciências para a problemática da inclusão, sendo um festival de curtas-metragens dirigido a todas as pessoas que fazem e se interessam por cinema dirigido à inclusão no sentido alargado do termo: inclusão económica, social, cultural, religiosa ou outra;



Em 2016 este Festival atingiu um impacto significativo, com mais de 3.000 filmes apresentados a competição, de todos os continentes e mais de 150 países, para centenas de espectadores, com uma repercussão muito positiva na comunicação social;

O Plano Municipal de Integração de Imigrantes em Lisboa, abreviadamente designado de PMIIL, prevê o apoio à promoção de ações culturais que tenham por objetivo fortalecer e promover as dinâmicas culturais urbanas, sendo este o caso do “Arroios Film Festival”;

A produção deste evento, na edição relativa a 2017, terá início ainda em 2016, pelo que se torna necessário proceder à transferência do respetivo apoio financeiro para a concretização do evento, devendo o mesmo ter como suporte um instrumento jurídico de natureza colaborativa que disponha de forma clara as obrigações das partes, conforme minuta anexa à presente proposta;

Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e para efeitos do previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Arroios, no valor de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), para concretização do evento “Arroios Film Festival 2017”;
- b) A celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município e a Freguesia de Arroios, nos termos da minuta anexa à presente Proposta e que dela faz parte integrante.

Esta despesa tem cabimento na Ação do Plano E2.P001.03 da Rubrica 04.05.01.01.02 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

## Anexo

### Protocolo de Colaboração (Minuta)

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro;

E

A **Freguesia de Arroios**, pessoa coletiva n.º 510832890, com sede no Largo do Intendente Pina Manique, n.º 27, em Lisboa, representada pela Sra. Margarida Martins, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, de ora em diante designada por Segundo Outorgante;

é celebrado presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª**

##### *Objeto*

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista à concretização, pela Junta de Freguesia, do projeto “**Arroios Film Festival 2017**”, abreviadamente designado por projeto.
2. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Freguesia, destinado a fazer face aos encargos decorrentes da concretização do projeto.

#### **Cláusula 2ª**

##### *Obrigações do Primeiro Outorgante*

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Transferir para a Junta de Freguesia o montante total de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), em 2016 e numa única prestação, a título de apoio à execução do projeto “Arroios Film Festival 2017”;
- b) Acompanhar a execução do projecto, mediante a apreciação dos relatórios de execução, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

### **Cláusula 3ª**

#### *Obrigações do Segundo Outorgante*

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após conclusão do projeto, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução física e financeira, acompanhado dos documentos justificativos das despesas realizadas;
- b) Devolver ao Município a totalidade do apoio financeiro referido na Cláusula 2ª no caso de não ser realizado o projeto, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Primeiro eventual parte do apoio financeiro que se revele desnecessária ou cuja execução não seja devidamente justificada.

### **Cláusula 4ª**

#### *Revisão ao Protocolo*

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

### **Cláusula 5ª**

#### *Incumprimento, Resolução e Sanções*

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

### **Cláusula 6ª**

#### *Vigência do Protocolo*

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até ao integral cumprimento do seu objeto.

### **Cláusula 7ª**

#### *Disposições Finais*

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ... de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Freguesia de Arroios

---

---

## **DELIBERAÇÃO N.º 465/AML/2016**

### **Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos**

#### **Subtema: Finanças**

#### **Recomendação n.º 6 /129 - Sobre a Proposta 659/CM/2016 – “Sobre Atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração – Arroios Film Festival 2017”**

Subscrita pela Presidente da Assembleia Municipal

**Aprovada por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

#### **Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“Que a transferência referida na alínea a) da parte deliberativa da Proposta n.º 659/CM/2016 seja feita em 2016 e numa única prestação.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006451,000069/index.htm>)

## **DELIBERAÇÃO N.º 466/AML/2016**

#### **Proposta n.º 660/CM/2016 – Retificada - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São Vicente e Protocolo de Colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso

#### **Aprovação na CML:**

**Aprovada por unanimidade**

#### **Aprovação na AML:**

**Aprovada por unanimidade**

### **PROPOSTA N.º 660/2016**

(Retificada)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Vicente, com vista à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, bem como a transferência de verba respetiva

Pelouro: Direitos Sociais

Considerando que:

- O Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1132, de 29 de outubro de 2015, define o “NAL – Núcleo de Apoio Local” como *“espaços com características predefinidas, onde estejam asseguradas boas condições de higiene e segurança e nos quais as equipas de distribuição alimentar passarão a fornecer as refeições. Constituem-se como espaços de partilha entre utentes e colaboradores institucionais, que poderão, além de cumprir a sua função de apoio, contribuir para a promoção do exercício da cidadania e do respeito da dignidade entre concidadãos. Objetivos deste Núcleos: a) Garantir refeições em espaço condigno e humano; b) Promover atendimento social; c) Promover o acompanhamento para o NPISA”;*
- Para além da reestruturação das respostas já existentes, o Programa prevê ainda a criação de quatro Núcleos de Apoio Local, bem como a construção e/ou reconstrução de balneários e sanitários, os quais devem ser implementados em territórios identificados como prioritários, onde haja uma grande concentração de pessoas em situação de sem-abrigo visando proporcionar àquelas o acesso a refeições, a uma lavandaria, a um banco de roupa e aos respetivos sanitários e balneários em condições de higiene, conforto e dignidade;
- A existência de um NAL em São Vicente permitirá por um lado que, progressivamente, a distribuição alimentar deixe de se fazer em contexto de rua e, por outro, levará à diminuição de vários problemas associados à elevada concentração de pessoas sem-abrigo na zona de Santa Apolónia;
- O Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo pretende-se que seja implementado com recurso aos vários atores da Cidade de Lisboa;
- A Junta de Freguesia de São Vicente é proprietária do imóvel onde se encontra a Piscina de Alfama pretendendo em simultâneo promover a recuperação do mesmo, bem como promover a melhoria das condições da população sem-abrigo que frequenta aquela zona da cidade;
- É neste sentido que o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente, na partilha de um interesse comum e em prol da população sem-abrigo que frequenta a zona de Santa Apolónia, pretendem estabelecer uma parceria com vista a disponibilizar àquela uma resposta adequada e eficaz na melhoria das condições proporcionadas;

- O Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente pretendem assim, através do presente protocolo, recuperar, adaptar e equipar duas salas do edifício, onde se encontra a Piscina de Alfama, propriedade da Junta de Freguesia de São Vicente, numa resposta adequada e eficaz na melhoria das condições proporcionadas àquela população, de forma a disponibilizar sala de refeições, sala para apoio de lavandaria e banco de roupa, sanitários e balneários;

Sem prejuízo de ulterior acordo ou contrato relativo à operacionalização, em concreto, do NAL naquele espaço, importa definir, por ora, a colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, em especial no que concerne ao apoio financeiro a atribuir pelo Município, para efeitos de recuperação, adaptação e aquisição de equipamento das referidas salas;

Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação em vigor, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Vicente, no montante total de € 75.827,02 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e sete euros e dois cêntimos), para recuperação, adaptação e aquisição de equipamento para duas salas no imóvel, sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, em Lisboa;
- b) A celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de São Vicente, nos termos da minuta anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante;

A despesa tem cabimento na Ação do Plano C5.P002.01, da Rubrica 08.05.01.01.01, da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

Anexo  
Protocolo de Colaboração  
(Minuta)

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro;

E

A **Freguesia de São Vicente**, pessoa coletiva n.º 505203731, com sede na Rua Josefa de Óbidos, 5, em Lisboa, representada pela Sra. Dra. Natalina Tavares de Moura, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª**

*Objeto*

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista a recuperar, adaptar, e equipar, pela Junta de Freguesia, duas salas do edifício, propriedade da Segunda Outorgante, sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, em Lisboa.

2. A reabilitação referida tem por finalidade permitir a implementação, naquele edifício, do “NAL – Núcleo de Apoio Local São Vicente/Santa Apolónia”, nos termos definidos no Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo.

3. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo, enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Junta de Freguesia, destinado a fazer face aos encargos decorrentes com aquisição de equipamento, recuperação e adaptação, por esta, das salas referidas no n.º 1 da presente Cláusula.

### **Cláusula 2ª**

#### *Obrigações do Primeiro Outorgante*

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Transferir para a Junta de Freguesia o montante total de € 75.827,02 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e sete euros e dois cêntimos), em 2016 e numa única prestação, a título de apoio para equipamento, e execução das obras de recuperação e adaptação das salas referidas no n.º 1 da Cláusula 1ª do presente Protocolo;
- b) Prestar apoio técnico e acompanhar a execução das obras mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

### **Cláusula 3ª**

#### *Obrigações do Segundo Outorgante*

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à execução de obras de recuperação e adaptação das salas referidas no n.º 1 da Cláusula 1ª do presente Protocolo, tendo presente a finalidade referida no n.º 2 da mesma, articulando com o Primeiro Outorgante os termos precisos das mesmas antes de as iniciar;



- b) Proceder à aquisição do equipamento necessário para o devido funcionamento do NAL de São Vicente, tendo presente a finalidade referida no n.º 2 da Cláusula 1ª, articulando com o Primeiro Outorgante sobre os bens a adquirir;
- c) Prestar atempadamente toda a informação que venha a ser solicitada pelo Primeiro Outorgante durante a execução das obras ou na aquisição do equipamento;
- d) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após o termo das obras mencionadas, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução física e financeira, acompanhado dos respetivos documentos comprovativos das despesas realizadas, devendo incluir os equipamentos adquiridos;
- e) Disponibilizar as salas recuperadas para os fins previstos no presente Protocolo, acordando e celebrando com o Primeiro Outorgante contrato de delegação de competências que permita colocar em funcionamento, naquele, o projeto “NAL – Núcleo de Apoio Local São Vicente/Santa Apolónia” ou outro projeto municipal com idênticas finalidades;
- f) Devolver ao Município o apoio financeiro referido na Cláusula 2ª do presente Protocolo no caso de não serem realizadas as obras de recuperação e adaptação, ou adquirido o equipamento conforme previsto neste Protocolo, ou de ao imóvel vir a ser dado uso distinto.

2. A disponibilização das salas, referida na alínea d) do número anterior, tem lugar pelo período mínimo de quinze anos, contados após o termo das obras de recuperação e adaptação das mesmas, salvo acordo escrito das partes em contrário.

#### **Cláusula 4ª**

##### *Revisão ao Protocolo*

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

#### **Cláusula 5ª**

##### *Incumprimento, Resolução e Sanções*

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

#### **Cláusula 6ª**

##### *Vigência do Protocolo*

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até ao cumprimento do seu objeto.

#### **Cláusula 7ª**

##### *Disposições Finais*

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ... de 2016

Pelo Município de Lisboa  
O Vereador

Pela Freguesia de São Vicente  
A Presidente da Junta de Freguesia

---

João Afonso

---

Natalina Tavares de Moura

## **DELIBERAÇÃO N.º 467/AML/2016**

### **Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos**

#### **Subtema: Finanças**

#### **Recomendação n.º 7/129 – Sobre a Proposta n.º 660/CM/2016 “Sobre atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São Vicente e Protocolo de Colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo”**

Subscrita pela Presidente da Assembleia Municipal

#### **Aprovada por unanimidade**

#### **Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“Que a transferência referida na alínea a) da parte deliberativa da Proposta n.º 660/CM/2016 seja feita em 2016 e numa única prestação.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006452,000069/index.htm>)

## **DELIBERAÇÃO N.º 468/AML/2016**

#### **Proposta n.º 712/CM/2016 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo para o projeto vencedor “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso

#### **Votação na CML e na AML**

#### **Aprovada por unanimidade**

### **PROPOSTA N.º 712/2016**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo, para concretização do Projeto vencedor “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”

Pelouro: Direitos Sociais

Serviço: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando que:

- O Orçamento Participativo de Lisboa teve a sua primeira edição em 2008 e foi criado com o objetivo de promover a participação dos cidadãos no governo da cidade, conferindo-lhes poder efetivo sobre parte do orçamento do município;
- Na edição de 2015 do Orçamento Participativo (OP) houve 189 propostas que foram a votação, das quais 15 saíram vencedoras; a proposta “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”, que contemplava a realização de pequenas obras de beneficiação daquele espaço, com um custo total estimado em 140.000 euros, foi uma delas;
- O Espaço Fazeres é um projeto da Junta de Freguesia local iniciado em 2012/2013, funciona num edifício composto por 3 blocos pré-fabricados interligados no Bairro Municipal da Quinta do Ourives, anteriormente utilizados pela Santa Casa da Misericórdia e entretanto cedidos à Freguesia, e consiste numa resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens durante os seus tempos livres;
- A criação daquele espaço teve como objetivo apoiar as famílias do bairro, uma vez que a difícil conciliação dos períodos escolares com os horários de trabalho dos progenitores, aliada às dificuldades económicas enfrentadas pelas famílias, não permitiam o acesso de muitas crianças a um programa de ocupação dos seus tempos livres;
- O Espaço Fazeres opera através da dinamização de ações direcionadas a jovens, contribuindo para a aquisição de novas competências sociais; paralelamente, através de um programa de estudo acompanhado, dá apoio e explicações a testes e exames durante o período letivo, contribuindo para uma melhoria do desempenho escolar, combatendo o insucesso e o abandono; durante os períodos de interrupção letiva desenvolve atividades lúdicas e visitas exteriores para os jovens utentes;
- Havendo a proposta “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato” sido uma das vencedoras da edição do OP 2015, a Junta de Freguesia do Beato arrolou as 2 obras de beneficiação necessárias tendo como objetivo uma melhoria geral dos edifícios que constituem este espaço, nomeadamente através da revisão da cobertura de forma a resolver problemas de infiltração, da substituição de caixilharias e do pavimento existente e da revisão das redes de esgotos e elétrica, estando também prevista uma remodelação das salas de forma a permitir aumentar o número de utentes;

- As obras de beneficiação previstas apresentam um custo total estimado de 140.000 euros, compatibilizando-se, assim, com o valor do projeto submetido a votação em sede do OP 2015;

- Importa, assim, transferir para a Freguesia do Beato o apoio financeiro necessário à concretização do projeto, devendo o mesmo ter como suporte instrumento jurídico de natureza colaborativa que disponha de forma clara as obrigações das partes, conforme minuta se junta à presente proposta como Anexo I;

-Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Assim, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e para efeitos do previsto na alínea j) do n.º 1 do art. 25º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

a) A atribuição de um apoio financeiro à Freguesia do Beato, no valor de € 140.000,00 (cento e quarenta mil euros), para concretização do projeto “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”, um dos vencedores da edição de 2015 do Orçamento Participativo, apoio esse a transferir em 2016 numa só prestação;

b) Em consequência, aprovar a celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município e a Freguesia do Beato, nos termos da minuta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, como instrumento jurídico de suporte ao apoio a atribuir.

A despesa terá cabimento na Ação do Plano A2.P002.80 da Rubrica 08.05.01.01.01 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

Anexo  
Protocolo de Colaboração  
(Minuta)

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro;

E

A Freguesia do Beato, pessoa coletiva n.º 507401778, com sede na Rua de Xabregas, 67, em Lisboa, representada pelo Sr. Hugo Xambre Pereira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, de ora em diante designada por Segundo Outorgante;

é celebrado presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista concretização, pela Junta de Freguesia, do projeto “Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”, um dos vencedores da edição de 2015 do Orçamento Participativo e adiante abreviadamente designado por projeto.
2. O projeto tem por base a realização das benfeitorias descritas no documento junto ao presente Protocolo como Anexo A e que dele faz parte integrante.

3. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Freguesia, destinado a fazer face aos encargos decorrentes da concretização do projeto.

#### Cláusula 2ª

##### Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Transferir para a Junta de Freguesia o montante total de 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros), em 2016 e numa única tranche, a título de apoio à execução das benfeitorias previstas no projeto;
- b) Prestar apoio técnico e acompanhar a execução do projeto mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

#### Cláusula 3ª

##### Obrigações do Segundo Outorgante

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à execução das benfeitorias previstas no projeto de melhoramento do Espaço Fazeres do Beato, concluindo-as, previsivelmente, até Dezembro de 2017.
- b) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após conclusão das benfeitorias, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução física e financeira, acompanhado dos documentos justificativos das despesas realizadas;
- c) Devolver ao Município a totalidade do apoio financeiro referido na Cláusula 2ª no caso de não serem realizadas as benfeitorias previstas no projeto ou de ao imóvel vir a ser dado uso distinto, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Primeiro eventual parte do apoio financeiro que se revele desnecessária ou cuja execução não seja devidamente justificada.

#### Cláusula 4ª

##### Revisão ao Protocolo

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

#### Cláusula 5ª

##### Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

#### Cláusula 6ª

##### Vigência do Protocolo

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao cumprimento do seu objeto.

#### Cláusula 7ª

##### Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ..... de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Freguesia do Beato

---

---



**Anexo A**  
**(ao Protocolo de Colaboração)**



JUNTA DE FREGUESIA DO BEATO

**“Melhorar o Espaço Fazeres do Beato”**

## 1. Espaço Jovem

A Freguesia do Beato querendo desenvolver e criar infraestruturas sólidas e criativas para os jovens e para poder satisfazer as necessidades dos Encarregados de Educação que sempre tiveram o apoio da Componente de Apoio à Família nas Escolas de 1.º Ciclo, criamos um projeto no Espaço Fazeres designado Espaço Jovem OTL 10+. Este consiste num espaço com atividades pedagógicas, entre elas acompanhamento ao estudo, realização de trabalhos de casa e explicações e igualmente atividades lúdicas quando os mesmos tiveram em férias escolares, tendo a consciência que estes jovens são o nosso futuro. Durante o período letivo as crianças estão divididas por anos de escolaridade e as técnicas afetas ao ano correspondente, acompanhando todo o processo de estudo, anotando quando os jovens têm testes e exames para realizar, acompanhando os mesmos para o sucesso a quando a sua realização. Durante o período não letivo é proporcionado aos jovens atividades lúdicas diferenciadas.

O Espaço Jovem é um projeto de continuidade que existe desde o ano letivo de 2012/2013 e acompanha alunos do 5º ao 9º ano de escolaridade, tendo em vista o seu sucesso escolar. Tendo começado com um grupo de 12 alunos, neste momento já acompanha 56 e pretende-se que este número aumente para 75 no próximo ano letivo. Apesar de se dar prioridade a quem reside ou trabalha na Freguesia do Beato, o Espaço Jovem é acessível a uma comunidade mais alargada, com alunos de diferentes escolas da área geográfica.

São objetivos do Espaço Jovem fazer um acompanhamento individual ao estudo, promovendo a autonomia dos alunos ao ajudar na realização de trabalhos de casa e preparar os vários momentos de avaliação (testes ao longo do ano e exames nacionais).

O Espaço Jovem tem como foco principal, o combate ao insucesso e abandono escolar de alunos em ambiente socialmente desfavorecido, através de um pagamento de acordo com o escalão de IRS de cada família, promovendo a inclusão de todos, independentemente da sua condição sócio-económica.

Neste sentido e de forma a dar uma continuidade ao projeto com todas as condições favoráveis ao mesmo e dando mais dignidade ao trabalho desenvolvido, este projeto no ano letivo passado concorreu ao Orçamento Participativo 2015 – Projeto 189-“Melhorar o Espaço Fazeres do Beato” com obras de melhoramentos do referido espaço, criando assim, salas de estudo equipadas com todas as necessidades apresentadas pelos jovens.

Após a conquista da respetiva verba inerente ao OP apresentamos abaixo as referidas melhorias que consideramos pertinentes para a execução do projeto. Assim, manteremos a qualidade e a oferta educativa que prestamos na nossa freguesia.

## 2. Caracterização do Espaço a Intervir

A área a intervir localiza-se na Freguesia do Beato, no espaço compreendido entre a Rua Marquês de Olhão e a Rua Dr. Manuel Espírito Santo.

A área de intervenção é circunscrita por uma vedação detendo cerca de 450m<sup>2</sup> compreendido entre espaços exteriores e interiores. O edifício é composto por 3 blocos, encontrando-se os mesmos interligados. O 1º bloco - edifício principal, de estrutura em madeira, o 2º bloco (composto por 2 salas de aula) de construção em alvenaria (sendo este o resultado da ampliação do 1º bloco) e o 3º bloco (contentor).

A intervenção prevê a melhoria dos espaços existentes, que atualmente se encontram em uso, sendo desajustados, o que assim permanecendo irão entrar em conflito com a nova proposta de um aumento significativo do número de alunos. Assim, julga-se que a sua requalificação e reabilitação é imperativa, devendo integrar-se no programa pretendido e indo ao encontro de uma melhor e maior oferta educativa.

### Objetivos Principais

Em baixo, sucintamente as principais intervenções a que o projeto a desenvolver terá de atender:

#### Bloco 1 – Edifício de Estrutura em Madeira | Bloco 2 – Edifício em Alvenaria

- Revisão/substituição da cobertura de acordo com as necessidades (danos causados por infiltrações nas paredes e tetos interiores);
- Substituição dos elementos de caixilharia ao nível das janelas e portas de forma a tirar partido de um mais eficiente isolamento térmico e acústico, respeitado a estrutura e a traça do edifício em madeira e a ampliação deste (Bloco 2);
- Substituição do pavimento existente por um mais adequado às suas funções;
- Revisão/substituição/alteração da rede de esgotos, adequando-a às novas funções;
- Revisão/substituição/alteração da atual instalação elétrica, adequando-a às novas funções;
- Revisão/substituição/alteração ao nível da estrutura, adequando-a às novas funções;

- Criação de conexão entre as duas salas afetas à Proteção Civil do Beato, a partir da abertura da parede de ligação;
- Criação de uma nova sala no espaço contíguo e de conexão ao contentor;
- Substituição da estrutura (Alpendre) e sua cobertura.

### **Bloco 3 – Contentor**

- Revisão/substituição da cobertura de acordo com as necessidades (danos causados por infiltrações nas paredes e tetos interiores);
- Substituição dos elementos de caixilharia ao nível das janelas e portas de forma a tirar partido de um mais eficiente isolamento térmico e acústico;
- Substituição da estrutura e pavimento existente por um mais adequado às suas funções;
- Revisão/substituição/alteração da rede de esgotos, adequando-a às novas funções;
- Revisão/substituição/alteração da atual instalação elétrica, adequando-a às novas funções;
- Revisão/substituição/alteração ao nível da estrutura;
- Substituição das paredes interiores do contentor (ou colocação de placas de gesso cartonado) nas áreas danificadas;
- Criação de uma mini cozinha na área de armários existente;
- Ampliação e melhoramentos ao nível das instalações sanitárias e criação de zonas independentes e por género.
- Projeto de arranjo de espaço exterior, no qual se contemple a remoção do pavimento existente (calçada) e colocação de novo pavimento de forma regularizar e uniformizar o pavimento existente na zona de recreio, frente à fachada principal do edifício, do qual dever ser contemplada a remoção dos canteiros existentes;
- Remoção e substituição da estrutura do alpendre de forma a manter a sua funcionalidade e a traça do edifício;
- Substituição das redes existentes no perímetro escolar;
- Remoção do pavimento existente no espaço compreendido entre o contentor e o edifício de estrutura em madeira. Regularização do espaço (ao nível altimétrico) e colocação de pavê ou lajetas de betão e respetivo aumento da cota do muro envolvente ao espaço.



## Levantamento Fotográfico



Fig.1 e 2- Espaços exteriores



Fig.3 e 4 - Espaços exteriores – estrutura do alpendre em madeira



Fig.5 e 6 - Espaços exteriores – Espaço confinado entre o contentor e edifício 1



Fig.7 e 8 - Espaços interiores – salas de aula (Edifício de estrutura em madeira)

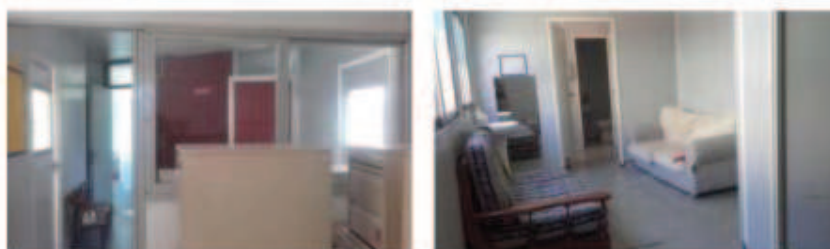


Fig.9 e 10 Espaços interiores – contentor



**Junta de Freguesia do Beato**

**Designação: ESPAÇO FAZERES - JUNTA FREGUESIA DO BEATO**

**Local: Rua Manuel Espírito Santo e Rua Marquês de Olhão, freguesia do Beato, Concelho de Lisboa.**

**MAPA DE TRABALHOS**

Art.	Descrição	Total
<b>1</b>	<b>ARQUITECTURA</b>	
<b>1.1</b>	<b>TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS</b>	
1.1.1	Na falta de estipulação contratual, o empreiteiro tem a obrigação de realizar todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, legislação em vigor nomeadamente o previsto no art.º 350º do Dec-Lei n.º 18/08 de 18 Dezembro, designadamente: a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro; b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respectivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas; c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar; d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.	
1.1.2	Fornecimento e colocação em obra de painel de informação, segundo modelo a definir pelo Dona da Obra, onde conste a identificação da Obra, do Dono da Obra, do Empreiteiro Adjudicatário com menção do respectivo alvará, bem como todos os elementos informativos considerados relevantes pelo Dono da Obra. Tudo de modo a salvaguardar a legislação em vigor nomeadamente o previsto no art.º 348º do Dec-Lei n.º 18/08 de 18 Dezembro.	
1.1.3	Encargos com execução de ensaios referentes às infra-estruturas de redes de acordo com a legislação em vigor e o caderno de encargos.	
1.1.4	Encargos com vistorias e pagamento de taxas para certificação das obras de infra-estruturas nomeadamente Rede Eléctrica. Está ainda incluído neste artigo a certificação junto às entidades licenciadoras e gestoras da Certificação Energética, de acordo com legislação em vigor.	
1.1.5	Fornecimento de telas finais globais do projecto completo de Arquitectura e todas as especialidades, bem como de todas as especialidades em suporte digital (1 CD) e suporte de papel por via de 2 cópias.	
1.1.6	Trabalhos complementares e acessórios de construção civil a todas as especialidades, incluindo fornecimento, transporte e armazenamento de todos os materiais, seu tratamento, colocação e acabamento. Compreende mão de obra especializada e indiferenciada e todas as operações complementares e acessórias (explícitas e implícitas) necessárias para o complemento de todos os trabalhos, como por exemplo: abertura e tapamento de valas e roços, negativos em elementos estruturais e outros, apoio à instalação de equipamentos, montagem e desmontagem de andaimes, meios de elevação manuais ou mecânicos, e operações de carga, transporte e encaminhamento a destino final adequado de acordo com o PPGRCD, e o pagamento das respectivas taxas.	
<b>1.2</b>	<b>PLANO PREVENÇÃO E GESTÃO DOS RCD</b>	
1.2.1	Execução de todos os trabalhos e implementação das medidas previstas no Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPG), incluindo a recolha, triagem (separação dos resíduos por tipologia de materiais), licenciamento, armazenamento temporário, assegurando igualmente os RCD são mantidos na obra o menor tempo possível, bem como promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra, ou nos casos que tal não seja possível o seu transporte e encaminhamento para operador de gestão licenciados, tendo em vista a sua posterior utilização, valorização ou eliminação por esta ordem de prioridade, inclui ainda, todos os custos inerentes ao registo, na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dos resíduos produzidos no âmbito da obra, bem como de todas as taxas relativas à gestão e tratamento de resíduos inertes para depósito em alero.	
<b>1.3</b>	<b>DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES</b>	
1.3.1	Demolição e remoção de telheiro, e todos os elementos respectivos, à excepção do mesmo, incluindo pilares e sapatas destes, incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	
1.3.2	Demolição e remoção de acabamentos de pavimentos interiores, betonilhas e enchimentos e todos os elementos respectivos, incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	
1.3.3	Demolição e remoção de paredes interiores, assim como vãos de caixilharia e vidro, nelas inseridos e todos os elementos respectivos, de acordo com projecto de alterações "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	

MAPA DE TRABALHOS			
Art.		Descrição	Total
1.3.4		Demolição e remoção de paredes exteriores assim como vãos de calxilharia e vidro, nelas inseridos e todos os elementos respectivos, de acordo com projecto de alterações "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	
1.3.5		Picagem de reboco em paredes interiores. Inclui transporte e remoção a vazadouro dos produtos sobrantes.	
1.3.6		Picagem de reboco em paredes exteriores Inclui transporte e remoção a vazadouro dos produtos sobrantes.	
1.3.7		Desmorte e remoção de vãos interiores, respectivos acessórios e todas as peças com eles relacionadas, tudo de acordo com projecto de alterações de "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.8		Desmorte e remoção de vãos exteriores, respectivos acessórios e todas as peças com eles relacionadas, tudo de acordo com projecto de alterações de "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.9		Demolição e remoção de acabamentos de lectos falsos e todos os elementos respectivos, incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	
1.3.10		Desmorte e remoção de rede de abastecimento de águas, existentes em toda a área de intervenção, incluindo ramais de ligação, dispositivos, fixações, contadores, bocas de incêndios e todos os acessórios existentes, aberturas de roços, transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.11		Desmorte e remoção de redes de águas residuais domésticas e pluviais e redes de ventilação interiores e exteriores existentes em toda a área de intervenção, tubagens (enterradas, embebidas e à vista), caixas de visita, caleiras, tubos de queda, sumidouros, sifões, ralos, ramais de ligação fixações e todos os acessórios e elementos existentes, incluindo abertura de roços e valas, transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.12		Desmorte e remoção de rede de eléctrica, aparelhos de iluminação, caixas e caminhos de cabos, interruptores, tomadas, quadros, esteiras e estruturas de suporte e todos os acessórios e elementos respectivos existentes na área de intervenção, incluindo aberturas de roços, transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.13		Desmorte e remoção de todo o equipamento sanitário e respectivos acessórios e peças com eles relacionados, tudo de acordo com o projecto de alterações de "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o pagamento de respectivas taxas.	
1.3.14		Demolição e remoção de muretes e canteiros exteriores e todos os elementos respectivos, de acordo com projecto de alterações "Amarelos e Encarnados", incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	
1.3.15		Demolição e remoção de acabamentos de pavimentos exteriores, betonilhas e enchimentos e todos os elementos respectivos, incluindo transporte e encaminhamento de resíduos a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor e o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e pagamento das respectivas taxas.	



**MAPA DE TRABALHOS**

Art.	Descrição	Total
<b>1.4</b>	<b>PAREDES INTERIORES</b>	
1.4.1	Fornecimento e execução de paredes constituídas por estrutura de suporte e revestida com placas de gesso cartonado, constituídas por duas placas BA 13.5 numa face e uma placa BA 13.5 noutra face e com lâ de rocha 5 cm, incluindo fixação, isolamento acústico, cortes, remates, barramentos, acessórios e todos os trabalhos para receber pintura, incluindo tratamento de resíduos de acordo com PPG, tudo de acordo com elementos do projecto e caderno de encargos.	
<b>1.5</b>	<b>PAVIMENTO TÉRREO</b>	
1.5.1	Fornecimento e execução de camada de brita bem compactada com 10 cm, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.5.2	Fornecimento e execução de camada de massame armado em betão C12/15 com 10 cm e malhasol CQ 38, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.5.3	Fornecimento e execução de isolamento térmico tipo "Bolttherm 132" ou equivalente contínuo, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.5.4	Fornecimento e execução de betão leve com 8 cm para receber revestimento de pavimento final, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.5.5	Fornecimento e execução de isolamento em tela asfáltica incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
<b>1.6</b>	<b>COBERTURA</b>	
1.6.1	Fornecimento e execução de cobertura no telheiro composta por painel sandwich 60mm lacado de branco (o painel deverá ter o comprimento total da água), chapa quinada zincada de fixação da cumeeira, chapa de remate lacada de branco e revestimento interior em placas tipo VIROC pintado na cor branco e incluindo ainda todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.6.2	Fornecimento e execução de cobertura nos blocos de contentores composta por painel sandwich 60mm lacado de branco (o painel deverá ter o comprimento total da água), chapa quinada zincada de fixação da cumeeira, chapa de remate lacada de branco e incluindo ainda todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
<b>1.7</b>	<b>BETONILHAS, REBOCOS E ESTUQUES</b>	
1.7.1	Fornecimento e execução de betonilha de regularização em pavimentos interiores (3 a 5 cm esp.), para acabar com diversos revestimentos em argamassa de cimento e areia ao traço (ver C.E.), incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.7.2	Fornecimento e execução de reboco térmico projectado em paredes exteriores com 3cm de espessura (ou variável com espessura para rectificação de picagens) tipo "ISODUR com acabamento areado fino tipo FLEXDUR tudo da SECIL" ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.7.3	Fornecimento e execução de salpisco, emboço e reboco em paredes interiores existentes a reabilitar com argamassa de cimento e areia ao traço (ver C.E.) para receber estuque ou revestimento cerâmico, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.7.4	Fornecimento e execução de salpisco, emboço e reboco em paredes interiores com argamassa de cimento e areia ao traço (ver C.E.) para receber material cerâmico/pintura, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.	
1.7.5	Fornecimento e execução de estuque em paredes interiores para receber pintura, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento, tudo de acordo com as especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.	



MAPA DE TRABALHOS							
Art.		Descrição					Total
<b>1.8</b>		<b>VÃOS EXTERIORES</b>					
1.8.1		Fornecimento e montagem de caixilharia de alumínio com corte térmico, tipo "SAPA-ARKIAL", termolacado na cor branco, com vidro duplo incolor 5mm no interior, caixa de ar de 16mm e 6mm no exterior tipo SAINT GOBAIN ou equivalente, de acordo com mapa de vãos e especificações técnicas, incluindo dobradiças, fechadura de canhão com três caves, puxador tubular em aço inox pelo exterior e barra anti-pânico pelo interior, mola aérea compatível, ferragens e de acordo com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.					
1.8.2		Fornecimento e montagem de caixilharia de alumínio com corte térmico, tipo "SAPA-ARKIAL", termolacado na corbranco, com vidro duplo incolor 5mm no interior, caixa de ar de 16mm e 6mm no exterior tipo SAINT GOBAIN ou equivalente, de acordo com mapa de vãos e especificações técnicas, incluindo dobradiças, puxador compatível com a série, estore interior de rolo tipo "Sol-screen" de cor branco, ou equivalente, ferragens e de acordo com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.					
1.8.3		Fornecimento e montagem de grelha em alumínio termolacado na cor branco, fixa de acordo com mapa de vãos e especificações técnicas, e de acordo com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.					
<b>1.9</b>		<b>PINTURAS</b>					
1.9.1		Fornecimento e aplicação de pintura sobre paredes exteriores (acabamento [SODUR] com primário (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2-3 demãos) com tinta tipo "CINÁQUA" Ref. 10-145 na cor branco RAL 9016 tudo da CIN ou equivalente, incluindo ainda meios de elevação adequadas, todos os trabalhos necessários e de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.2		Fornecimento e aplicação de pintura sobre paredes exteriores de contentores metálicos com primário e acabamento (2-3 demãos) com tinta adequada (a definir na fase de projecto de execução) na cor branco RAL 9016 tudo da CIN ou equivalente, incluindo ainda meios de elevação adequadas, todos os trabalhos necessários e de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.3		Fornecimento e aplicação de pintura sobre paredes interiores de contentores metálicos com primário e acabamento (2-3 demãos) com tinta adequada (a definir na fase de projecto de execução) na cor branco RAL 9016 tudo da CIN ou equivalente, incluindo ainda meios de elevação adequadas, todos os trabalhos necessários e de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.4		Fornecimento e aplicação de pintura interior sobre estuque com primário acrílico aquoso (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2 - 3 demãos) de tinta de esmalte acrílico aquoso tipo "CINACRYL ACETINADO" Ref. 12-220 da CIN ou equivalente na cor branco RAL 9016, incluindo todos os remates e trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.5		Fornecimento e aplicação de pintura interior sobre reboco com primário acrílico aquoso (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2 -3 demãos) de tinta de esmalte acrílico aquoso tipo "CINACRYL ACETINADO" Ref. 12-220 da CIN ou equivalente na cor branco RAL 9016, incluindo todos os remates e trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.6		Fornecimento e aplicação de pintura sobre estuque com primário acrílico aquoso (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2 -3 demãos) de tinta de esmalte acrílico aquoso tipo "CINACRYL ACETINADO" Ref. 12-220 com adição máxima de 5% de anti-fungos tipo "ADITIVO ANTIFUNGOS E ALGAS" Ref. 89-700 tudo da CIN ou equivalente na cor branco RAL 9016, incluindo todos os remates e trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
1.9.7		Fornecimento e aplicação de pintura de tectos sobre pladur com primário acrílico aquoso (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2 - 3 demãos) de tinta de esmalte acrílico aquoso tipo "CINACRYL ACETINADO" Ref. 12-220 da CIN ou equivalente na cor branco RAL 9016, incluindo todos os remates e trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					

MAPA DE TRABALHOS									
Art.		Descrição							Total
1.9.8		Fornecimento e aplicação de pintura de tectos sobre pladur com primário acrílico aquoso (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2 - 3 demãos) de tinta de esmalte acrílico aquoso tipo "CINACRYL ACETINADO" Ref. 12-220 com adição máxima de 5% de anti-fungos tipo "ADITIVO ANTIFUNGOS E ALGAS" Ref. 89-700 tudo da CIN ou equivalente na cor branco RAL 9016, incluindo todos os remates e trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.10		<b>PAVIMENTOS</b>							
1.10.1		Fornecimento e aplicação de revestimento de vinílico em rolo tipo "ARMSTRONG (modelo ainda a definir na fase de projecto de execução), ou equivalente, o pavimento sobe à parede fazendo rodapé com auxílio de acessório PAD 100mm. Todas as juntas serão soldadas a quente com cordão à cor do pavimento, incluindo preparação da superfície, massa de nivelamento, cola de emulsão acrílica (aplicação conforme instruções do fabricante) bem como todos os trabalhos necessários e de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.11		<b>PAREDES</b>							
1.11.1		Fornecimento e aplicação de azulejo tipo "CINCA" série NOVA ARQUITECTURA 20x20 cm cor branco mate (ou outro a definir na fase de projecto de execução) ou equivalente, incluindo cimento cola, cortes, remates, betumes para preenchimento de juntas com produto adequado, limpeza e preparação de superfícies, e todos os trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.12		<b>TECTOS FALSOS</b>							
1.12.1		Fornecimento e montagem de tecto falso em gesso cartonado rígido contínuo hidrófugo, com isolamento superior em lã de rocha 40 mm densidade média 40 kg, com regularização das juntas e tapamento de parafusos ou pregos com massa de reparação, incluindo estrutura de fixação, apoios invisíveis, alheta no perímetro com perfil duplo "Z", todos os trabalhos necessários, de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.12.2		Fornecimento e montagem de tecto falso acessível em aço lacado, perfurado standart 60x60 cm, com tela acústica, lacado a branco RAL 9010, incluindo estrutura aparente de fixação e apoios, e todos os trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.12.3		Fornecimento e aplicação de alçapões, com as dimensões de 0,60mx0,60m, adequados a tectos de gesso cartonado, incluindo aros, estrutura, fixações, acessórios e todos os materiais, remates e trabalhos necessários a uma boa execução, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.							
1.13		<b>CARPINTARIAS</b>							
1.13.1		Fornecimento e montagem de estrutura para portas de correr aplicado em paredes de gesso cartonado tipo "OPEN SPACE da SEGURAJA" ou equivalente, e kit de acessórios para calha de correr tipo "OPEN SPACE - UNICO", inclui porta de madeira composta em painel de MDF e folha revestida a fenólico compacto tipo "TRESPA ATHLON" 3 mm, ou equivalente de cor branco, incluindo concha e trinco livre/ocupado, fechadura em aço inox, protecção em barra de alumínio com 20 cm altura (à cota dos pés), tudo de acordo com mapa de vãos e com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.							
1.13.2		Fornecimento e montagem de portas de abrir aplicadas em paredes de gesso cartonado composta em painel de MDF e folha revestida a fenólico compacto tipo "TRESPA ATHLON" 3 mm, ou equivalente de cor branco, aros e guarnições de mercado (tipo Portaro), incluindo puxador da série, fechadura em aço inox, tudo de acordo com mapa de vãos e com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.							
1.13.3		Fornecimento e montagem de portas de abrir aplicadas em paredes de alvenaria composta em painel de MDF e folha revestida a fenólico compacto tipo "TRESPA ATHLON" 3 mm, ou equivalente de cor branco, aros e guarnições de mercado (tipo Portaro), incluindo puxador da série, fechadura em aço inox, tudo de acordo com mapa de vãos e com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.							
1.13.4		Reabilitação de portas interiores e exteriores metálicas existentes nos corpos dos contentores, incluindo decapagem e pintura na cor branco, incluindo quando necessário a substituição de puxadores e ferragens diversas e todos os trabalhos necessários.							
1.13.5		Fornecimento e montagem de portas de abrir na copa aplicadas composta em painel de MDF e folha revestida a fenólico compacto tipo "TRESPA ATHLON" 3 mm, ou equivalente de cor branco, incluindo puxador da série, fechadura em aço inox, tudo de acordo com mapa de vãos e com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.							



MAPA DE TRABALHOS							
Art.		Descrição	Total				
1.13.6		Fornecimento e montagem de armários compostos por estrutura em painel de MDF e folha revestida a fenólico compacto tipo "TRESPA ATHLON" 3 mm, ou equivalente de cor branco, incluindo puxador da série, fechadura em aço inox, tudo de acordo com mapa de vãos e com especificações técnicas do fabricante e todos os trabalhos necessários.					
1.14		<b>SERRALHARIAS</b>					
1.34.1		Fornecimento, execução e montagem de pérgola exterior em estrutura metálica em perfil UNP, lacada na cor branca, revestimento superior em chapa lacada e inferior em VIROC.  Todos os elementos metálicos serão decapados e metalizados e pintados com primário (1 demão) tipo "AMERCOAT 71" Ref. 7M-060 e tinta de esmalte (2 demãos) tipo "C-THANE 5610 SATINADO" Ref. 7P-610 na cor branco, tudo da CIN ou equivalente.					
1.15		<b>EQUIPAMENTO SANITÁRIO</b>					
1.15.1		Fornecimento e assentamento de louça branca vitrificada de 1ª escolha tipo "SANITANA" ou equivalente, incluindo fixações, vedação, ligações e todos os trabalhos necessários, de acordo com especificações técnicas do fabricante de modo a garantir a sua boa execução:					
1.15.2		Bacia de sanita sífônica compacta de descarga ao chão, modelo POP Ref. PPSC1, incluindo tampo em termotur branco Ref. PPTD2 e tanque compacto com mecanismo duplo Ref. PPTC1, todas as ligações e acessórios.					
1.15.3		Urinoi com alimentação exterior modelo MINI Ref. MIUR11, incluindo sifão de garrafa cromado, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.15.4		Bacia de sanita sífônica compacta para deficientes, modelo BTW Ref. ECSC4T, incluindo tampo em termotur branco Ref. ECTD4 e sistema com mecanismo de descarga Ref. ECTC4, todas as ligações e acessórios.					
1.15.5		Lavatório mural para deficientes com kit de fixação Ref. ECLV5, inclui sifão flexível e todas as ligações e acessórios.					
1.15.6		Lavatório mural (modelo a definir na fase de projecto de execução) com kit de fixação, inclui sifão flexível e todas as ligações e acessórios.					
1.16		<b>TORNEIRAS</b>					
1.16.1		Fornecimento e montagem de torneiras cromadas tipo "ROCA" ou equivalente, incluindo vedação, ligações e todos os trabalhos necessários, de acordo com especificações técnicas do fabricante de modo a garantir a sua boa execução:					
1.17		<b>ACESSÓRIOS DAS I.S.</b>					
1.17.1		Fornecimento e montagem de Barras de apoio Rebatível 1E em aço inox satinado tipo "SENDA" Ref. 010005 ou equivalente (dim:760 x 190mm), incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.2		Fornecimento e montagem de Papeleira em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente.					
1.17.3		Fornecimento e montagem de Porta rolos mural em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.4		Fornecimento e montagem de Porta piaçaba mural em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.5		Fornecimento e montagem de Dispensador de sabão vertical em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.6		Fornecimento e montagem de Dispensador de toalhetes de papel em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente ou equivalente, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.7		Fornecimento e montagem de Espelho Inclínvel em aço inox satinado tipo "MAGNUM DISPENSER", ou equivalente, incluindo todas as ligações e acessórios.					
1.17.8		Fornecimento e montagem de Espelho colado à parede com dimensão 1,20x1,00 m					

MAPA DE TRABALHOS									
Art.		Descrição	Total						
1.18		<b>EQUIPAMENTO DA COPA</b>  NOTA 1: O fornecimento do equipamento inclui montagem, diversos acessórios, ligações eléctricas, de água, de esgotos e ensaios. Os equipamentos a fornecer deverão estar em conformidade com as "informações técnicas de rede de águas, esgotos e electricidade". NOTA 2: O fornecimento do mobiliário em aço inoxidável AISI 304 (18-10), inclui todos os trabalhos complementares, acessórios (nomeadamente fornecimento e montagem de torneiras misturadoras e sifão), e todos os trabalhos necessários, tudo de acordo com especificações técnicas do fabricante e caderno de encargos.							
1.18.1		Bancada com 1 cuba, torneira e portas tipo "STERNBLU (modelo a definir na fase de projecto de execução) " ou equivalente, construída em aço inox AISI 304.							
1.18.2		Frigorífico de encastrar por baixo da bancada (modelo a definir na fase do projecto de execução)							
1.18.3		Microondas (modelo a definir na fase do projecto de execução)							
1.19		<b>LIMPEZA</b>							
1.19.1		Limpezas finais							
1.20		<b>TRABALHOS COMPLEMENTARES E ACESSÓRIOS</b>							
1.20.1		Trabalhos complementares e acessórios, incluindo fornecimento, transporte e armazenamento de todos os materiais, seu tratamento, colocação e acabamento. Compreende mão de obra especializada e indiferenciada e todas as operações complementares e acessórias (explícitas e implícitas) necessárias para o complemento de todos os trabalhos, como por exemplo: abertura e tapamento de valas e roços, negativos em elementos estruturais e outros, apoio a instalação de equipamentos, montagem e desmontagem de andaimes, meios de elevação manuais ou mecânicos, e operações de carga, transporte e encaminhamento a destino final adequado de acordo com o PPGRC, e o pagamento das respectivas taxas.							
<b>TOTAL CAP. 1</b>									<b>69 500,00 €</b>
<b>2</b>		<b>ESTABILIDADE</b>							
2.1		<b>ESTRUTURA METÁLICA</b>							
2.1.1		Fornecimento e execução de estruturas metálicas em aço S355 de acordo com pormenor de estrutura e arquitectura, esquema de pintura, decapagem a jacto abrasivo ao grau Sa2½, 1 x 50 µm de tipo "HEMPADUR ZINC 15360-19840" ou equivalente, 1 x 120 µm de tipo "HEMPADUR FAST DRY 15560-12430" ou equivalente, 1 x 60 µm de tipo "HEMPATHANE HS 55610" ou equivalente-em RAL a definir, Acabamento conforme definido na arquitectura ou equivalente para acabamento à vista, incluindo soldaduras, limpeza, desengorduramento, buchas, parafusos, anilhas, porcas, placas de fundação e Pernos e restantes trabalhos, conforme pormenores, em elementos estruturais conforme peças desenhadas, e todos os trabalhos necessários à sua correcta execução.							
2.1.2		Fornecimento e execução de escada metálica em aço S355 de acordo com pormenor de estrutura e arquitectura, esquema de pintura, decapagem a jacto abrasivo ao grau Sa2½, 1 x 50 µm de tipo "HEMPADUR ZINC 15360-19840" ou equivalente, 1 x 120 µm de tipo "HEMPADUR FAST DRY 15560-12430" ou equivalente, 1 x 60 µm de tipo "HEMPATHANE HS 55610" ou equivalente-em RAL a definir, Acabamento conforme definido na arquitectura ou equivalente para acabamento à vista, incluindo soldaduras, limpeza, desengorduramento, buchas, parafusos, anilhas, porcas, placas de fundação e Pernos e restantes trabalhos, conforme pormenores, em elementos estruturais conforme peças desenhadas, e todos os trabalhos necessários à sua correcta execução.							
2.2		<b>ESTRUTURA DE MADEIRA</b>							
2.2.1		Recuperação de elementos estruturais de madeira conforme peças desenhadas, execução de elementos estruturais (vigas primárias e secundárias) em madeira C18, Pinus Sylvestris L, incluindo corte, entalhamento, nivelamento em elementos de ligação e reforço, tratamento tipo "Xylophéne S.O.R. 40" ou equivalente e todos os trabalhos demais necessários à sua perfeita execução, escoramento de pavimentos, selagens com varões de resina epoxy, abertura de caixas, colocação de argamassa tipo "NHL9 da Secil ReabilitaCa" ou "NHL10 da Secil ReabilitaCa" ou equivalente, e todos os trabalhos necessários à sua correcta execução.							
<b>TOTAL CAP. 2</b>									<b>6 000,00 €</b>

MAPA DE TRABALHOS								
Art.		Descrição						Total
<b>3</b>		<b>REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS E PLUVIAIS</b>						
3.1		Fornecimento e assentamento de nova rede de esgotos domésticos, incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.						
3.2		Fornecimento e assentamento de nova rede de esgotos pluviais, incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.						
<b>TOTAL CAP. 3</b>								<b>2 500,00 €</b>
<b>4</b>		<b>REDE DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO</b>						
4.1		Fornecimento e assentamento de nova rede de climatização e ventilação, incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.						
<b>TOTAL CAP. 4</b>								<b>22 000,00 €</b>
<b>5</b>		<b>INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA</b>						
5.1		Fornecimento e assentamento de nova rede de instalações de segurança, incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.						
<b>TOTAL CAP. 5</b>								<b>5 000,00 €</b>
<b>6</b>		<b>ARRANJOS EXTERIORES</b>						
<b>6.1</b>		<b>TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS</b>						
6.1.1		Na falta de estipulação contratual, o empreiteiro tem a obrigação de realizar todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, legislação em vigor nomeadamente o previsto no artº. 350º do Dec-Lei n.º 18/08 de 18 Dezembro, designadamente: a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro; b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respectivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas; c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar; d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.						
<b>6.2</b>		<b>PAVIMENTOS</b>						
6.2.1		Fornecimento e colocação em obra de camada de base em agregado britado de granulometria extensa (com as características indicadas em Projecto), incluindo carga, transporte, descarga, espalhamento e compactação mecânica de modo a obter 95% do ensaio de Proctor modificado, para receber Pavimento em Blocos de Betão - cor Cinza (20x10x6cm)						
6.2.2		Fornecimento e colocação em obra de camada de base em tout-venant Ø50 (com as características indicadas em Projecto), incluindo carga, transporte, descarga, espalhamento e compactação mecânica de modo a obter 95% do ensaio de Proctor modificado, para receber Pavimento em Blocos de Betão - cor Cinza (20x10x6cm)						
6.2.3		Fornecimento e assentamento de Blocos de Betão cor Cinza (20x10x6cm), assente com argamassa de cimento e areia ao Traço 1:6 (assentamento e regularização) com 0,04 m de altura, tudo devidamente aplicado sobre terreno compactado até se obter 95% do ensaio do Proctor Modificado, rega e compactação mecânica, juntas tomadas com argamassa, com todos os trabalhos necessários de acabamento final.						
6.2.4		Fornecimento e colocação de pavimento em betonilha de cimento afagado, incluindo base compactada em agregado britado de granulometria extensa e incluindo a incorporação de endurecedor de superfície à cor natural.						
<b>6.3</b>		<b>MUROS E CANTEIROS</b>						
6.3.1		Picagem de reboco em muros. Inclui transporte e remoção a vazadouro dos produtos sobrantes.						

MAPA DE TRABALHOS							
Art.		Descrição	Total				
6.3.2		Salpico, emboço e reboco em muros exteriores com argamassa de cimento e areia ao traço 1:5, incluindo todos os trabalhos necessários e complementares.					
6.3.3		Fornecimento e aplicação de pintura sobre paredes exteriores (acabamento ISODUR) com primário (1 demão) tipo "PRIMÁRIO EP/GC 300" e acabamento (2-3 demãos) com tinta tipo "CINÁQUA" Ref. 10-145 na cor branco RAL 9016 tudo da CIN ou equivalente, incluindo ainda meios de elevação adequadas, todos os trabalhos necessários e de acordo com especificações técnicas do fabricante, elementos do projecto e caderno de encargos.					
6.4		<b>SERRALHARIAS</b>					
6.4.1		Fornecimento e assentamento de rede elástica na cor verde escuro para reparação da existente numa área que se estima em cerca 30%					
<b>TOTAL CAP. 6</b>							<b>7 500,00 €</b>
<b>7</b>		<b>REDE ELÉCTRICA</b>					
3.1.1		Fornecimento e assentamento de nova rede eléctrica, incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.					
<b>TOTAL CAP. 7</b>							<b>17 500,00 €</b>
<b>8</b>		<b>REDE DE TELECOMUNICAÇÕES</b>					
3.1.1		Fornecimento e assentamento de nova rede de telecomunicações incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.					
<b>TOTAL CAP. 8</b>							<b>7 500,00 €</b>
<b>9</b>		<b>REDE DE ÁGUAS E SISTEMA DE INCÊNDIO</b>					
9.1		Fornecimento e assentamento de nova rede de água e sistema de incêndio incluindo acessórios de ligação e derivação e trabalhos necessários para a sua instalação.					
<b>TOTAL CAP. 9</b>							<b>2 500,00 €</b>
<b>TOTAL</b>							<b>140 000,00 €</b>



## **DELIBERAÇÃO Nº 469/AML/2016**

### **Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais**

#### **Subtema: Delegação de Competências**

#### **Recomendação nº 2/129 – Resultante do Parecer Conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanentes sobre as Propostas 653/CM/2016 a 657/CM/2016, 705/CM/2016 a 712/CM/2016, 743/CM/2016 e 744/CM/2015**

Subscrita pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes

#### **Aprovada por unanimidade**

##### **Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“1.A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto dos respetivos Protocolos;

2.A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/documentos/1482247227G9sJE5cy1Rw18LW8.pdf>)

## **DELIBERAÇÃO Nº 470/AML/2016**

### **Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos**

#### **Subtema: Finanças**

#### **Recomendação nº 3/129 – resultante do Parecer da 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes sobre as Propostas 658 e 659/2016**

Subscrita pela 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes

#### **Aprovada por unanimidade**

##### **Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“1.A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto dos respetivos Protocolos;

2.A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006444,000069/index.htm>)

## **DELIBERAÇÃO N.º 471/AML/2016**

**Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais**

**Subtema: Delegação de Competências**

**Recomendação n.º 4/129 – Resultante do Parecer da 1.ª, 5.ª e 6.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 660/CM/2016**

Subscrita pela 1.ª, 5.ª e 6.ª Comissões Permanentes

**Aprovada por unanimidade**

**Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):

“1.A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto do respetivo Protocolo;

2.A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006446,000069/index.htm>)

## **DELIBERAÇÃO N.º 472/AML/2016**

**Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais**

**Subtema: Delegação de Competências**

**Recomendação n.º 5/129 – Resultante do Parecer da 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 704/CM/2016**

Subscrita pela 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes

**Aprovada por unanimidade**

**Teor da Deliberação:**

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML):



“A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/006448,000069/index.htm>)

## **DELIBERAÇÃO Nº 473/AML/2016**

**Proposta n.º 690/CM/2016 – ponto 2 da parte deliberativa - Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas na remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

**Aprovação na CML:**

**Aprovada por maioria com 13 votos a favor (8PS, 3Ind. e 2 PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP)**

**Aprovação na AML:**

**Aprovado por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PNP/ 6 IND – **Contra:** PCP/ BE/ PEV – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ MPT/ PAN

## **PROPOSTA N.º 690/2016**

**ASSUNTO:** *Aprovar a adjudicação e realização da despesa no âmbito do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas na remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa”, bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para alteração da repartição dos encargos.*

**PELOURO:** Estruturas de Proximidade, Higiene Urbana e Economia e Inovação – Vice-Presidente Dr. Duarte Cordeiro

**SERVIÇO:** DMHU / DHU

**Considerando que:**

1. A informação número 54/DHU-DLU-NHU/2016 de 18 de fevereiro de 2016, e subsequente Proposta n.º 177/2016 de 7 de abril de 2016, foi submetida a esta Câmara Municipal, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 16.º, e da alínea b), do número 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante CCP, a realização de “Concurso Público”;
2. Nos termos da Proposta supra referida, foram autorizadas a decisão de contratar e a realização da despesa, aprovadas as peças processuais e deliberado submeter à Assembleia Municipal a autorização da repartição de encargos plurianuais e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
3. Em sequência, foi deliberado pela Assembleia Municipal, em 13 de abril de 2016, sob a Proposta n.º 177/2016, autorizar a seguinte repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais:

Ano	Valor sem IVA
2016	32.500,00 €
2017	195.000,00 €
2018	195.000,00 €
2019	162.500,00 €
<b>Total</b>	<b>585.000,00 €</b>

4. O concurso público decorreu em cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, conforme se constata pelos Relatórios Preliminar e Final, a que se referem os artigos 146.º e 148.º, respetivamente, do CCP, constantes do procedimento de formação do contrato vertente;
5. Nos termos do disposto no artigo 88.º e seguintes do CCP, é exigível aos adjudicatários a prestação de caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assumem com essa celebração;
6. De acordo com o artigo 95.º, é exigível a redução do contrato a escrito por a presente aquisição de serviços por ter um preço contratual superior a 10.000,00 € (dez mil euros);

7. É competente para autorizar a adjudicação da presente aquisição de serviços a Câmara Municipal, nos termos do número 1, do artigo 73.º, do CCP;
8. Os ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, a notificação da sua minuta e outorga do contrato, incumbem a órgão competente para a decisão de contratar, nos termos dos artigos 99.º, 100.º, 104.º e 106.º, todos do CCP;
9. Todas estas competências atribuídas, pelo CCP, ao órgão competente para a decisão de contratar, leia-se, a Câmara Municipal, foram delegadas, por força do disposto do número 1, do artigo 109.º, do CCP, designadamente as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas no artigo 98.º e no número 1, do artigo 106.º, do CCP, no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, por deliberação da Câmara Municipal, através da Proposta n.º 235/2015, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1103, de 9 de abril de 2015;
10. Nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro, publicado no 2.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, subdelegou no Exmo. Senhor Vereador Duarte Cordeiro, em relação às suas áreas e serviços, as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas no artigo 98.º e no número 1, do artigo 106.º, do CCP, bem como delegou a competência para proceder ao envio do mesmo para apreciação do Tribunal de Contas, e prestar os esclarecimentos necessários a esse tribunal, por força das disposições conjugadas na alínea b), número 1, letra E, ponto I, e nas alíneas b) n.º 2 e p) n.º 3, do ponto II, desse despacho, respetivamente;
11. Não obstante o supra referenciado, quando a celebração do contrato implicar a redução a escrito, a respetiva minuta só é aprovada, depois de comprovada a caução pelo adjudicatário, por força do disposto no número 1, do artigo 98.º, do CCP;
12. Os valores anuais da repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais ora propostos são inferiores aos já autorizados, todavia os anos económicos em que importam esses encargos são diferentes aos entretanto aprovados, nos termos citados.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:**

Nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do número 1, do artigo 73.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, e 29 de Janeiro, na redação em vigor, e do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro;

- 1- Autorizar a adjudicação e realização de despesa**, com base no concurso público com publicidade internacional, da aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas para a remoção de graffitis e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas, no Município de Lisboa, pelo valor global de 280.350,00 € (duzentos e oitenta mil, trezentos e cinquenta euros), ao qual acresce a aplicação de IVA à taxa legal em vigor de 23% no valor de 64.480,50 € (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta euros, e cinquenta cêntimos), totalizando a quantia de 344.830,50 € (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta euros, e cinquenta cêntimos), à empresa Prospetiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.
- 2- Submeter à Assembleia Municipal**, a autorização para alteração da repartição dos encargos que seguidamente se identificam, e para os anos económicos de 2017, 2018 e 2019, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º, e nas alíneas dd) e ccc), do número 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1, e número 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:

Ano	Valor sem IVA	IVA	Total com IVA
2017	93.450,00 €	21.493,50 €	114.943,50 €
2018	93.450,00 €	21.493,50 €	114.943,50 €
2019	93.450,00 €	21.493,50 €	114.943,50 €
<b>Total</b>	<b>280.350,00 €</b>	<b>64.480,50 €</b>	<b>344.830,50 €</b>

As verbas a dispendir com este fornecimento, irão integrar a rubrica orçamental do Plano com o código 42359, ação A4.P002.09 – Intervenção Antigraffiti, com a classificação económica 02.02.20. – Outros Trabalhos Especializados, da orgânica 17.01 – DHU.

## **DELIBERAÇÃO N.º 474/AML/2016**

**Proposta n.º 691/CM/2016 – ponto 2 da parte deliberativa - Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas**

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

**Aprovação na CML:**

**Aprovada por maioria com 14 votos a favor (8PS, 3Ind., 2 PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)**

**Aprovação na AML:**

**Aprovado por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ CDS-PP/ PNPN/6 IND – **Contra:** PCP/ BE/ PEV – **Abstenção:** PSD/ MPT/ PAN

### **PROPOSTA N.º 691/2016**

**ASSUNTO:** *Aprovar a adjudicação e realização da despesa no âmbito do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa”, bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para alteração da repartição dos encargos.*

**PELOURO:** Estruturas de Proximidade, Higiene Urbana e Economia e Inovação – Vice-Presidente Dr. Duarte Cordeiro

**SERVIÇO:** DMHU / DHU

**Considerando que:**

1. A informação n.º 7/DHU-DLU-SEL/2016, de 3 de fevereiro de 2016, e subsequente Proposta n.º 176/2016, de 7 de abril de 2016, foi submetida a esta Câmara Municipal, nos termos da alínea b), do n.º. 1, do artigo 16.º, e da alínea b), do n.º. 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante CCP, a realização de “Concurso Público”;
2. Nos termos da Proposta supra referida, foram autorizadas a decisão de contratar e a realização da despesa, aprovadas as peças processuais e deliberado submeter à

Assembleia Municipal a autorização da repartição de encargos plurianuais e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;

3. Em sequência, foi deliberado pela Assembleia Municipal, em 13 de abril de 2016, sob a Proposta n.º 176/2016, autorizar a seguinte repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais:

Ano	Valor sem IVA
2016	233.333,34 €
2017	1.400.000,00 €
2018	1.400.000,00 €
2019	1.166.666,66 €
<b>Total</b>	<b>4.200.000,00 €</b>

4. O concurso público decorreu em cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, conforme se constata pelos Relatórios Preliminar e Final, a que se referem os artigos 146.º e 148.º, respetivamente, do CCP, constantes do procedimento de formação do contrato vertente;
5. Nos termos do disposto no artigo 88.º e seguintes do CCP, é exigível aos adjudicatários a prestação de caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assumem com essa celebração;
6. De acordo com o artigo 95.º, é exigível a redução do contrato a escrito por a presente aquisição de serviços por ter um preço contratual superior a 10.000,00 € (dez mil euros);
7. É competente para autorizar a adjudicação da presente aquisição de serviços a Câmara Municipal, nos termos do número 1, do artigo 73.º, do CCP;
8. Os ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, a notificação da sua minuta e outorga do contrato, incumbem a órgão competente para a decisão de contratar, nos termos dos artigos 99.º, 100.º, 104.º e 106.º, todos do CCP;

9. Todas estas competências atribuídas, pelo CCP, ao órgão competente para a decisão de contratar, leia-se, a Câmara Municipal, foram delegadas, por força do disposto do número 1, do artigo 109.º, do CCP, designadamente as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas no artigo 98.º e no n.º. 1, do artigo 106.º, do CCP, no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, por deliberação da Câmara Municipal, através da Proposta n.º 235/2015, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1103, de 9 de abril de 2015;
10. Nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, subdelegou no Exmo. Senhor Vereador Duarte Cordeiro, em relação às suas áreas e serviços, as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas no artigo 98.º e no n.º. 1, do artigo 106.º, do CCP, bem como delegou a competência para proceder ao envio do mesmo para apreciação do Tribunal de Contas, e prestar os esclarecimentos necessários a esse tribunal, por força das disposições conjugadas na alínea b), n.º. 1, letra E, ponto I, e nas alíneas b) n.º. 2 e p) n.º. 3 do ponto II, desse despacho, respetivamente;
11. Não obstante o supra referenciado, quando a celebração do contrato implicar a redução a escrito, a respetiva minuta só é aprovada, depois de comprovada a caução pelo adjudicatário, por força do disposto no n.º. 1, do artigo 98.º, do CCP;
12. Os valores anuais da repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais ora propostos são inferiores aos já autorizados, todavia os anos económicos em que importam esses encargos são diferentes aos entretanto aprovados, nos termos citados.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:**

Nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º. 1, do artigo 73.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, e 29 de Janeiro, na redação em vigor, e do disposto na alínea f), do n.º. 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro;

- 1- Autorizar a adjudicação e realização de despesa**, com base no concurso público com publicidade internacional, da aquisição de serviços de remoção de graffitis e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas, no Município de Lisboa, pelo valor global de 2.940.000,14 € (dois milhões, novecentos e quarenta mil, e catorze cêntimos), ao qual acresce a aplicação de IVA à taxa legal em vigor de 23%, às empresas Perene, S.A., Merisistema, Lda. e Ambienti D'Interni Unipessoal, Lda., pelos lotes e valores que seguidamente se identificam:

Adjudicatário	NIF	Lotes	Valor sem IVA	IVA	Total com IVA
Perene, S.A.	504338854	1	166.806,83 €	38.365,57 €	205.172,40 €
Perene, S.A.	504338854	2	549.818,20 €	126.458,19 €	676.276,39 €
Merisistema, Lda.	513395024	3	548.147,74 €	126.073,98 €	674.221,72 €
Perene, S.A.	504338854	4	675.818,20 €	155.438,19 €	831.256,39 €
Perene, S.A.	504338854	5	458.181,83 €	105.381,82 €	563.563,65 €
Ambienti D'Interni Unipessoal, Lda.	508369444	6	204.909,12 €	47.129,10 €	252.038,22 €
Perene, S.A.	504338854	7	152.409,10 €	35.054,09 €	187.463,19 €
Ambienti D'Interni Unipessoal, Lda.	508369444	8	183.909,12 €	42.299,10 €	226.208,22 €
<b>Total:</b>			<b>2.940.000,14 €</b>	<b>676.200,04 €</b>	<b>3.616.200,18 €</b>

- 2- Submeter à Assembleia Municipal**, a autorização para alteração da repartição dos encargos que seguidamente se identificam, e para os anos económicos de 2017, 2018 e 2019, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º, e nas alíneas



dd) e ccc), do número 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1, e número 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, de acordo com as empresas e montantes a adjudicar por lotes, aos quais correspondem os seguintes valores anuais:

Adjudicatário	Lotes	2017	2018	2019	Total
Perene, S.A.	1, 2, 4, 5 e 7	821.244,01 €	821.244,01 €	821.244,00 €	2.463.732,02 €
Merisistema, Lda.	3	224.740,57 €	224.740,57 €	224.740,58 €	674.221,72 €
Ambienti D'Interni Unipessoal, Lda.	6 e 8	159.415,48 €	159.415,48 €	159.415,48 €	478.246,44 €
<b>Total:</b>		<b>1.205.400,06 €</b>	<b>1.205.400,06 €</b>	<b>1.205.400,06 €</b>	<b>3.616.200,18 €</b>

As verbas a dispender com este fornecimento nos anos económicos de 2017, 2018 e 2019, irão integrar a rubrica orçamental do Plano com o código 42359, ação A4.P002.09 – Intervenção Antigraffiti, com a classificação económica 02.02.20. – Outros Trabalhos Especializados, da orgânica 17.01 – DHU.

### **DELIBERAÇÃO N.º 475/AML/2016**

#### **Proposta n.º 733/CM/2016 – ponto 6 - Repartição de encargos e compromissos plurianuais para a aquisição de Serviços Postais para o Município de Lisboa aos CTT**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

**Aprovação na CML:**

**Aprovada por unanimidade**

**Aprovação na AML:**

**Aprovado por Maioria** com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Abstenção:** PSD

**PROPOSTA N.º 733/2016**

**Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto, no âmbito da contratação excluída, para “Aquisição de Serviços Postais para o Município de Lisboa” aos CTT – Correios de Portugal, S.A., bem como tomar a decisão de contratar, aprovar as peças do procedimento, autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e autorização de assunção de compromissos plurianuais, nos termos da proposta**

Considerando que:

- A.** Em 28 de Fevereiro de 2017 terminará a contratualização aos CTT – Correios de Portugal, S.A. da “Aquisição de Serviços Postais”, contrato outorgado ao abrigo do regime de Contratação Excluída, autorizado por despacho do Sr. Vereador João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva, exarado em 10 de Março de 2016, na Informação nº 8/DMF/DA/DGCE/16, de 10 de Fevereiro de 2016, até ao valor de 348 000,00€ (trezentos e quarenta e oito mil euros), isento de IVA, pelo período de 12 (doze) meses (1 de Março de 2016 a 28 de Fevereiro de 2017);
- B.** É necessário assegurar a continuidade da utilização dos Serviços Postais, como forma de envio para o exterior do Município de Lisboa, de toda a correspondência postal produzida por todos os Serviços Municipais., abrangendo as seguintes áreas de atividade:
- a) Institucional
- Envio de toda a correspondência produzida pela Presidência da Câmara Municipal, de cariz institucional, quer para dentro do país como para o estrangeiro, seja para entidades particulares como coletivas (privadas, institucionais, organizações e instituições sem fins lucrativos, etc.);
- b) Jurídica
- Envio da correspondência gerada pelo Departamento Jurídico, de cariz urgente, decorrente do relacionamento com as entidades judiciárias, Inspeção Geral da Administração do Território e Provedoria de Justiça, bem como da representação forense do Município, dos órgãos municipais, dos seus titulares e dos trabalhadores, e também no âmbito de processos contraordenacionais;

c) Administrativa

Envio centralizado no Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, de toda a correspondência produzida pelos diversos Serviços Municipais, nomeadamente, Unidades Transversais, Setoriais e Territoriais, Assembleia Municipal e forças de emergência e segurança (Regimento de Sapadores Bombeiros, Polícia Municipal e Serviço Municipal de Proteção Civil), decorrente do exercício das suas atividades;

d) Financeira

No âmbito da arrecadação de receitas, de carácter periódico, envio aos munícipes, quer particulares, quer de natureza coletiva (privada, institucional, etc) dos documentos de cobrança referentes a várias taxas municipais, nomeadamente sobre ocupação do imobiliário, exercício de atividade em mercados, feiras e venda ambulante, ocupação do espaço público conservação de esgotos e proteção civil;

e) Fiscalizadora

No âmbito da sua atividade fiscalizadora do Código da Estrada, a Polícia Municipal utiliza, sempre que possível, o Sistema de Contraordenações de Trânsito (doravante designado por SCOT), quer na aplicação das sanções previstas no artigo 72º do Código da Estrada, quer no levantamento dos autos de contraordenações, sistema cuja implementação no Município de Lisboa é ainda muito recente, mas que se estima venha a gerar, num futuro próximo um significativo volume de serviços postais, atenta a existência de 21 radares na cidade de Lisboa, que foram objeto de recentes reparações para os dotar de condições de funcionamento;

**C.** Em razão da entrada em funcionamento, muito em breve, da totalidade dos 21 radares, no âmbito da atividade fiscalizadora mencionada na alínea e) do ponto anterior, a quantidade de serviços postais, designadamente o envio de cartas registadas com aviso de receção, nacionais e internacionais, vai sofrer um significativo acréscimo, facto que faz com o valor anual da despesa do Município de Lisboa com Serviços Postais, cresça significativamente, sendo certo que a despesa é imprescindível e que terá retorno ao nível da receita;

**D.** Poderão existir, a curto prazo, circunstâncias diversas, quer internas, quer externas à Organização, que podem influenciar o modo como são asseguradas as diversas atividades municipais, ao nível do volume de informação produzida para o exterior, que requeira o envio de correspondência postal, o prazo para a aquisição de serviços em apreço será apenas de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 1/3/2017 e terminando em 28/2/2019;

- E.** A Lei nº 17/2012, de 26 de Abril, alterada pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de Novembro, e pela Lei nº 16/2014, de 4 de Abril, vem estabelecer o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, transpondo a Diretiva nº 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008, no respeitante à plena realização do mercado interno dos serviços postais da Comunidade (nº 1 do artigo 1º da citada Lei);
- F.** Os CTT - Correios de Portugal, S.A., mantêm-se como prestadores exclusivos do Serviço Postal Universal (SPU), até 31 de Dezembro de 2020 (nº 1 do artigo 57º da Lei nº 17/2012, de 26 de abril);
- G.** Enquanto concessionária do SPU, os CTT – Correios de Portugal S.A., mantêm-se como prestadores exclusivos da prestação de serviços postais, no âmbito nacional e internacional, de envios postais de correspondências, livros, jornais e publicações periódicas até 2 kg e encomendas com peso inferior a 10kg, bem como o envio de bens registados e de valor declarado (nº 1 do artigo 12º da Lei 17/2012, de 26 de Abril);
- H.** Enquanto concessionária do SPU, os CTT – Correios de Portugal S.A., mantêm-se como prestadores exclusivos dos serviços de emissão e venda de selos postais com a menção Portugal, bem como do correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos (nº 3 do artigo 57º da Lei 17/2012, de 26 de Abril);
- I.** Não obstante a entrada em vigor da legislação anteriormente referida, os CTT – Correios de Portugal, S.A., mantêm-se até 31 de Dezembro de 2020, como prestador exclusivo do Serviço Postal Universal;
- J.** Por força do disposto no nº 1 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, a Parte II deste Código (Contratação Pública) não se aplica *“à formação de contratos (...) cujo objeto abranja prestações que não estão nem sejam suscetíveis de estar submetidas à concorrência do mercado”*, como sucede na presente aquisição de serviços;
- K.** A despesa prevista para assegurar a presente “Aquisição de Serviços Postais”, por um período de 24 meses, nos termos já descritos, não excederá 2.280.000,00€ (dois milhões duzentos e oitenta mil euros), isento de IVA, nos termos dos nºs 23º e 24º do artigo 9º do Código do IVA e enquadra-se na classificação orçamental L04.02 / 02.02.09 do projeto de

Orçamento da CML, e terá reflexos financeiros nos anos de 2017, 2018 e 2019, de acordo com a seguinte repartição de encargos previstos:

ANO	VALOR MENSAL	NÚMERO DE MESES	DESPESA ESTIMADA (isenta de IVA)
<b>2017</b> (10 meses: 1/3 a 31/12)	95.000,00 €	10	950.000,00 €
<b>2018</b> (12 meses: 1/1 a 31/12)	95.000,00 €	12	1.140.000,00 €
<b>2019</b> (2 meses: 1/1 a 28/2)	95.000,00 €	2	190.000,00 €
<b>TOTAL:</b>			<b>2.280.000,00 €</b>

- L. A Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho,

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere o seguinte:**

1. Autorizar, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea f) e alínea dd) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, no valor máximo de 2.280.000,00€ (dois milhões duzentos e oitenta mil euros), isento de IVA, nos termos dos n.ºs 23.º e 24.º do artigo 9.º do Código do IVA;
2. Contratar a “Aquisição dos Serviços Postais para o Município de Lisboa”, aos CTT – Correios de Portugal, S.A., pelo período de 24 (vinte e quatro) meses (de 1 de Março de 2017 a 28 de Fevereiro de 2019);
3. Adjudicar, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da repartição de encargos constante do quadro do ponto K. e da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, nos anos económicos de 2017, 2018 e 2019, conforme consta do citado quadro, a “Aquisição dos Serviços Postais para o Município de Lisboa”, aos CTT – Correios de Portugal, S.A., pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e pelo valor máximo de 2.280.000,00€ (dois milhões duzentos e oitenta mil euros), isento de IVA, nos termos dos n.ºs 23.º e 24.º do artigo 9.º do Código do IVA;

4. Autorizar a realização da notificação da decisão de contratar e de adjudicação aos CTT – Correios de Portugal, S.A., nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77.º do CCP;
5. Delegar no Senhor Presidente a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga;
6. Submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização da repartição de encargos para os anos económicos de 2017, 2018 e 2019, nos termos melhor explanados no quadro constante do ponto K., ao abrigo das disposições conjugadas na alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, artigo 24º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, e em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços efetivamente prestados, e ainda autorização para assunção de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, relativamente ao presente procedimento, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março.

#### **DELIBERAÇÃO N.º 476/AML/2016**

##### **Proposta n.º 735/CM/2016 – alínea e) - Compromissos plurianuais para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro**

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

##### **Aprovação na CML:**

##### **Aprovada por alíneas:**

**Alíneas – a), b), b1), b2), c), e) – Aprovadas por unanimidade;**

**Alínea – d) - Aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS, 3Ind. e 3PPD/PSD) e 3 votos contra (1CDS/PP e 2PCP))**

##### **Aprovação na AML:**

**Aprovada por unanimidade**

**PROPOSTA N.º 735/2016**

**Aprovar o Relatório Final, bem como proceder à adjudicação do procedimento por ajuste direto (Processo n.º 17/PAQ/DA/CCM/2016) para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários Eletrónicas celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML) e à submissão da Assembleia Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais, nos termos da proposta**

Considerando que:

- A. Pela Proposta n.º 553/2016, aprovada na reunião realizada no dia 20 de outubro de 2016 e submetida à Assembleia Municipal que aprovou a repartição de encargos e emitiu autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais na 123.ª Reunião, 80.ª Sessão Extraordinária, realizada em 08 de novembro de 2016, a Câmara Municipal deliberou:
1. Autorizar, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) e alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no valor máximo de €4.770.773,60 (quatro milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e três euros e sessenta centimos), à qual acrescerá o valor de IVA à taxa legal em vigor de 23% perfazendo o valor total de €5.855.732,72 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois euros e setenta e dois centimos);
  2. Contratar aquisição de combustíveis rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros, pelo período de 24 meses e, com vista à formação dos contratos, escolher o procedimento de ajuste direto com recurso a Acordo Quadro n.º 005CI2012 da CCE-AML, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 259.º conjugado com os artigos 36.º e 38.º e com a alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, todos do CCP;
  3. Aprovar as peças do procedimento (Convite à apresentação de propostas, Caderno de Encargos e respetivos Anexos), ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP;
  4. Designar os elementos que compõem o Júri, a quem compete a condução do procedimento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, e nele delegar competências, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP;
  5. Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a autorização prévia da repartição de encargos para os anos económicos de 2017 e 2018, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, artigo 24.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos n.ºs 1, 2 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizando ainda que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos bens e serviços efetivamente adquiridos e prestados, respetivamente, bem como a autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

- B. Os convites inerentes ao referido procedimento por ajuste direto com convite à apresentação de propostas circunscritas ao melhor desconto, por litro, para o fornecimento de gasolina e gasóleo, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), no âmbito da aquisição de combustíveis rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros, foram submetidos na plataforma eletrónica “AcinGov” em 09 de novembro de 2016.
- C. O procedimento por ajuste direto decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis (artigo 259.º do CCP), tendo sido cumpridos todos os trâmites procedimentais, e, em 07 de dezembro de 2016, o júri do procedimento elaborou o competente relatório final, ao abrigo e conforme disposto no artigo 148.º do CCP;
- D. O encargo total da despesa com a adjudicação da aquisição de combustíveis em apreço, gasolina e gasóleo, por um período de 24 (vinte e quatro meses), é de 4.709.359,60€ (quatro milhões, setecentos e nove mil e trezentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 1.083.152,71€ (um milhão, oitenta e três mil, cento e cinquenta e dois euros e setenta e um cêntimos), perfazendo o montante total de 5.792.512,31€ (cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e doze euros e trinta e um cêntimos), montante que se encontra enquadrado na orgânica L04.02, nos termos e nas rubricas económicas de seguida indicados, do projeto de Orçamento da CML:

**Gasolina: rubrica económica 02.01.02.01**

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2017	106.695,36 €	24.539,93€	131.235,30 €
2018	119.101,80 €	27.393,41 €	146.495,21 €
2019	12.406,44 €	2.853,48€	15.259,92 €
<b>Total</b>	<b>238.203,60 €</b>	<b>54.786,83 €</b>	<b>292.990,43 €</b>

**Gasóleo: rubrica económica 02.01.02.02**

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2017	2.002.705,29 €	460.622,22 €	2.463.327,51€
2018	2.235.578,00 €	514.182,94 €	2.749.760,94€
2019	232.872,71 €	53.560,72 €	286.433,43 €
<b>Total</b>	<b>4.471.156,00 €</b>	<b>1.028.365,88 €</b>	<b>5.499.521,88 €</b>



- E. O encargo total da despesa inerente ao pagamento de portagens, para o período de vinte e quatro meses, é de €53.560,00 (cinquenta e três mil quinhentos e sessenta euros), sendo €52.000,00 referente a portagens e €1.560,00 inerente ao encargo máximo de 3% sobre aquele montante, enquanto comissão máxima de serviço a pagar ao cocontratante, nos termos do estabelecido pela **CCE-AML** no Acordo Quadro em apreço, estando esta despesa isenta de IVA ao abrigo do artigo 16.º, n.º 6, alínea c) do CIVA, e enquadrada na classificação orçamental L04.02/02.02.10, do projeto de orçamento da CML:

**Portagens: rubrica económica 02.02.10**

ANO	S/IVA	IVA	TOTAL
2017	23.990,42€	isento	23.990,42 €
2018	26.780,00€	isento	26.780,00 €
2019	2.789,58€	isento	2.789,58 €
<b>Total</b>	53.560,00€	-----	53.560,00 €

- F. Nos termos da cláusula XVIII do Convite e do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, é exigível o pagamento de caução;
- G. Nos termos da cláusula XXII do Convite e do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução dos contratos a escrito;
- H. A competência para deliberar em matéria de contratação de aquisição de bens é da Câmara Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, todos do CCP e da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e pela Declaração de Retificação 50-A/2013, de 11 de novembro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicáveis por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do D.L n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem com do n.º 4 do artigo 148.º do CCP.
- I. Por força do disposto nos artigos 98.º, n.º 1 e 106.º, n.º 1 do CCP, a competência para aprovação da minuta do contrato e para a representação na outorga do contrato é do órgão com competência para a decisão de contratar, “in casu” a Câmara Municipal, por força do preceituado no n.º 1 do artigo 36.º do CCP conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e com as alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- J. De acordo com a norma habilitante contida no artigo 109.º do CCP, as competências para aprovação da minuta do contrato e para sua outorga podem ser objeto de delegação;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) **Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final**, elaborado pelo Júri do Procedimento em 07 de dezembro de 2016, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;
- b) **Adjudicar**, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, **os Lotes 1 e 2**, para a **“Aquisição de combustíveis rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros**, pelo valor total de 4.762.919,60€ (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e dezanove euros e sessenta centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de 1.083.152,71€ (um milhão, oitenta e três mil, cento e cinquenta e dois euros e setenta e um centimos), perfazendo o montante total de 5.846.072,31€ (cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e setenta e dois euros e trinta e um centimos) nos seguintes termos;
- b.1 - O **Lote 1** - “Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento, para a frota da Câmara de Lisboa” à proposta do **concorrente n.º 1 – “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.”**, pelo preço contratual de **120.689,60€** (cento e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove euros e sessenta centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 15.439,81€ (quinze mil, quatrocentos e trinta e nove euros e oitenta e um centimos), perfazendo o montante total de 136.129,41€ (cento e trinta e seis mil, cento e vinte e nove euros e quarenta e um centimos);
- b.2 - O **Lote 2** – “Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa” à proposta do **concorrente n.º 1 – “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.”**, pelo preço contratual de **4.642.230,00€** (quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 1.067.712,90€ (um milhão, sessenta e sete mil, setecentos e doze euros e noventa centimos), perfazendo o montante total de 5.709.942,90€ (cinco milhões, setecentos e nove mil, novecentos e quarenta e dois euros e noventa centimos);

- c) **Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação**, nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77.º do CCP;
- d) **Delegar no Senhor Presidente** a competência para aprovação das minutas dos contratos e para outorga dos mesmos, nos termos do artigo 109.º, n.º 1 do CCP e do artigo 44.º do novo Código do Procedimento Administrativo (aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro);
- e) **Submeter** à Assembleia Municipal a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2017, 2018 e 2019, nos termos melhor explanados nos quadros infra, sob prévia aprovação da alteração à repartição de encargos aprovada na 123.ª Reunião, 80.ª Sessão Extraordinária, realizada em 08 de novembro de 2016, sendo os efetivos encargos para os referidos anos económicos os que constam dos quadros infra, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos bens efetivamente adquiridos e dos serviços efetivamente prestados, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 2 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e das disposições conjugadas da alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, artigo 24.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação,

**Gasolina: rubrica económica 02.01.02.01**

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2017	106.695,36 €	24.539,93€	131.235,30 €
2018	119.101,80 €	27.393,41 €	146.495,21 €
2019	12.406,44 €	2.853,48€	15.259,92 €
<b>Total</b>	<b>238.203,60 €</b>	<b>54.786,83 €</b>	<b>292.990,43 €</b>

**Gasóleo: rubrica económica 02.01.02.02**

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2017	2.002.705,29 €	460.622,22 €	2.463.327,51€
2018	2.235.578,00 €	514.182,94 €	2.749.760,94€
2019	232.872,71 €	53.560,72 €	286.433,43 €
<b>Total</b>	4.471.156,00 €	1.028.365,88 €	5.499.521,88 €

**Portagens: rubrica económica 02.02.10**

ANO	S/IVA	IVA	TOTAL
2017	23.990,42€	isento	23.990,42 €
2018	26.780,00€	isento	26.780,00 €
2019	2.789,58€	isento	2.789,58 €
<b>Total</b>	53.560,00€	-----	53.560,00 €

## RELATÓRIO FINAL

Procedimento para fornecimento de combustíveis rodoviários para o Município de Lisboa (por lotes), ao abrigo dos lotes 1 e 2 do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários celebrado pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), com a designação de Acordo Quadro N.º 005CI2012 - Processo n.º 17/PAQ/DA/CCM/2016. -----

-----

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de 2016, pelas 10h00 horas, reuniu na Sala de Concursos da Central de Compras Municipal, o Júri do procedimento designado por deliberação tomada em 23 de março de 2016 (Proposta n.º 553/2016), pela Câmara Municipal de Lisboa, para conduzir o concurso melhor identificado em epígrafe e constituído pelos Técnicos Superiores, Paula Leitão, na qualidade de Presidente, por Manuel Baptista, 1º vogal efetivo e por Cristina Miguel, 2º vogal suplente em substituição do 2º vogal efetivo.-----

-----

A reunião do Júri teve como objetivo a elaboração do relatório final do procedimento supra referenciado, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 outubro. -----

### I.

#### TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Os factos relevantes da tramitação do procedimento constam do relatório preliminar do Júri, datado de 28 de novembro de 2016, inserido na plataforma eletrónica

«acinGov» no mesmo dia de 2016, para o qual se remete e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

## II.

### AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. O Júri procedeu à **audiência prévia** dos concorrentes nos termos do disposto no artigo 123.º do CCP, ambos do CCP e cláusula XXVII do Convite, notificando-os do relatório preliminar, para se pronunciarem por escrito, num prazo de cinco dias úteis, sobre o teor do mesmo, através da plataforma electrónica “acinGov”.-----

2. O Júri verificou que, no prazo de audiência prévia, que decorreu de 29 de novembro a 06 de dezembro de 2016, não foi apresentada qualquer pronúncia escrita, pelo que deliberou o Júri, por unanimidade, manter e reiterar tudo o que foi deliberado no Relatório Preliminar, aqui se reproduzindo os quadros de classificação final: -----

Lote 1		
Concorrente	Melhor do desconto unitário 90% $\times$ PGasóleo+10%PGasolina	Ordenação
N.º 1 Petróleos de Portugal – Petrogal S.A.	0,0611	1º
N.º 2 REPSOL Portuguesa S.A.	0,0590	2º

Lote 2		
Concorrente	Melhor do desconto unitário 90% $\times$ PGasóleo+10%PGasolina	Ordenação
N.º 1 Petróleos de Portugal – Petrogal S.A.	0,0965	1º
N.º 2 REPSOL Portuguesa S.A.	0,0950	2º

### III.

#### REMESSA DO PROCESSO AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

1. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 124.º do CCP, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a aprovação das propostas contidas no relatório preliminar, nomeadamente, para efeitos de adjudicação às propostas ordenadas em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, previsto na cláusula XIX do Convite – o do melhor desconto unitário, por lote, calculadas com a seguinte fórmula  $90\% \times \text{PGasóleo} + 10\% \times \text{PGasolina}$ , a saber:-----

-----  
- Lote 1 – Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento - Concorrente N.º 1 - Petróleos de Portugal – Petrogal S.A.-----  
-----


- Lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente de gasóleo e gasolinas - Baixa Tensão Especial (BTE) – Concorrente N.º 1 - Petróleos de Portugal – Petrogal S.A.-----  
-----

2. Por fim, deliberou o Júri, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 124.º do CCP, remeter o presente relatório final, relatório preliminar e demais documentos que compõem o Processo n.º 17/PAQ/DA/CCM/2016 - “*Procedimento para fornecimento de combustíveis rodoviários para o Município de Lisboa (por lotes), ao abrigo dos lotes 1 e 2 do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários celebrado pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), com a designação de Acordo Quadro N.º 005CI2012*”, ao órgão competente para a decisão de contratar, Câmara Municipal, para decidir sobre o que neles é proposto.-----

3. Cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, tendo sido elaborada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do Júri acima mencionados. ---

---

O Júri  
O Presidente

  
(Paula Leitão)

Vogais

  
(Cristina Miguel)

  
(Manuel Baptista)







*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

**ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11**

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal*  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt